UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS DA SAÚDE E BIOLÓGICAS

MESTRADO ACADÊMICO

JUCIARA KARLA DE SOUZA LIMA

Representação social de criança sobre agressão física intrafamiliar

Petrolina-PE

Junho de 2018

JUCIARA KARLA DE SOUZA LIMA

Representação social de criança sobre agressão física intrafamiliar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Biológicas da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Saúde e Biológicas com ênfase na linha de pesquisa: Saúde, Sociedade e Ambiente.

Orientadora: Profª. Drª. Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira.

Co-Orientador: Prof. Dr. José Carlos de Moura.

Petrolina-PE

Junho de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS DA SAÚDE E BIOLÓGICAS

FOLHA DE APROVAÇÃO

JUCIARA KARLA DE SOUZA LIMA

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇA SOBRE AGRESSÃO FÍSICA INTRAFAMILIAR

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências com ênfase na linha de pesquisa: Saúde, Sociedade e Ambiente, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Aprovada em: 29 de junho de 2018.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Profa. Dra. Maria de Fátima Alves Aguiar Carvalho
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Profa. Dra. Patrícia Avello Nicola
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

FICHA CATALOGRÁFICA

Lima, Juciara Karla de Souza.

L732r Representação social de criança sobre agressão física intrafamiliar / Juciara Karla de Souza Lima. - - Petrolina, 2018.
xii, 131 f.: il.: 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Saúde e Biológica) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina, Petrolina – PE, 2018.
Orientador: Profª. Drª. Margareth Olinda de Souza Carvalho e Lira.

1.Representação social. 2. Maus-tratos infantis. 3. Violência contra criança. 4. Conflito familiar. Violência física. I. Título. II. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 326.76

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da UNIVASF.
Bibliotecário: Fabio Oliveira Lima CRB-4/2097.

Dedico esta pesquisa especialmente a todas as crianças dos abrigos de Petrolina-PE, pela colaboração, paciência, confiança, por dividir um pouco dos seus dias e das suas vivências comigo neste período, vocês me ensinaram muito mais do que eu poderia ter ensinado a vocês, me proporcionando lições de vida que levarei para sempre comigo!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um gesto nobre, é reconhecer e mostrar gratidão ao que lhes foi dado e aprender com cada situação vivida.

A dissertação é resultado de muito esforço, empenho e acima de tudo gratidão e por isso quero deixar gravada a minha.

À **Deus**, pai e criador, o qual sem a sua permissão nada seria possível que na sua infinita bondade nos autoriza a seguir os nossos caminhos de acordo com nosso livre arbítrio e sempre nos apresenta pessoas maravilhosas as quais podemos dividir os nossos momentos e nos proporcionar uma lição em cada escolha feita. Obrigada pela existência de todos que fazem parte da minha vida.

À minha mãe **Doralice**, que me ensinou a nunca desistir dos meus objetivos e seguir o meu caminho com muita garra, honestidade e força, por ser essa mulher incrível e exemplo de persistência e fé.

À minha orientadora **Margaret Olinda**, por apesar de me aceitar em um período bem difícil e complicado, ter me orientado de uma maneira incrível, por todo conhecimento compartilhado, pela dedicação, acolhimento e companheirismo, sempre proporcionando segurança e apoio.

Aos abrigos PETRAPE e Casa Anjo da Guarda, em especial as assistentes sociais **Francilene Amorim** e **Anny Karoliny** e a psicóloga **Cristina Galindo**, por toda atenção desde o início do projeto até a conclusão da pesquisa, por sempre me receberem de braços abertos e me proporcionarem um ambiente melhor para a realização das entrevistas.

À minha amiga **Khesia Matos** por toda paciência, ajuda, atenção e consolo, por todos os nossos momentos compartilhados desde a residência até a realização e conclusão dessa pesquisa, você foi imensamente importante.

Ao meu namorado **Joseano Silva**, por me escutar, apoiar, ajudar, me dar conselhos e puxões de orelha, por estar ao meu lado e me incentivar a buscar os meus objetivos e sonhos. Obrigada por todas as nossas risadas e momentos bons que passamos e passaremos juntos, por toda paciência e companheirismo principalmente no período de finalização desse estudo.

Aos meus amigos que sempre me mostraram que devo ir em busca dos meus objetivos e que obstáculos sempre existirão para que possamos supera-los, em especial a **Natália Freitas** por estar ao meu lado desde quando o mestrado era apenas uma vontade, me incentivando e sempre reafirmando que tudo acontece por um motivo e que no final as coisas tendem a dar certo e por me mandar vídeos das minhas sobrinhas lindas alegrando e adoçando um pouco mais a minha vida. Ainda em especial, as amigas do mestrado **Camilla Siqueira** e **Aranin Santos** por compartilharem todas as dificuldades, tristezas, horas de estudo, amenizando e ajudando a transforma-las em alegria.

À todas as crianças que estão acolhidas e abrigadas e participaram da minha pesquisa, por dividirem as suas vivências e experiências, pelos ensinamentos e lições de vida!

À minha família, em especial minha **Tia Delma,** por sempre me incentivar e me mostrar que o caminho apesar de árduo é gratificante. Aos meus irmãos, tias e avós.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNIVASF que me proporcionaram ensinamentos e colaboração na elaboração dessa pesquisa.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Biológicas por todos os ensinamentos e pela oportunidade de aprimorar meus conhecimentos.

À CAPES pelo apoio financeiro durante o período do mestrado.

Obrigada a todos!

Sentir tudo de todas as maneiras,
Ter todas as opiniões,
Ser sincero contradizendo-se a cada minuto,
Desagradar a si-próprio pela plena liberalidade de espírito,
E amar as coisas como Deus.
(A passagem das horas – Álvaro de Campos – Fernando Pessoa)

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de apreender representações sociais de crianças sobre agressões físicas no espaço intrafamiliar a partir do seu contexto social. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, ancorado na Teoria das Representações Sociais. Os participantes são crianças com idade de 06 a 10 anos vítimas de agressão física intrafamiliar, abrigados ou acompanhados por casas-abrigo. A coleta de dados se deu de junho a outubro de 2017, foi realizado o procedimento de desenho-história e as informações coletadas submetidas à análise pelo software IRAMUTEQ versão 2009. Os resultados apresentaram 63 Unidades de Contextos Elementares (UCE's), dos quais aproveitou-se 80,95% o que permitiu a construção de 06 classes, discutidas e intituladas a luz da Teoria das Representações Sociais: Classe 01. Motivações para agressão física; Classe 02. Sentimento sobre sofrer violência; Classe 03**.** O objeto da agressão; Classe 04. O querer infantil contrariando o adulto; Classe 05. Aqui: autores das agressões físicas; Classe 06. Variedades das agressões físicas. Conclui-se que a exposição das crianças à agressão física intrafamiliar proporcionou o desenvolvimento de vários problemas de ordem física, emocional, social, psicológica, cognitivas, o que contribui para que possam se tornar futuros adultos agressores. Os achados traduzem que apesar da criação de leis e políticas públicas para tentar combater a agressão física, essas não estão sendo suficientes, pois esse tipo de violência se faz presente nas casas de diversas crianças principalmente como método educativo. Com isso se faz necessário a criação e implementação de estratégias, levando em consideração as representações próprias emergidas desse segmento infantil, que visem a atuação mais constante e severa da atenção básica e da rede de suporte a crianças e suas famílias em situação de violência com o intuito de prevenir novos atos de agressão.

Palavras-Chave: Representação Social. Maus-tratos infantis. Criança. Conflito familiar. Violência física. Intrafamiliar.

ABSTRACT

This study aims to assume social representations of children about physical aggression in the intrafamilial space from the social context. It is a qualitative, descriptive and exploratory study in the Theory of Social Representations. Pupils are children between the ages of 10 and 10 years of age, in-house, family or accompanied by shelter. The data collection was performed in June 2017, the drawing-history procedure was performed and the information collected was submitted to analysis by the software IRAMUTEQ version 2009. The results were 63 units of elementary contexts (UCE's), of which 80,95% which allowed the construction of 06 classes, discussed and titled in light of Theory of Social Representations: Class 01. Motivations for physical aggression; Class 02. Feeling about suffers violence; Class 03. The object of the aggression; Class 04. The childish will against the adult; Class 05. Here: authors of physical aggressions; Class 06. Varieties of physical aggressions. It concludes with the exposure of children to intra-family physical aggression with the development of various problems of physical, emotional, social, psychological, cognitive, cognitive, with the goal of performing what is the future adult aggressors. The attitudes translate that independence from creation and laws due to confusion to the emergency, which is lost being errors, to this type of violence they have present to house in general devices like educational method. With that is making the creation and implementation of strategies, taking into account the representations that surprises of the thread children, which visiting more constant and severe attention and the network of support the children and their families in the situation of violence with the intention to do new acts of aggression.

Keywords: Social Representation. Child abuse. Child. Family conflict. Physical violence. Intrafamiliar

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Participação % da violência física no total de atendimentos por Unidade Federativa. Brasil. 2014.	48
Figura 01 –	Representação de criança sobre agressão física intrafamiliar. Petrolina-PE, 2018	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCEST	*Analyse Lexicale par Context d´um Ensemble de Segments de Texte*
CT	Conselho Tutelar
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Unidade
IRAMUTEQ	*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MP	Ministério Público
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Pernambuco
PIB	Produto interno bruto
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
RS	Representação Social
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS	Teoria das Representações Sociais
UCE's	Unidades de Contexto Elementar
UCI	Unidade de Contexto Inicial
UNICEF	*United Nations International Child Emergency Fund* (Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância Necessitada)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 15
2 REFERENCIAL TEÓRICO..... 18
2.1 Teoria das Representações Sociais para compreender a violência contra crianças e adolescentes..... 18
2.1.1 Ancoragem..... 22
2.1.2 Objetivação..... 24
2.1.3 A violência como objeto das Representações sociais..... 27
2.2 Contextualizando a infância e os maus-tratos infantis: diferentes épocas, contextos e conquistas..... 27
2.3 Violência infantil: conceitos, teorias, tipologias e estatísticas.... 40
2.3.1 Definindo a violência sob a ótica de diversas áreas..... 40
2.3.2 Tipos e Natureza da violência contra crianças e adolescentes..... 42
2.3.3 Violência física intrafamiliar contra crianças e adolescentes..... 44
2.3.4 Estatísticas da violência física contra criança e adolescente..... 46
3 OBJETIVOS..... 50
3.1 Objetivo Geral..... 50
3.2 Objetivos Específicos..... 50
4 MATERIAIS E MÉTODOS..... 51
4.1 Tipo de estudo..... 51
4.2 Local da pesquisa..... 51
4.2.1 Caracterização das casas-abrigo..... 52
4.3 Participantes do estudo..... 53
4.3.2 Critérios de inclusão..... 53
4.3.3 Critérios de exclusão..... 54
4.4 Coleta de dados..... 55
4.4.1 Etapa 01 – Inserção no contexto dos abrigos..... 57
4.4.2 Etapa 02 – Realização do desenho sobre a representação da agressão física..... 58
4.5 Análise dos dados..... 59
4.6 Aspectos éticos..... 60
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 61
5.1 Caracterização dos participantes..... 61
5.2 Descrição dos participantes..... 61
5.2.1 Helicóptero..... 61
5.2.2 Huck..... 63
5.2.3 Salsicha do Scooby Doo..... 64
5.2.4 Sonyc..... 67
5.2.5 Camisa 10 do Flamengo (C10) 67
5.2.6 Flash..... 68
5.2.7 Super-Homem..... 68
5.2.8 Homem-Aranha..... 69
5.2.9 Wolverine..... 70
5.2.10 Chiken Bell..... 71
5.2.11 Princesa Joana..... 75
5.2.12 Princesa Sofia..... 76
5.2.13 Princesa Elsa..... 76
5.2.14 Barbie..... 79
5.2.15 Princesa Bela..... 80

5.3 Classificação..... 83
Classe 02: Sentimento sobre sofrer violência..... 85
Classe 06: Variedades da agressão física..... 91
Classe 04: O querer infantil contrariando o adulto..... 93
Classe 03: O objeto da agressão..... 95
Classes 05 e 01: Aqui: autores das agressões e Motivações para as agressões físicas..... 98
6 CONCLUSÃO..... 107
REFERÊNCIAS..... 110
APÊNDICES..... 121
APÊNDICE A - Roteiro semiestruturado para observação e entrevista..... 121
Questionário sociodemográfico..... 122
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... 124
APÊNDICE C - Termo de Assentimento..... 126
ANEXOS..... 127
ANEXO 1 – Carta de anuência PETRAPE..... 127
ANEXO 2 – Carta de anuência Casa Anjo da Guarda..... 128
ANEXO 3 – Parecer do Comitê de Ética..... 129

1 INTRODUÇÃO

Os maus-tratos infantis se constituem um grave problema de saúde pública mundial, devido aos prejuízos à saúde, contribuindo para a rápida elevação da morbimortalidade por causas externas e consequências ao longo da vida. Por sua natureza previsível e prevenível, a violência infantil, interpessoal, despertou a importância no setor da saúde, problema anteriormente tratado nas esferas da justiça, direito, filosofia e da área social (MARTINS; JORGE, 2010; (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2016).

Há uma heterogeneidade na forma de lidar com a criança desde o final do século XX e início do XXI, porém o que hoje é considerado como violência já fez e ainda pode fazer parte da visão de alguns pais, como forma justa e atrativa de educar seus filhos. Evidenciando que punições físicas e verbais ainda fazem parte de uma educação fundamentada no princípio que se corrige o errado castigando e batendo, distanciando-se da visão realçada de estimular o certo através da conversa e explicação (DELFINO; BIASOLI-ALVES *et al.*, 2005; BRITO; ZANETTA *et al.*, 2005).

A violência intrafamiliar pode ser definida como uma ação realizada por indivíduos ou grupos, podendo ser física, sexual ou psicológica e resultante de negligência ou omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família que mantenham relação de poder sobre a vítima independentemente do local cometido (DAY; TELLES *et al.*, 2003). A diferenciação entre a violência intrafamiliar e a violência doméstica se dá quanto ao agressor, pois na doméstica pode ser qualquer pessoa que conviva no espaço doméstico sem função parental, como agregados, pessoas que conhecem a vítima e casualmente visita o domicílio e empregados (LABRONICI; FERRAZ *et al.*, 2010).

Entende-se por violência física quando alguém tenta causar ou concretiza a agressão, por meio da força ou de instrumentos que podem acarretar algum tipo de lesão (DA SILVA; COELHO; DE CAPONNI, 2007). Esse tipo de violência quando aplicada a crianças é de difícil definição devido ao estreito limiar entre a considerada agressão física com fins disciplinares e a agressão física severa, já que a disciplina por meio de punições físicas e psicológicas muitas vezes faz parte da educação proporcionada pelos pais aos seus filhos (ANDRADE; NAKAMURA *et al.*, 2011).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que as estimativas atuais sobre os maus-tratos infantis variam de acordo com as definições, o tipo, a cobertura

e qualidade das estatísticas e das pesquisas de autorrelato, caracterizando assim um assunto difícil de estudar. No entanto, estudos internacionais relatam que um quarto dos adultos revelam ter sido abusado fisicamente quando criança. É estimado ainda que, a cada ano, mundialmente, cerca de 41 mil mortes por homicídios em crianças menores que 15 anos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2016).

No Brasil, em 2015, o Disque 100 recebeu mais de 153 mil denúncias de violações dos direitos da criança e do adolescente, entre elas violência sexual, psicológica, física e negligências. A estimativa da violência física foi em torno de 34.119 casos, atingindo 42,4% do total de denúncias. É importante salientar que em uma denúncia pode ser informado mais que um tipo de violação (BRASIL, 2017).

Apesar dessas constatações, ainda existe uma prevalência camuflada da violência intrafamiliar e doméstica que distorce significativamente as estatísticas oficiais e a realidade, por vezes, é abrandada. Ainda que existam limitações quanto ao conhecimento exato da dimensão da violência familiar contra crianças, tem-se evidências que corroboram a necessidade de um enfrentamento decisivo e imediato do problema, pois independentemente da forma de abuso são inúmeras as consequências dos maus-tratos na infância (GARBIN; QUEIROZ *et al.*, 2012).

A violência intrafamiliar ocasiona graves danos e afeta significativamente o desenvolvimento físico, social, comportamental, cognitiva e emocional dessas crianças vítimas de abuso. Essa, por sua vez, também pode estar associada ao desenvolvimento de transtornos de personalidade, comportamentos agressivos, dificuldades na esfera sexual, doenças psicossomáticas e transtorno do pânico, dentre outros (GARBIN; QUEIROZ *et al.*, 2012; ROMARO; CAPITÃO, 2007).

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), todos os casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra a criança e ao adolescente devem ser notificados obrigatoriamente com a finalidade de intensificar a ligação entre o sistema legal e a área da saúde, formando uma rede interinstitucional e multiprofissional de atuação que é fundamental para permitir a proteção da criança (FERREIRA; SCHRAMM, 2000).

Em 2009, o Ministério da Saúde (MS), implantou o sistema de notificação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências. Essa notificação deve ser realizada de forma universal, compulsória e contínua para casos de suspeita ou confirmação de violências direcionadas a crianças, adolescentes, mulheres e idosos. De acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), em 2014, foram

registrados 97.976 atendimentos de crianças e adolescentes até os 17 anos (WAISELFISZ, 2015).

Apesar da notificação, as taxas de maus-tratos infantis são difíceis de estimar devido as diferenças nas definições, estratégia e métodos de coleta de dados, bem como a metodologia. O que é mais impactante é que 50%-80% dos casos não são reportados (TEIXEIRA; LASIUK *et al.*, 2017; NORMAN; BYAMBAA *et al.*, 2012).

Dos maus-tratos infantis, a violência física é a que apresenta maior incidência nacionalmente, com destaque para os estados de Alagoas e Rio Grande do Norte, ambos com índices acima de 60% de atendimentos. Um dado importante é o perfil do agressor, em que quase metade dos casos (48,8%), até os 17 anos, a agressão foi realizada pelos pais: 25,7% mãe, 18,2% pai e 4,9% padrasto (WAISELFISZ, 2015).

Crianças vítimas de violência precisam ser consideradas sujeitos atuantes nas diversas dimensões das linhas de cuidado, fazendo-se imprescindível ouvir e compreender suas falas, necessidades e vontades, de maneira que permita avaliar e adequar às ações dos serviços a singularidade de cada um desses menores. É de fundamental importância compreender seus conceitos e entendimentos sobre a agressão física e o meio em que esses sujeitos estão inseridos para que possa nortear debates intersetoriais que contribuam para garantir maior visibilidade ao problema e que permitam a implantação de estratégias mais eficazes de combate à violência infantil (SALOMÃO; WEGNER; CANABARRO, 2014).

A criança que está inserida em um contexto de maus-tratos, principalmente no âmbito intrafamiliar, apresenta-se vulnerável a situações de risco que este meio pode proporcioná-la, com o agravante de que esta fase é a base para o seu desenvolvimento e para a sua personalidade, podendo apresentar deturpações nas suas crenças e valores, fazendo-a acreditar que tais atos são sua culpa. Os efeitos a longo prazo podem ser devastadores, o mais relatado na literatura é o risco elevado de perpetração da violência física na idade adulta, seja em relacionamentos íntimos ou contra seus próprios filhos (ZANOTI-JERONYMO; ZALESKI *et al.*, 2009).

Diante desta perspectiva, ressaltamos que é fundamental apreender a agressão física no contexto intrafamiliar a luz da Teoria das Representações Sociais, pois além de existirem poucas pesquisas que abordem o objeto de estudo, a temática poderá contribuir com a visibilidade do mesmo frente à sociedade e as autoridades públicas responsáveis, sensibilizando-os e subsidiando o desenvolvimento de estratégias e práticas públicas eficazes voltadas ao combate desse tipo de violência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo da premissa de que este estudo tem sua análise fundamentada na Teoria das Representações Sociais de Moscovici, e ao considerar que a temática da violência física se trata de um assunto importante, principalmente quando se objetiva entender como socialmente as crianças representam as agressões físicas, pretende-se neste capitulo refletir acerca da Teoria perpassando pelos objetos violência física e crianças. Decerto, estas crianças apresentaram uma forma particular de representar seus conceitos e valores a respeito da violência física, e a partir de então, será possível compreender suas visões e entendimentos sobre o assunto.

2.1 Teoria das Representações Sociais para compreender a violência contra crianças e adolescentes

Os primeiros estudos acerca do comportamento humano aconteceram dentro da perspectiva da corrente behaviorista fora dos Estados Unidos. A psicologia social, efetiva por psicólogos sociais, estudava o fenômeno da população como fatores emocionais, inconscientes e irracionais. A ciência social, consequentemente, muda o foco do comportamento e traz para ser discutidos os processos de caráter mental (MOSCOVICI, 1986). Nessa ocasião, o propósito da psicologia social passa a ser o indivíduo atuando no papel de ser racional, as relações em grupo passam a ser substituídas pelas relações interpessoais e o coletivo foi suprido pelo indivíduo.

Para Moscovici (1998), o ser humano, por ser um sujeito ativo, é construtor da realidade social em que habita, não sendo, portanto, apenas um processador de informações ou produto do meio em que vive, isto é, as informações a ele chegadas são processadas, remodeladas, categorizadas em conjunto com outros sujeitos (MOSCOVICI; MARKOVÁ, 1998). Ao admitir considerar-se atuante na sua própria realidade, o homem entende o fato, interpreta e atribui um sentido ao mundo em que vive mediante o conhecimento do senso comum.

O senso comum, para Moscovici (1988), permite compreender e explicar a realidade social, orientar condutas e possibilitar a comunicação. É gerada por meio de processos que constroem a Representação Social (RS): Ancoragem e Objetivação. Processos esses que podem definir a conduta, decisões do indivíduo e expõe as especificações dos grupos.

A Representação Social refere-se ao senso comum, como forma de conhecimento articulado e compartilhado sobre determinados objetos sociais. Tem como intenção compreender e explicar o conhecimento da teoria do senso comum. E é entendida como uma conexão entre o social e o psicológico, no qual, o modo como as informações são partilhadas socialmente contribuem para a apreensão do sujeito e da sua atividade no mundo (JODELET, 2001).

Moscovici lança o livro *La psychanalyse, son imagen et son public*, em 1961, no qual a Teoria da Representação Social é explicada na Europa. Esse livro é resultado de um estudo executado na França sobre as representações existentes na sociedade francesa, essa obra surgiu, no campo da pesquisa, uma inquietação a respeito da renovação teórico metodológico da época. Nesse mesmo período, Moscovici procurava compreender a maneira pela qual o saber deparava-se no indivíduo e nos grupos, sendo assim, procurava estudar a forma cultural e como estavam presentes a transformação e a organização entre a pessoa e a sociedade (FARR, 1995).

Compreende-se que as RS estão vinculadas a noções, valores e práticas individuais que guiam as condutas no cotidiano das relações sociais e se externam através de sentimentos, estereótipos, atitudes, palavras, expressões e frases (MOSCOVICI, 1978). Essa Teoria tem como objetivo auxiliar na construção da realidade comum um grupo social específico. É designada de saber do senso comum ou saber ingênuo, natural, divergindo-se do conceito científico, reificado ou erudito, porém é vista como um objeto de estudo identicamente legítimo devido à sua magnitude na vida social e ao esclarecimento que permite nos processos cognitivos e das interações sociais (JODELET, 2001).

Segundo Moscovici (2012), representações são todas as interações que existem entre os seres humanos, sejam elas realizadas por duas pessoas, ou sejam em grupos, são criadas por cada indivíduo integrante, se determinado objeto não é levado em conta, as relações tornam-se apenas trocas elencadas nas ações e reações, fatos que as fazem ser enfraquecidas. As representações se fazem presentes nos encontros, nos objetos os quais existem familiarização. A informação gerada através das representações, nas quais há uma tentativa de gerar significado, vem equilibrada por sensos, dessa forma, novos sentidos já não são necessários.

Na perspectiva das representações sociais existe uma forma de compreensão e comunicação entre os indivíduos, é um meio de conhecimento privado no qual

ocorre uma influência no comportamento do indivíduo atuante na coletividade, tornando-se assim ao mesmo tempo individuais e sociais (MOSCOVICI, 2007). Pessoas e grupos formulam as representações na direção da comunicação e da cooperação, não sendo criadas por indivíduos isolados. Dessa forma, uma vez criada, ela percorre caminhos, apresentam vida própria e oferece oportunidade ao advento de novas representações. Sendo as respostas individuais reflexos das manifestações de grupos sociais com os quais o sujeito compartilha vivências e experiências de sua vida pessoal, e as declarações equivalentes revelam o nível de generalização, uma maneira de pensar coletiva sobre determinado assunto (MOSCOVICI, 2012; MOSCOVICI, 2003; GUARESCHI, 2000; FERREIRA; FIGUEIREDO; ARRUDA, 2002).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) analisa o ser humano, como encontra-se interrogado sobre determinado fenômeno, realiza perguntas e procura respostas e não quando recebem e processam as informações de acordo com seu comportamento. Moscovici recomenda o reconhecimento da existência das representações sociais como uma maneira específica de conhecimento, ele considera como fenômeno não estático, que passou por várias alterações durante os anos e por isso as modificações do social impossibilita a obtenção desse fenômeno como um todo (SÁ, 1998; MOSCOVICI, 2011; JOVCHELOVITCH, 2008).

Não existirá comunicação e conhecimento se não existir uma construção coletiva e disseminação da informação construída para a sociedade. A RS remete ao dinamismo e a mudanças, se remontam as atividades da mente e não são referidas a fenômenos específicos. O conhecimento é produzido pela interação e comunicação e a sua relevância está ligada aos interesses humanos neles envolvidos. Emergindo assim de um mundo em que as pessoas se encontram e interagem, no qual as carências e desejos atingem expressão, frustração ou satisfação. O senso comum é idealizado por meio das representações coletivas em relação a um objeto específico que está internalizado nas pessoas e são compartilhados socialmente, por isso, ao repartir conhecimentos por meio de crenças, de linguagens, religiões, da ciência, há a chance de criação de diversas representações sejam elas coletivas e/ou sociais, científicas e religiosas (MARKOVÁ, 2006; JOVCHELOVITCH, 2008; MOSCOVICI, 2011).

Em primeiro lugar, as representações, convencionalizam os objetos, acontecimentos ou pessoas que obtêm. Elas oferecem uma forma definitiva, as

posicionam em uma determinada categoria e progressivamente as colocam como um modelo exclusivo, distinto e dividido por um grupo de pessoas. Cada experiência é anexada a uma realidade marcada por convenções, que nitidamente define seus limites, discrimina mensagens significantes de não significantes, liga cada parte a um todo e localiza cada pessoa em uma categoria diferente (MOSCOVICI, 2011).

Em segundo lugar, elas são prescritivas, ou seja, se impõem sobre os indivíduos com uma força inevitável. São propagados, apresentam o produto, de uma sequência completa de propostas e mudanças que ocorrem no decorrer do tempo e o resultado de subsequentes gerações. Todos os esquemas de imagens, classificação e de criações que se movem dentro da sociedade, mesmo os relatos científicos, implicam em um elo de sistemas e imagens anteriores, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução da linguagem que, repetidamente, reflete um conhecimento anterior e desfaz as amarras da informação presente (MOSCOVICI, 2011).

As representações apresentam-se quase como objetos materiais, já que eles são produto de comunicações e de ações. A representações recompõem a consciência coletiva e dão-lhes uma aparência, explicando os acontecimentos e os objetos de tal forma que eles se tornam acessíveis a qualquer um e correspondem com os interesses imediatos. Tem por fim, no entanto, tornar algo familiar em algo que não era familiar, ou a própria não familiaridade (MOSCOVICI, 2011), ao qual pode-se aplicar no processo de familiaridade em relação ao que representam para as crianças quanto ao fenômeno da agressão física intrafamiliar.

As RS precisam ser vistas como uma atmosfera, no que diz respeito ao indivíduo ou ao grupo, sendo sob vários aspectos, específicas de cada comunidade. Mesmo que se aplique o senso comum das representações, é necessário se considerar as diferenças dentro da sociedade. O estudo das Representações Sociais se caracteriza como uma proposta interdisciplinar, tendo em vista que estudar o senso comum de acordo com a proposta de Moscovici requer considerar os contextos sociais, históricos e culturais em torno do processo de construção das RS (SANTOS, 2005), nesse panorama se emprega as representações da agressão física intrafamiliar especificamente para as crianças, considerando que as teorias do senso comum podem ser divergentes nos segmentos sociais.

Moscovici realizou trabalhos sobre o senso comum por meio de investigações sociais que se assemelham aos de Piaget a respeito das visões de mundo das crianças. Dessa maneira, a definição de representação, a investigação do senso

comum e o interesse por desenvolvimento e mudança, que são elementos centrais da psicologia social de Moscovici, foram estruturadas na psicologia de Piaget (ALMEIDA, 2011).

Piaget ao estudar o desenvolvimento do pensamento representacional infantil, situou as representações na esfera psíquica, realçou a importância da ação (esquemas sensórios-motores) no desenvolvimento e elucidou a formação e os processos de transformação das representações simbólicas. Esse ainda salientou o aspecto criativo das representações, a criança em curso da sabedoria representacional do mundo o reinventa. A colaboração conceitual produzida por Piaget para explicar a ontogênese e sociogênese das representações deu aparato a Moscovici, disponibilizou elementos centrais para a sua psicologia social do saber (JOVCHELOVITCH, 2008). “A Concepção de Mundo da Criança” obra de Piaget (1929) estuda a lógica e o sentido relacionado ao pensamento infantil, analisando as teorias elaboradas por elas sobre o próprio pensamento. No livro contém um estudo psicológico e antropológico procurando conhecer o mundo da criança, os códigos e as operações usadas e como se vê o mundo a partir da visão de uma criança (JOVCHELOVITCH, 2008).

Em relação aos progressos na transformação do saber, esse foi mais um ponto das pesquisas de Piaget que auxiliou na TRS, se relacionando com a produção e transformação do conhecimento, e descobriu em Piaget a base teórica para entender como o conhecimento é transformado e se move de uma base a outra. Piaget considerou as estruturas como sistemas de transformação em modificação constante através dos processos de acomodação e assimilação que regulam a relação da criança com o mundo. No que lhe concerne, as representações sociais são esferas do conhecimento que se movem pelos processos de objetivação e ancoragem e atuam transformando o não-familiar em familiar (ALMEIDA, 2011).

2.1.1 Ancoragem

Ancoragem é um processo que converte algo estranho e perturbador, que intriga, em uma estrutura particular de categorias e o confronta com um paradigma de uma categoria em que pressupõe ser adequada. No momento em que uma ideia ou um objeto é comparado ao paradigma de uma categoria, obtém características dessa categoria e é readaptado para que se encaixe nela. Se a categorização, dessa forma obtida, é frequentemente aceita, logo qualquer opinião que se relacione com a

categoria irá se relacionar também com o objeto ou com a ideia. Mesmo quando se há conhecimento de alguma discrepância, da relatividade da avaliação, há um interesse nessa transferência, pelo menos para garantir um mínimo de coerência entre o desconhecido e o conhecido (MOSCOVICI, 2011).

Ancorar é, então, dar nome ou classificar alguma coisa. As coisas que não possuem nome ou não foram classificadas são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. O indivíduo experimenta uma certa resistência, um distanciamento quando não é capaz de analisar algo, de descrevê-lo a si mesmo ou a outras pessoas. A primeira coisa a se fazer para superar essa resistência, em direção à conciliação de um objeto ou pessoa, acontece quando há a habilidade de colocar essa pessoa ou objeto em uma determinada categoria, de rotulá-lo com um nome conhecido (MOSCOVICI, 2011; MOSCOVICI, 2001).

A ancoragem abrange a Atribuição do sentido, Instrumentalização do saber e Enraizamento no sistema de pensamento. A Atribuição de sentido ocorre quando o objeto é integrado à rede de categorias anteriormente articuladas e hierarquizadas, dessa forma o novo objeto ganha sentido e é nomeado. A Instrumentalização do saber é o ato das representações se tornarem teorias de referência para ajudar na compreensão do universo social. E o Enraizamento no sistema de pensamento é formado com a inserção de novas teorias ao sistema de representações existentes, conduzindo as novas representações familiares, à medida que também transforma o conhecimento prévio (SANTOS, 2005).

Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se atribuir um nome ao que não existia, é possível imaginá-lo e representá-lo. Efetivamente, a representação é fundamentalmente um sistema de denotação e de classificação, de alocação de categorias e nomes. A neutralidade é proibida, pela mesma lógica do sistema, o qual cada objeto e ser devem possuir um valor negativo ou positivo. No processo de classificação é impossível consumá-lo sem, concomitantemente, dar o nome. Nomear, pôr um nome em alguma coisa ou em alguém, possui uma significação especial, quase que solene. Ao nomear algo é possível o libertar do anonimato incômodo para dotá-lo de uma genealogia e integrá-lo em um complexo de palavras peculiares, para localizá-lo, de fato, na matriz de identidade de um grupo social (MOSCOVICI, 2011).

Na verdade, é dada uma identidade social ao que ainda não estava identificado – a definição científica, torna-se parte da linguagem comum e os

indivíduos não são mais que termos técnicos familiares e científicos. É atribuído um sentido, ao que antes não o tinha, no mundo consensual. Essa proliferação e duplicação de nomes corresponde a uma tendência nominalística, a uma necessidade de caracterizar coisas e seres, adaptando-os em uma representação social predominante. Dar nomes e classificar são dois aspectos dessa ancoragem das representações (MOSCOVICI, 2011).

O processo de ancoragem da agressão física intrafamiliar, portanto, está pautado, principalmente, nas visões e experiências formuladas pelos sujeitos às quais são construídas por intermédio das diversas representações existentes, sejam por fatos culturais e familiares, associadas a experiências e percepções pessoais, que contribuem para a construção e compartilhamento do senso comum por diversas gerações.

2.1.2 Objetivação

A Objetivação une a ideia de não familiaridade com a de realidade, relaciona-se a verdadeira essência do que é real. Identificada no primeiro momento como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação surge como acessível e física. Objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou um ser impreciso, é reproduzir um conceito através de uma imagem. Coincide, então, que a sociedade faz uma seleção daqueles aos quais ela permite poderes figurativos, de acordo com suas crenças ou com o reservatório preexistente de imagens (MOSCOVICI, 2011).

Dado que a sociedade tenha admitido um paradigma, ou núcleo figurativo, ela julga como fácil falar a respeito de tudo que se relacione com esse paradigma e por causa dessa facilidade com as palavras que a ele se referem são usadas mais regularmente. Criam-se, então, fórmulas e clichês que o personificam e imagens, que eram antes distintas, agrupam-se a sua volta. Não se fala somente dele, porém ele passa a ser usado, em diversas situações sociais, como uma maneira de compreender os outros e a si mesmo, de escolher e decidir (MOSCOVICI, 2011). As ideias formadas sobre certo contexto são vistas de forma palpável, concreta pelo sujeito. Tal processo tem a força de unir a não familiaridade da ancoragem com a realidade e, assim, tornar verdade a essência do fato (MOSCOVICI, 2001).

Com o processo de objetivação, o objeto de representações torna-se naturalizado, palpável. Arruda (2002) recorda o exemplo dado por Moscovici no seu trabalho sobre a psicanálise (1961) no qual as pessoas mencionavam o inconsciente

como estando calmo ou agitado, como se o mesmo fosse uma pessoa. Santos (2005) especifica o processo de objetivação através do que intitula de três movimentos: a *Seleção e Descontextualização* salienta alguns pontos do objeto e os retira do seu contexto de origem e passa a contextualizá-lo de acordo com características prévias (sociais, religiosas, culturais, etc.) do sujeito; a *Formação de um Núcleo Figurativo* "é a construção de um modelo figurativo, um núcleo imaginante a partir da transformação do conceito" (p.32). É a constituição de uma imagem que incorpora o sentido do objeto de representações para os grupos e permite a compreensão desse sentido. E a *Naturalização dos elementos* é o processo de fazer os componentes do conhecimento criado socialmente em elementos naturais ao objeto, transformá-lo em parte integrante do objeto (SANTOS, 2005).

O paradigma figurativo foi separado do seu ambiente inicial pelo uso contínuo e alcançou uma espécie de independência, da mesma maneira como ocorre com um provérbio comum, que vai sendo progressivamente separado da pessoa que o disse pela primeira vez e torna-se dito habitual. Enquanto, pois, a imagem é ligada à ideia ou a palavra se torna separada e é deixada livre em uma sociedade, ela é reconhecida como realidade, convencional, clara, mas de qualquer forma, uma realidade (MOSCOVICI, 2011).

A imagem da definição deixa de ser signo e torna replicada no contexto real, um simulacro, no exato sentido da palavra. A noção, portanto, ou a entidade da qual ela derivou, perde as suas características abstratas, arbitrária e obtém uma existência quase física, independente. Ela passa a englobar a autoridade de um fenômeno natural para os que a utilizam. O segundo estágio, no qual uma imagem é na sua totalidade assimilada e o que é notado substitui o que é concebido, é o resultado lógico desse estado de coisas. Se existem imagens e se elas são fundamentais para compreensão e comunicação social isso é porque elas não existem sem realidade e não podem perdurar sem ela. Então, como por uma espécie imperativo lógico, as imagens se tornam elementos da realidade, ao invés de elementos do pensamento (MOSCOVICI, 2011).

A desigualdade entre a representação e o que ela representa é preenchida, as especificidades da réplica do conceito tornam-se especificidades dos fenômenos, ou do ambiente ao qual eles se referem, torna-se a referência real do conceito. Quando existe a objetivação, as imagens não integram mais aquela posição específica, em algum lugar entre as palavras, que possivelmente tenham um sentido

e objeto reais, aos quais se podem dar um significado, porém passam a existir como objeto, são o que significam (MOSCOVICI, 2011).

É da somatória de experiências e memórias comuns que se retira das linguagens, imagens e gestos imprescindíveis para superar o não familiar. As memórias e experiências não são estáticos, nem mortas. A ancoragem e a objetivação, são, portanto, formas de lidar com a memória. A primeira conserva a memória em movimento e é direcionada para dentro, está sempre tirando e colocando objetos, acontecimentos e pessoas que ela categoriza de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo, mais ou menos, direcionada para fora (para os outros), tira imagens e conceitos para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, 2011).

A Teoria das Representações Sociais retrata, então, duas consequências. Em primeiro lugar elimina a ideia de percepção ou pensamento. Todo o sistema de relações e classificações entre sistemas presume uma posição científica, um ponto de vista baseado no consenso. É improvável ter um sistema geral sem vieses, do mesmo jeito que é evidente que existe um significado primeiro para qualquer objeto específico. Os vieses que são relatados, não exprimem uma limitação ou um déficit social ou cognitiva, mas uma divergência normal de perspectiva, entre indivíduos ou grupos heterogêneos dentro de uma sociedade.

Em segundo lugar, os sistemas de categorização e de nomeação não são simplesmente, meios de rotular e de graduar objetos e pessoas considerados como entidades discretas. Seu principal objetivo é simplificar a interpretação de características, o entendimento de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na verdade, formar opiniões (MOSCOVICI, 2011).

Uma representação social não é somente uma concepção do coletivo, como também uma contemplação, um novo olhar que impulsiona constantemente a reedificação da realidade experienciada pelos sujeitos. Esta possibilita naturalizar o não familiar e, assim, ancorar e compreender os objetos sociais, vislumbrando soluções quando estes se localizam no panorama do problema (MOSCOVICI, 2011).

Diante do fenômeno da agressão física intrafamiliar, à luz da Teoria das Representações Sociais de Moscovici, será possível compreender como este objeto é representado, a forma como ele se apresenta e os comportamentos sociais adotados pelos segmentos da população, em especial, neste estudo, pelas crianças.

2.1.3 A violência como objeto das Representações sociais

A violência é estudada por várias disciplinas dentro da academia, cada uma de acordo com sua perspectiva e olhar. Essas perspectivas, diferenciam-se entre disciplinas e inclusive dentro da mesma disciplina. Porém, por vezes, se completam, se sobrepõem o se baseiam uma na outra. É importante ressaltar que as próprias representações sociais, de acordo com Almeida (2005, p.119), mesmo tendo origem na psicologia social, têm se configurado como uma área de estudos de várias disciplinas das ciências sociais e humanas, “ampliando fronteiras e firmando parcerias com diferentes áreas de conhecimento como a história, a sociologia e a antropologia”.

Além de circular nos discursos científicos, as definições de violência e suas práticas se reproduzem nas comunicações entre os leigos, os não cientistas, isto é, no senso comum. Tomadas por mensagens midiáticas e também fundamentada nas teorias científicas, as teorias do senso comum se (re)constroem, afetando e sendo afetadas pelas práticas sociais (ALMEIDA, 2011).

Com isso, a violência física como objeto social carece de investigações sobre quais as teorias elaboradas por crianças quanto à representação destas. Sendo assim, diante da diversidade de sentidos que envolvem a violência e das suas várias perspectivas de abordagem ou de conhecimento da mesma, apresentam-se neste estudo algumas de suas definições e tipos.

2.2 Contextualizando a infância e os maus-tratos infantis: diferentes épocas, contextos e conquistas

Historicamente, a violência infantil, sempre existiu desde os primórdios da humanidade. Vinculada diretamente a prática da educação, estabelecendo-se como um problema de ordens históricas e culturais, que tem trilhado todas as décadas da história da humanidade até os dias de hoje, com diferentes formas de expressão (MARTINS; JORGE, 2010).

Em livros que relatam a história das civilizações antigas, como o Alcorão e a Bíblia, maus-tratos infantis são citados, nos quais as crianças eram oferecidas e sacrificadas para agradar a um Deus. Ainda na Bíblia, pode-se identificar maus-tratos infantis no livro de Êxodo, em que recém-nascidos do sexo masculino eram mortos sob ordens do Faraó (1,16), e em outro momento, a morte dos primogênitos dos egípcios (Êx 13,15) (MARTINS; JORGE, 2010; MACHADO; SANCHES, 2014).

O Código de Hamurabi (1728-1686 a.C), presumia o corte da língua do filho caso ele dissesse que seus pais adotivos não eram seus pais e a remoção dos olhos do filho adotivo caso ele aspirasse a voltar para a casa dos seus pais biológicos e abandonasse a casa dos seus pais adotivos. Ainda no Código, as mulheres e filhas poderiam ser vendidas para a quitação de dívidas, os filhos vendidos trabalhariam por 03 anos na casa dos senhores ou compradores (DAY; TELLES *et al.*, 2003; MARTINS; JORGE, 2010; (DE HAMURÁBI, 2009).

Em Roma, entre 451-450 a.C, foi criado a Lei das XII Tábuas, na Tábua quarta, era permitido que o pai matasse seu filho que nascesse disforme, mediante o julgamento de 05 vizinhos, além do direito de decidir sobre sua vida ou morte, e ainda o poder de vendê-los (MEIRA, 1972). As crianças podiam ser mortas ou abandonadas para morrerem devoradas por animais ou desnutridas, por motivos: medida econômica nos grandes flagelos, equilíbrio dos sexos, por não suportarem longas caminhadas por motivos religiosos, e por, como citado acima, direito do pai de decidir sobre a sua vida (SCHERER; SCHERER, 2000).

Até o século XII, existiam poucos ou praticamente nenhum registro de documentos que abordavam sobre as crianças, ou que transmitiam algo sobre a sua infância. É na Idade Moderna que surgiram muitos dos registros históricos a respeito da infância, porém, numa visão em que a criança deixa de ser somente uma agregação biológica e passa a ser vista como um indivíduo dotado de história e de cultura, e que gradualmente conquistará seu espaço na sociedade inserida (KULLER, 2009).

É evidente que a infância sempre existiu desde o início da civilização humana, mas a percepção da mesma enquanto categoria e construção social provida de uma representação, só é sentida a partir do século XVII. Em relação a datação da origem da infância, ela ocorreu em torno do século XIII e XIV, porém os sinais de sua evolução só ficaram claras e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVII, período em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) ocasionou alterações nos sentimentos e nas relações no que se refere a infância (CARVALHO, 2003). Analisando a etimologia da palavra infância, tem-se:

> A definição da palavra infância, oriunda do latim *infantia*, significa “incapacidade falar”. Considerava-se que a criança, antes dos 7 anos de idade, não teria condições de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua gênese, a palavra infância carrega consigo o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, relegando-lhes uma condição subalterna diante dos membros adultos. Era

> um ser anônimo, sem um espaço determinado socialmente (CORDEIRO; COELHO, 2006).

Até então a criança era representada, na pintura, como versão em miniatura de um adulto. Vestiam-se semelhante aos maiores, diferenciando-se apenas pelo seu tamanho reduzido, embora com feições mais maduras. Nesse período, seguindo a organização social da família tradicional, a fase da “infância” tinha uma duração diminuída, limitando-se apenas ao período de fragilidade física, pois quando adquiria-se uma certa independência, era de imediato, levada ao convívio adulto, participando dos seus trabalhos e jogos, sem estar completamente preparada psicológica e fisicamente (CORDEIRO; COELHO, 2006).

No que diz respeito ao ensino, era destinado às crianças, uma espécie de transferência de valores e conhecimentos, como deveriam pensar, agir, sentir, um tipo de socialização onde a mesma era exposta aos ensinamentos dos jovens e adultos mais experientes. Concernia aos adultos adentrá-las a seu mundo e conduzi-las, já que à época, as crianças eram vistas como seres que iam em desacordo com as razões e bons costumes (KULLER, 2009).

Até esse período foi observado um sentimento insignificante sobre a criança intitulado de “paparicação”, destinado a ela apenas nos seus primeiros meses de vida. Apesar dessa suposta atenção e sentimentos afetuosos, sua ingenuidade, inocência e graciosidade se tornavam um objeto de diversão, à semelhança de um animal de estimação em termos de relevância. Devido às condições insuficientes de sobrevivência, muitos faleciam e logo outra criança ocuparia o seu lugar. Era uma espécie de sentimento desconhecido que era direcionado a infância. Isto deixa nítido a importância secundária atribuída a criança, o que perdurou durante séculos (CORDEIRO; COELHO, 2006; (KULLER, 2009).

Essa depreciação e falta de respeito com a criança seguiu até os séculos XV, XVI e XVII, pois com a instalação de uma nova ordem social, mudanças consideráveis em relação à infância começaram a ser notadas e a criança passou a ser vista como um indivíduo com particularidades, atributos que os diferenciavam de um ser adulto, além de serem dotadas de capacidade e desenvolvimento (KULLER, 2009).

No século XV, a figura infantil começou a ser representada, na pintura e na escultura, como símbolo da ingenuidade, inocência e bondade e inclusive como símbolo de beleza e esperança de uma vida melhor (SCHERER; SCHERER, 2000). Por outro lado, o século XVI ficou conhecido como o século das violências e agressões

às crianças. Foi nessa época que surgiram os “colégios”, lugares de abrigos de estudantes pobres e sem famílias, malquistos pela sociedade, os quais eram submetidos a humilhações e maus-tratos intencionais (MARTINS; JORGE, 2010); (SCHERER; SCHERER, 2000).

Embora a criança começasse a ganhar espaço e um pouco mais de atenção, ela ainda continuava sendo vista com um adulto apto, que logo estaria completo para realizar as atividades como os outros adultos. Essa dupla interpretação da criança, fez com que despertasse a necessidade de criar instituições voltadas a elas, surgindo assim as escolas, fazendo com que a convivência e aprendizado deixasse de ser somente com os adultos. A mudança não foi propriamente devido a afeição pela criança, e sim uma adaptação das famílias em relação as transformações ocorridas na sociedade (KULLER, 2009).

A escola passa a exercer a função de formação dos pequenos, com o intuito de encaminhá-los à sociedade, além de ensiná-los a leitura, aritmética e a escrita como forma de preparo para a vida adulta. Essa veio substituir o ensino praticamente realizado pelos adultos e acatou algumas regras impostas pela igreja, com um toque de moralização como princípio de educação infantil. A partir de então, o tratamento dado a criança é melhorado, porém elas continuaram conduzidas pelos adultos, que decidiam o que deveriam ser-lhes ensinados ou não, o que permanece até os dias atuais. Começaram a ser vistas e entendidas na sua individualidade, com vontades e pensamentos. Essa nova ótica remetida as crianças, faz com que haja uma significativa mudança na família (KULLER, 2009).

As famílias, nessa época, passam a ser mais numerosas e a preocuparem-se com suas crianças, com um certo cuidado em protegê-las dos reais perigos da sociedade. A família, reconhece a sua função, isto é, começam a perceber a criança como um ser delicado que precisa de cuidados e carinho, assim com o novo sentimento de infância, nasce também uma nova família daí em diante preocupada com seus filhos. Essa visão começa na burguesia e posteriormente se expande ao povo. É importante frisar que essa mudança no olhar sobre a infância, fez com que a família passasse a assumir as funções que antes eram atendidas pela comunidade, especialmente a alimentação e higiene (KULLER, 2009).

A Idade Moderna é marcada por contradições quanto as crianças, pois se por um lado elas conseguem adquirir um espaço e a serem vistas com suas individualidades, por outro ainda surgem definições e simbologias que denigrem a sua

imagem. No século XVII, Santo agostinho, representante da teologia cristã, produziu uma imagem dramática da infância, a qual após o nascimento, a criança era retratada como a força do mal, um ser imperfeito, e esmagado pelo peso do pecado original. Nessa época, a amamentação era apontada como um prazer ilícito da mãe e que essa causaria perda moral da criança. Ainda neste século, as crianças eram incluídas nas brincadeiras sexuais dos adultos (MARTINS; JORGE, 2010).

Nesse intervalo de tempo que antecedeu o século XVIII, surgiram a aplicação de castigos, da tortura física, dos espancamentos por meio de chicotes, ferros e paus às crianças. Esses maus-tratos eram justificados por alguns pensadores da época com o fato de os pais deveriam cuidar dos seus filhos e não permitirem que os mesmos fossem mal influenciados. Novas opiniões surgiram, como a colaboração de John Locke, ele atentava sobre a importância da prevenção aos pais, “como o meio mais eficaz de preservar a saúde dos filhos”, propôs ainda que se desse “atenção rigorosa ao desenvolvimento intelectual e à capacidade de autocontrole da criança” (POSTMAN, 1999; DAY; TELLES *et al.*, 2003).

Tanto quanto Locke, Rousseau, considerado um dos primeiros pedagogos da História, ainda no século XVIII, colaborou para o entendimento do significado da infância, afirmou que “a criança é importante em si mesma, e não meramente como um meio para um fim”, além de firmar que “a infância é o estágio da vida em que o homem mais se aproxima do “estado de natureza”. Na Inglaterra de 1780, as crianças poderiam ser condenadas por qualquer um dos duzentos crimes dos quais a pena era o enforcamento. Entre 1730 e 1779, metade dos que morreram em Londres tinham menos de cinco anos de idade (DAY; TELLES *et al.*, 2003; POSTMAN, 1999; NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008).

A escolarização foi a forma que o Estado encontrou de manter o controle da sociedade. Ganhou apoio da Igreja, que via na escolarização uma forma de reforçar os preceitos religiosos, bem como assegurar e garantir seguidores em longa escala, com o intuito de doutriná-los e moralizá-los reforçando a ideologia. A criança e a família foram introduzidas em alguns projetos políticos do Estado, uma vez que este ocupa o lugar que antes era relegado as relações espontâneas. O espaço de construção da criança se restringiu fisicamente, socialmente e psicologicamente. O valor que a família passou a atribuir à criança, diferente do imaginado, não era uma supervalorização da mesma, mas sim um rearranjo sociocultural (KULLER, 2009).

A Revolução Industrial, fez com que as famílias adquirissem um novo olhar. De um lado estava a elite, governante e aristocrata, do outro os trabalhadores proletariados, refletindo também nas crianças sob os seus diferentes olhares de um lado para o outro. A escola, que passou a impressão que iria mudar o futuro das crianças, tinha como objetivo prepará-las para a industrialização que se iniciava. Logo, a escola passa a ser, principalmente, instrumental. Foi entre os séculos XVIII e XIX, com o surgimento das fábricas, que outra forma de violar os direitos infantis se sobreveio, através das extensas horas de trabalho durante a Revolução Industrial (KULLER, 2009; MACHADO; SANCHES, 2014; CORDEIRO; COELHO, 2006).

Nessa época, as crianças passaram a ser vistas como tendo um valor econômico a ser explorado. A urgente necessidade de mão-de-obra barata acarreta o não cumprimento dos direitos infantis de acesso à escola, trazendo as crianças novamente ao mercado de trabalho, obrigando-as a serem exploradas em nome dos princípios econômicos. O período entre 1850 e 1950 foi delimitado como o momento do ápice da infância tradicional. Com o progresso das ciências humanas e consequente entendimento sobre esse período da vida, as crianças começaram a ser retiradas das fábricas e mais uma vez inseridas em cenários promotores de ensinamentos sistematizados, tendo como os locais mais apropriados para esse propósito as instituições educativas (CORDEIRO; COELHO, 2006; AMARILHA, 2000).

Com o protótipo de família solidificado nos fins do século XIX, a responsabilidade dos genitores passou a garantir mais comprometimento com o bem-estar das crianças, assegurando os direitos que lhes assistem e maiores cuidados físicos. Assim, a criança passa a ser o centro das atenções dentro do seio familiar que, então, começam a proporcionar-lhes afeto. A percepção de infância, nesse momento, passa pela avaliação dos conceitos técnicos e científicos. Apenas no início do século XX que essa apreciação é analisada à luz da Psicologia, da Sociologia, da Medicina, do Direito dentre outros campos do saber, passando a expedir um parecer científico acerca dessa fase do desenvolvimento humano, apossando estas constatações uma maior respeitabilidade frente a sociedade (OLIVEIRA, 2013; CORDEIRO; COELHO, 2006).

A constatação da necessidade imediata de criar e consolidar políticas e práticas de proteção à criança e ao adolescente vem de longas datas, apesar de não ser unânime, tanto na história quanto nos diversos contextos internacionais. Essa inquietude foi estruturada a partir da iniciativa da extinta Liga das Nações e da

Organização Internacional do Trabalho, que incentivaram os primeiros debates sobre os direitos relativos à infância e, em 1919 e 1920, estabeleceram convenções que tinham como objetivo extinguir ou regular o trabalho infantil (BARROS, 2005).

Foi criado, em 1919, o Comitê de Proteção da Infância, quando realmente houve a consumação no direito internacional sobre as obrigações coletivas no que diz respeito as crianças. Mais tarde, a primeira declaração dos direitos das crianças surgiu instigando os Estados filiados a produzirem suas próprias leis em proteção aos direitos da criança e do adolescente. A Liga das Nações, em 1921, fundou uma comissão especial para tratar das questões relacionadas às crianças e do impedimento de tráfico de mulheres e crianças. Essa responsabilidade baseia-se nas orientações jurídicas internacionais decorrentes da Convenção de Genebra, que em 1924 recomendou a necessidade de proteção especial à criança (BARROS, 2005; OLIVEIRA, 2013).

No Brasil, apenas a partir de 1927 foi que a criança começou a ser vista como um ser que possuía infância e direitos, com a criação do Código de Menores. Anteriormente a esse período, na época colonial, as crianças eram vistas apenas para satisfazer os desejos e interesses da Coroa Portuguesa. As crianças eram chamadas de “grumetes”, e possuíam uma expectativa de vida muito baixa, em média de 14 anos. Ramos recorda que “(...) as crianças eram consideradas um pouco mais do que animais, e que acreditavam ser necessário usar logo toda sua forca de trabalho” (RAMOS, 1997; OLIVEIRA, 2013; BARROS, 2005). Além dos abusos sexuais com a desculpa que não existiam mulheres, as condições das embarcações eram péssimas e muitas delas viajavam trancadas para não serem violentadas (ALBERTON, 2005).

O Código de Menores incorporou leis e decretos que se disponibilizava a criar uma maneira formal que desse uma maior importância a questão do menor de idade. Modificou e substituiu alguns conceitos de culpabilidade, responsabilidade e disciplina, e, que a assistência a infância deveria mudar do âmbito punitivo para o educacional. Foi nesse Código que o termo “menor” foi utilizado para designar aqueles que eram carentes material ou moral, além de infratores (VERONESE, 1997; OLIVEIRA, 2013). De acordo com Alberton (2005) “(...) o Código de Menores de 1927 fazia menção aos sujeitos menores de 18 anos, abandonados e delinquentes”. De alguma forma, esse Código foi um passo importante, pois deixou de aplicar punições vistas como sanções-punitivas para assumir um caráter de sanções-educativas,

através da assistência e reeducação comportamental, devendo o Estado assistir aos menores desfavorecidos.

A Constituição de 1934, faz menção pela primeira vez aos direitos da criança e do adolescente, no art.138, “foi o primeiro documento a referir-se, mesmo que de uma forma muito tímida, à defesa e à proteção dos direitos de todas as crianças e adolescentes” (ALBERTON, 2005). Com a promulgação dessa Constituição, foram levantadas questões relevantes em relação à proteção ao trabalho infanto-juvenil, com proibição de trabalho noturno de menores com idade inferior a 16 anos, e também a proibição de trabalhos em industrias insalubres aos menores de 18 anos, bem como o amparo à maternidade e a infância (LIBERATI, 2002).

Percebe-se que foi durante o Estado Novo, com a Constituição de 1937, que o Estado pegou para si a responsabilidade de proporcionar as garantias da infância e da juventude, de acordo com Maurício de Jesus, ao comentar o artigo 127 dessa Constituição:

> A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado que tomara todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades. O abandono moral e intelectual ou físico da infância e da juventude importara falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de prove-las do conforto e dos cuidados indispensáveis a preservação física e moral. Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole (JESUS, 2006).

O Código Penal de 1940 alterou o Código de Menores de 1927, definindo a responsabilidade mínima para 18 anos de idade. Em 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que conforme relata Liberati, tinha como função “Amparar, socialmente, os menores carentes abandonados e infratores, centralizando a execução de uma política de atendimento, de caráter corretivo-repressivo-assistencial em todo território nacional” (LIBERATI, 2002).

Apesar do propósito do SAM de dar assistência social às crianças e aos adolescentes, o Serviço presumia que a internação seria o procedimento de recuperação mais eficiente, sem se preocupar com as necessidades infanto-juvenis. Dessa forma, operava como um sistema prisional, mascarado de “internações” no qual verdadeiramente eram “penas de prisão”, atendendo a máxima que a “privação total de liberdade” iria funcionar como proteção da criança ao adolescente, motivada pela sociedade e, dessa forma, alcançaria um resultado de valor na reconstrução da

personalidade (LIBERATI, 2002). O objetivo do Estado nesse período era fazer com que os menores se encaixassem nos comportamentos por ele estabelecido.

Ainda nesse sentido, a nível mundial, segue a cronologia no período entre 1946 a 1969:

- 1946: Após a II Guerra Mundial, surgiu o Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância Necessitada – UNICEF (United Nations International Child Emergency Fund).
- 1948: Em dezembro é proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nessa, os direitos e liberdades das crianças e adolescentes estão implicitamente incluídos, como a proteção social a infância. A discussão, a favor das crianças, começa a ter uma maior repercussão e essa deliberação provocou uma regularização na ONU, que se mobilizou para constituir instrumentos específicos de direitos da criança.
- 1950: Após esse período, as ações imediatas atribuídas a UNICEF foram estendidas para o auxiliar ações maiores, e logo tornou-se órgão permanente da ONU. O Fundo compõe a normatização, prioridades das políticas, programas e destino do orçamento para ações relativas à pratica de proteção para a criança e adolescente e seus familiares.
- 1959: Admite-se a Declaração dos Direitos da Criança, foi o primeiro recurso específico e mais relevante na regulamentação internacional em prol das crianças. O principal objetivo dessa declaração era avalizar uma infância feliz, em condições de usufruir dos direitos e liberdades: direito à especial proteção para seu desenvolvimento mental, físico e social; à moradia, alimentação e assistência médica adequados a mãe e criança; ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade; direito a ser protegida conta o abandono e a exploração no trabalho.
- 1969: Realizada a Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos que determinou que todas as crianças têm direito a medidas de proteção requerida pela sua condição de menor, por parte de sua família, da sociedade e do Estado. Somente passou a vigorar internacionalmente em 1978 (TOMÁS, 2009; OLIVEIRA, 2013; SCHERER; SCHERER, 2000; BARROS, 2005).

Sendo assim, a cronologia demonstra nitidamente que as questões relativas a proteção e a garantia dos direitos infanto-juvenis são motivos por discussões há um longo tempo, gerando diversos sacrifícios até que a visão de que a criança era criada com o intuito de atender as necessidades do Estado fosse desfeita (OLIVEIRA, 2013).

O século XX ficou conhecido como o século da criança, é nesse século que ela passa a ser descrita, notada e aceita (em termos) como fazendo parte, de fato, da humanidade. A família é responsabilizada e exaltada por tudo que possa acontecer de mau. São ressaltados ainda, a necessidade dos cuidados maternos e a designação da infância como fase básica e fundamental da existência do homem (SCHERER; SCHERER, 2000).

Na década de 60, no Brasil, a sistematização usada pelo SAM passou a ter caráter repressivo e desumano, ao passo que não vinha cumprindo seu objetivo inicial, sendo extinguida em dezembro de 1964, vindo a criar a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) (BRASIL, 1964; JESUS, 2006). Liberati (2002) estabelece que “(...) essa entidade tinha autonomia para formular e implantar uma Política Nacional do Bem-estar do Menor (PNBEM)” (LIBERATI, 2002).

Em 1979, surge o Código de Menores, com a estrutura principal, similar ao de 1927, mesmo formato assistencialista e repressivo. Com essa nova forma, surgiu a expressão “menor em situação irregular”. Essa ideologia de “situação irregular”, sem definir as diferenças das “situações decorrentes da conduta do jovem ou daqueles que o cercam”, por várias vezes, conservaram juntos “menores e abandonados, vitimizadas por abandono e maus-tratos com autores de conduta infracional”, já que, de acordo com a nova lei, todos estariam em “situação irregular” (SARAIVA, 2003). Sendo assim, todos os menores de 18 anos que cometessem algum ato infracional ou as crianças que estivessem em situação de maus-tratos familiares ou em abandono, estariam classificados como em “situação irregular” e inseridos no Código de Menores.

Devido à falta padrões definitivos sobre a execução do Código de Menores de 1979, a norma se mostrou deficiente ao operar de forma preventiva. Dessa forma, a sociedade declarou a PNBEM falida. Observou-se que a falta de uma política pública facilitadora, contribuiu para que o adolescente que foi uma criança em situação irregular, se unissem a novas crianças que buscavam “maturidade emocional, física, intelectual e sexual” e viessem a se transformarem em meninos de rua (SARAIVA, 2003; JESUS, 2006).

Assim conforme assegura Alberton (2005), de 1830 até 1988, a legislação brasileira, raras exceções, que era atribuída “ao menor” brasileiro era discriminatória, pois não pretendia assegurar ou proteger o direito de todos. Foi na década de 80, que a pretensão pela democracia ficou mais concreta e constante com o surgimento da Constituição Brasileira de 1988, com maior destaque no que tange a proteção e a garantia dos direitos da criança e do adolescente, retirando a responsabilidade absoluta do Estado e transferindo à família e à sociedade (BRASIL, 1988).

O maior marco internacional na visão de proteção social à infância e adolescência foi a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, executada em 1989. Essa Convenção elaborou um documento de representatividade aos direitos humanos para a infância e juventude mundialmente. Considera-se que deu orientações orginalmente para a Doutrina de Proteção Integral que fundamenta o ECA (BARROS, 2005; OLIVEIRA, 2013; BRASIL, 1992).

No Brasil, essa Convenção instituiu um dos alicerces que consolidou a doutrina de Proteção Integral, e um marco para elaboração jurídica e para a implantação do ECA, que se tornou referência de política de proteção social e legislação para os países da América Latina e Caribe. A década de 80, no Brasil, foi um período de mudanças políticas no país, e as questões referentes a criança e ao adolescente passaram a ser discutidas e questionadas (BARROS, 2005).

Ainda nessa década, os movimentos sociais seguiam fortes e unidos. Todo esse entusiasmo de mobilização social e de luta resultou na Constituição de 1988, uma constituição cristã e democrática, estruturada a partir de contribuições dos movimentos sociais. Na competência da Constituição foram conquistados o ECA pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) pela Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) pela Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) pela Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, leis que deveriam compor um novo modelo de sociedade e de proteção social (BARROS, 2005).

O ECA foi aprovado pelo Senado em junho de 1989, e promulgado em 13 de julho de 1990. Constituiu um instrumento legal na garantia da cidadania das crianças e dos adolescentes. Com a implementação do ECA, a lei passa a priorizar absolutamente a criança e ao adolescente por parte do Estado, da sociedade e da família, modificando o conceito de atendimento a esse público (MARTINS; JORGE, 2010; BRASIL, 2017).

Com o objetivo de proporcionar de fato a dignidade da pessoa humana, o Estatuto da Criança e do Adolescente surge para auxiliar como ferramenta válida para resguardar a criança e ao adolescente. No entanto, para que isso aconteça, é primordial a colaboração da sociedade em não omitir injustiças e atrocidades as quais são submetidos essas crianças e adolescentes. Nesse cenário, o ECA foi criado a partir da experiência de repulsa nacional e pressões internacionais a favor desse público, que se esforça por mudanças na política de tratamento às crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos (OLIVEIRA, 2013).

Conforme ensina Alberton (2005), foi no ECA que crianças e adolescentes foram reconhecidos como “sujeitos de direito” de “propriedade absoluta”. Portanto, os direitos das crianças e dos adolescentes encontram-se espalhados em um sistema de direitos fundamentais. A respeito desses direitos, o ECA traz o direito à vida, à saúde e a convivência familiar e comunitária. Estabelece ainda no seu art.5º, que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (OLIVEIRA, 2013; BRASIL, 2017).

No que se refere à liberdade, à dignidade e ao respeito, assegura ser tanto crianças quanto adolescentes pessoas em desenvolvimento e seres de direitos civis, humanos e sociais como é garantido na Constituição. O ECA delibera sobre a proteção da criança e do adolescente em oposição a qualquer forma de maus-tratos e estabelece penalidades para os que praticam o ato e para os que não denunciam, designando o Conselho Tutelar (CT) como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, fixados nessa lei (BRASIL, 2017).

As diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente, estão previstas no ECA, porém há também previsão legal quanto aos Conselhos Tutelares (art.131), que se relacionam e direcionam à proteção e à defesa deles. Sendo assim, no *caput* do art.13 do ECA, ordena que nos casos em que haja suspeita ou confirmação de maus-tratos, é obrigatório “[...] comunicar ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências” (BRASIL, 2017; OLIVEIRA, 2013).

Para melhor proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, pode-se definir a família como um grupo de pessoas com vínculos afetivos, de

consanguinidade ou de convivência. A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; quem transmite, primeiramente, seus valores, usos e costumes que irão ajudar a formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas. A organização e a dinâmica familiar apoiam-se na distribuição dos afetos, gerando, no espaço doméstico, um composto dinamismo de competições (BRASIL, 2002).

Essas disputas são orientadas pelas diferenças de poder entre os sexos e, no contexto afetivo, instigadas pela conquista de espaços que assegurem o amor, o reconhecimento e a proteção, necessidades consideradas básicas ao ser humano. Refere-se, assim, a disputas que incentivam sentimentos ambíguos de aliança/competição, amor/ódio, proteção/domínio entre os membros. Famílias despreparadas para administrar, compreender e tolerar seus próprios conflitos tendem a se tornar violentas (BRASIL, 2002).

Seguindo por esta ótica, é preciso, também, compreender a família como uma estrutura que se transforma de acordo com seus contextos culturais, sociais e históricos. É imprescindível considerar o papel da família nuclear, baseada em poucos indivíduos e acrescentada à convivência nos limites do espaço doméstico dividido, que vem a permutar as famílias extensas, embasada em uma vasta rede de parentesco e que cruzava a sua aplicabilidade à produção rural e comércio de mercadorias. A família contemporânea alicerça-se na privacidade – espaço reservado pelas relações pessoais afetivas, onde o número de integrantes e seus laços foram restringidos (BRASIL, 2002).

Atualmente, existem diversas formas de organização familiar – famílias monoparentais, as reconstruídas, as uniões estáveis, os casais do mesmo sexo, as famílias tradicionais. Uma criança pode ter pai biológico e pais sociais (que se incorporam ao grupo familiar, assumindo papéis paternos). Essas mudanças geram um novo cenário de relações de poder e inter-relações, um ambiente diferente de expectativas e de representações subjetivas no âmbito da família, com dificuldades próprias, envolvendo seus membros: pais, mães e filhos.

As representações da infância indefesa, abandonada, desamparada, em situação irregular e sujeito de direito foram conceitos construídos e rearranjados em diferentes conjunturas históricas. Observa-se que, somente a partir da década de 1980, esse padrão político de proteção social mudaria, principalmente, devido as pressões e demandas sociais que se estabilizaria com o foco nos direitos sociais dados pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Tal enfoque, permitiu a criação

de garantia de direitos sociais, proteção, equidade e universalidade, gerando assim, uma nova representação de infância e adolescência.

2.3 Violência infantil: conceitos, teorias, tipologias e estatísticas

2.3.1 Definindo a violência sob a ótica de diversas áreas

No dicionário de filosofia de Abbagnano (1998), a violência é definida como uma “ação contrária à ordem moral, jurídica ou política” e como “ação contrária à ordem ou à disposição da natureza”. Dessa forma, Aristóteles distinguia o movimento *segundo a natureza* e o movimento por *Violência* – o primeiro leva os elementos ao seu lugar natural; o segundo os afasta.

Já pela visão do Compêndio de Psiquiatria, de Kaplan e colaboradores (1970) citado por Oliveira (2008), os termos violência e agressão são entendidos de formas parecidas, evidenciando-se a intencionalidade, favorecidos pela descompensação psicológica, apesar de poderem ser efetuados por pessoas com ou sem transtornos mentais, e poderem se agravar pela ingestão de álcool abusiva. Relatam-se também diferenças entre os gêneros, colocando-se que no âmbito da violência doméstica homens e mulheres exprimem a mesma intensidade, destacando que o número de homens envolvidos com espancamentos, homicídios e agressões com armas e estupro se evidencia.

Minayo e Souza (1999) mostram uma visão mais abrangente sobre a violência, se comparado as visões da filosofia e da psiquiatria, abrindo espaço para o seu estudo enquanto representações sociais. Para as autoras, a violência é difícil de ser conceituada, já que ela tem o poder de apresentar uma forma própria de relação pessoal, política, social e cultural; resultante das interações sociais; e ainda, ser um componente cultural naturalizado. Dessa maneira, constitui um objeto das representações sociais, pois possibilita a coexistência de vários conceitos problematizados por diversas áreas de conhecimento, incluindo o senso comum.

Para Pinheiro e Almeida (2003), a violência não é um fenômeno recente, é a continuidade de uma tradição de práticas autoritárias. Numa abordagem mais extensa, descrevem que a palavra “violência” deriva do latim *violentia*, que quer dizer “veemência”, “impetuosidade” e procede a raiz latina *vis* que significa força. Sugerem ter acontecido uma relação entre violência e violação, rompimento de algum costume ou dignidade. Sendo assim, também assinalam a complexidade e os múltiplos

sentidos do termo e indicam como definição específica e também a ampla proposta da OMS: “o uso intencional de força física ou poder, real ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação” (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2014).

Esta descrição destaca a intenção enquanto prerrogativa para o ato ser apontado como violento. Pinheiro e Almeida (2003) acrescenta a definição da OMS compreendendo todos os atos de violência, privados ou públicos, reativos (eventos anteriores) ou proativos (para próprio benefício), classificados como criminosos ou não. Os autores mostram uma versão diferente da definição em que a violência é determinada pela violação das normas.

Os posicionamentos dos autores acima, se assemelham às formas próprias de relações com a violência explanadas por Minayo, formas que podem se apresentar de várias maneiras, considerando a violência um tema multifacetado que pode gerar relações particulares nos diferentes grupos e/ou indivíduos. Portanto, pode-se pensar que o que é vivenciado enquanto violência para um indivíduo e/ou grupo pode não ser entendido da mesma maneira para os outros ou para o mesmo indivíduo e/ou grupo em outro contexto (MINAYO; SOUZA, 1999).

Porém, a não intencionalidade da violência é, muitas vezes, usada como justificativa para ações que resultam ou resultaram em prejuízo para alguém, em violação da integridade, em objetivação do sujeito. Chauí (2007) reconhece como violência todo ato que nos desloca da condição de sujeito e nos torna objeto, dessa forma pode-se assegurar que a realidade da violência independe da intenção (MINAYO; SOUZA, 1999).

Almeida (2005) cita que “o ato violento pode ser compreendido como a expressão da imposição das necessidades, expectativas e vontades de um ator social sobre as necessidades, expectativas e vontades de um outro ator”. Afirma que alguns autores analisam a violência como expressão de um conflito e de uma dinâmica (ADORNO, 1995; SAFFIOTI, 1989). Acrescenta ainda que esse fenômeno, ou conjunto de fenômenos, pode ser considerado como elemento societário e cultural, gerando variadas manifestações de acordo com o contexto sociocultural e a complexidade e diversidade dos valores adotados por cada um desses contextos.

No fim dos anos 80, com a volta ao regime democrático, houve um processo de individualização da violência e de uma publicização da vida privada, de forma que as relações de gênero e as práticas educativas dos adultos com as crianças originaram as denúncias de “violência doméstica” (ALMEIDA, 2005).

A violência abrange todas as classes sociais e segmentos da sociedade, isto ocorre, apesar de algumas de suas expressões sejam mais características dos pobres, e outras, das classes médias e dos ricos. É uma ideia errônea achar que os pobres são mais violentos. Pobreza não é sinônimo de violência e a prova disso é que, se fosse o caso, os estados, municípios e bairros brasileiros mais pobres estariam em guerra e quase metade da população viveria em estado de revolta contra os mais ricos, porém isso não ocorre (MINAYO, 2009).

A conceituação de maus-tratos se apresenta de forma pouco consensual, já que se trata de um fenômeno complexo, com uma associação de fatores sociais e individuais. A OMS define maus-tratos infanto-juvenis como “o abuso e a negligência no trato de crianças até 18 anos de idade. Inclui todos os tipos de maus-tratos físicos e/ou emocionais, abuso sexual, descuido, negligência e exploração comercial ou de outro tipo, que resultem em dano real ou potencial à saúde, à sobrevivência, ao desenvolvimento ou à dignidade da criança, no contexto de um relacionamento de responsabilidade, confiança ou poder” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2014).

2.3.2 Tipos e Natureza da violência contra crianças e adolescentes

A tipologia proposta pela OMS, distante de ser aceita universalmente, oferece uma estrutura útil para entendimento dos complexos padrões da violência ocorrida mundialmente, assim como a violência diária vivenciada entre pessoas, famílias e comunidades. Ao discutir sobre a natureza dos atos de violência, a relevância do meio social e comunitário, a relação entre as pessoas que estão envolvidas e as possíveis motivações existentes, essa tipologia proporciona uma proximidade para compreensão desse cenário. Porém é importante destacar que tanto na pesquisa quanto na prática, nem sempre é fácil reconhecer as fronteiras existentes entre os vários tipos de violência (COELHO; SILVA; LINDNER, 2014).

A tipologia proposta pela OMS, apesar de existirem poucas e nenhuma ser muito abrangente, divide a violência em três extensas categorias, de acordo com as características daqueles que cometem os atos violentos:

- Violência autodirigida ou Violência autoinfligida: subdividida em comportamentos suicidas e autoabusos. No primeiro caso a tipologia enquadra suicídio, ideação suicida e tentativas de suicídio. O conceito de autoabuso nomeia as agressões a si próprio e as automutilações.
- Violência interpessoal: subdividida em violência comunitária e violência familiar (doméstica e intrafamiliar), que inclui violência infligida pelo parceiro íntimo, o abuso infantil e abuso contra os idosos. Na violência comunitária, engloba a violência juvenil, os atos aleatórios de violência, o estupro e o ataque sexual por estranhos, bem como a violência em grupos institucionais, como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.
- Violência coletiva: que compreende os atos violentos que acontecem em âmbitos macrossociais, políticos e econômicos e classificam a dominação de grupos e do Estado (COELHO; SILVA; LINDNER, 2014; DAHLBERG; KRUG, 2006).

No que diz respeito a natureza dos atos violentos, podem ser: 1) física; 2) sexual; 3) psicológica; 4) relacionada a privação ou ao abandono (DAHLBERG; KRUG, 2006).

A violência física é classificada como o uso da força para produzir injúrias, feridas, dor ou incapacidade de outra pessoa. Existe ainda uma classificação segundo a OMS (1998), de acordo com a gravidade (COELHO; SILVA; LINDNER, 2014):

- Ato moderado: ameaças não associada a abusos sexuais e sem o uso de armas; agressões contra animais ou objetos pessoais; violência física (empurrões, tapas, beliscões, sem uso de instrumentos perfurantes, cortantes ou que causem contusões);
- Ato severo: agressões físicas que gerem lesões temporárias; ameaça com arma; agressões físicas que causam cicatrizes, lesões de características permanentes, queimadura; uso de armas.

A violência psicológica é identificada com agressões verbais ou gestuais com a finalidade de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir a liberdade ou, ainda, isolá-la do convívio social. Já violência sexual é referente ao ato ou ao jogo sexual que existe na relação hetero ou homossexual e tem por objetivo estimular a vítima ou utilizá-la para ter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais estabelecidas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças. E a negligência

ou abandono é caracterizada como ausência, recusa ou deserção de cuidados necessários a alguém que deveria receber cuidados e atenção (COELHO; SILVA; LINDNER, 2014).

2.3.3 Violência física intrafamiliar contra crianças e adolescentes

A violência intrafamiliar contra qualquer criança ou adolescente representa qualquer ato ou ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física ou psicológica, ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento desse público na esfera familiar (ANGELO; PRADO *et al.*, 2013). Pode ser realizada dentro ou fora de casa e é praticada por algum membro da família, englobando pessoas que passam a adquirir função parental, independentemente de não possuir laços consanguíneos, e em relação de poder à outra (MOREIRA; SOUSA, 2012) com o propósito de exploração, dominação e opressão do adulto sobre o menor (SILVA; LUNARDI *et al.*, 2009). A violência intrafamiliar afeta mais crianças que adolescentes, devido a sua maior fragilidade emocional e física (BRASIL, 2010).

A violência doméstica diferencia-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico, abrange empregados (as), pessoas que convivem esporadicamente, agregados. Estas distinções foram construídas conforme surgiram estudos e políticas sobre o tema e, recentemente, passaram a preocupar mais a sociedade. Especialmente, a violência doméstica é um fenômeno trazido à luz pelos movimentos sociais de mulheres (BRASIL, 2002).

Por isso, muitas vezes o termo foi utilizado para representar situações de violência intrafamiliar, no espaço doméstico, atingindo as mulheres pelas suas condições de gênero. Este tema também foi colocado em destaque, também, pelos movimentos em defesa da saúde da criança e do adolescente, que desde a década de 50 atuam nos países de primeiro mundo. O conceito de violência intrafamiliar não se delimita apenas ao espaço físico onde a violência é praticada, como também as relações em que se constrói e efetua (BRASIL, 2002).

A violência intrafamiliar expõe dinâmicas de poder/afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação-dominação. Nessas relações – homem/mulher, pais/filhos, diferentes gerações, entre outras – as pessoas estão em posições contrárias, exercendo papéis rígidos e gerando uma dinâmica própria, diferente em cada grupo família. A violência intrafamiliar pode se expressar de várias formas e com

diferentes graus de severidade. Estas formas de violência não se executam isoladamente, porém fazem parte de uma sequência sucessiva de episódios, dos quais o homicídio é a expressão mais extrema (BRASIL, 2002).

A agressão física intrafamiliar é uma das várias formas em que a violência intrafamiliar se expressa. Ocorre quando uma pessoa, que está em relação de poder em relação a outra, causa ou tenta causar dano acidental, por meio da força física ou de algum tipo de arma que possa provocar ou não lesões externas, internas ou ambas. Segundo concepções mais recentes, o castigo repetido, não severo, também pode ser considerado violência física (BRASIL, 2002).

Este tipo de violência pode ser manifestada de várias formas: tapas; empurrões; socos; mordidas; chutes; queimaduras; cortes; estrangulamentos; lesões por armas ou objetos; obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool, drogas, ou outras substâncias, inclusive alimentos; tirar de casa à força; amarrar; arrastar; arrancar a roupa; abandonar em lugares desconhecidos; danos à integridade corporal consequentes de negligência (omissão de cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros) (BRASIL, 2002).

A violência física na infância é de diagnóstico difícil, uma vez que as crianças tendem a esconder o real motivo das lesões, seja por medo, afeto, já que, os agressores são geralmente pais ou outros familiares que se tornam responsáveis por eles (OLIVEIRA; SOARES *et al.*, 2016).

No entanto, o mais importante, não é apenas estabelecer o grau de parentesco do autor, mas, acima de tudo, determinar o grau de autoridade mantido com a vítima. Alguns autores brasileiros, usam como marco teórico para definir a violência contra crianças e adolescentes, a teoria do poder. Logo entende-se que todo poder sugere a existência de uma relação, contudo, nem todo poder é incorporado à violência. A violência se faz presente quando se estipula uma relação de força de um ser em relação a outro, identificando-se pela desigualdade e dominação sobre o outro (FALEIROS; FALEIROS, 2008; MAIA; NUNES *et al.*, 2017).

De acordo com o entendimento de autores como Ferreira e Schramm (2000) “a violência exercida por pais ou responsáveis contra suas crianças e adolescentes constitui-se em um problema social e histórico, presente em todas as sociedades”. Do ponto de vista de Minayo (2005), a violência está enraizada nos fundamentos das relações sociais, na definição de suas causas e também a emissão de um juízo de

valor sobre o seu sentido se configura em uma grande dificuldade. Pode ir além disso, quando a soma das verdades individuais não representa a verdade história e social, e os mitos e as crenças que existem a seu respeito habitualmente deturpam a realidade.

A agressão física intrafamiliar, como as demais formas de violência intrafamiliar, faz-se presente em todas as classes sociais. Sendo assim, percebe-se que as desigualdades sociais não representam os fatores mais importantes para esse tipo de ocorrência, embora alguns estudos mostrem que o agressor justifica a agressão física como forma de educação e apresenta explicações sobre o ato de bater ou espancar seja motivado por dificuldades sociais, no dia a dia das relações familiares e com a criança, descontrole emocional e sentimento de culpa da criança pelos problemas causados a família (NUNES; SALES, 2016; ROSA, 2004).

2.3.4 Estatísticas da violência física contra criança e adolescente

A violência gera um grande impacto na morbimortalidade, nas suas diversas formas, tem contribuído para a perda da qualidade de vida entre as pessoas, aumentando os custos sociais com cuidados à saúde, previdência, absenteísmo à escola e ao trabalho, entre outros. A violência física é, ainda, umas das mais relevantes causas de desestruturação familiar e pessoal, e suas marcas, muitas vezes, podem reproduzir-se nas futuras gerações (BRASIL, 2016). As taxas de maus-tratos infantis são difíceis de estimar em virtude das diferenças nas definições, estratégia e métodos de coleta de dados, bem como a metodologia. O que é mais impactante é que 50%-80% dos casos não são reportados (TEIXEIRA; LASIUK *et al.*, 2017; NORMAN; BYAMBAA *et al.*, 2012).

Em países desenvolvidos a prevalência anual do abuso físico relatado varia de 4% a 16% do total de violências notificadas. Cerca de 80% desses abusos são cometidos por pais ou parentes responsáveis pelas crianças, e tem a pobreza, problemas de saúde mental, baixa escolaridade, uso de álcool e outras drogas tem sido fatores de risco importantes para pais que cometem maus-tratos infantis (NORMAN; BYAMBAA *et al.*, 2012).

Segundo a Fundação Abrinq (2017), com fonte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015), o Brasil possui cerca de 60,5 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos, e 30,28% deles encontram-se no Nordeste. No Brasil, as causas externas ocupam a terceira posição no conjunto de óbitos

registrados. Em 2013, a mortalidade por violências (agressões e lesões autoprovocadas) totalizou 67.337 mortes equivalendo a 44% de óbitos por causas externas, e segundo a composição dessas mortes, as agressões (homicídios) corresponderam a 37,4% dos óbitos nesse período, classificando-se como a primeira causa de mortalidade por causas externas no país. Já no ano de 2015, mais de 56 mil mortes por homicídios foram notificadas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), destas, 10.465 homicídios foram na faixa etária de 0 a 19 anos, equivalendo a 18,4% do total de homicídios (BRASIL, 2016; BRASIL, 2017).

No ano de 2015, no Brasil, o Disque 100 recebeu mais de 153 mil denúncias de violações dos direitos da criança e do adolescente, entre elas 34.119 foram de violência física que equivale a 42,4% do total de denúncias feitas. A negligência ficou em primeiro lugar com 72,8% do total de denúncias, vale ressaltar que pode ser informado mais de um tipo de violação por ligação pelo Disque 100 (BRASIL, 2017).

Visando enfrentar o problema da violência, o Ministério da Saúde (MS), ao longo dos anos, movimentou diferentes setores internos e articulou-se externamente com gestores da esfera municipal, estadual e federal, ONGs e setor privado, apara implementar uma série de medidas. Entre elas, está a elaboração da Política de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência através da portaria MS/GM nº 737, de 16 de maio de 2001. É importante ressaltar que essa Política define propósitos, estabelece diretrizes, atribui responsabilidades institucionais. Entre suas prioridades está a estruturação da vigilância de violências e acidentes, com ênfase na implantação da notificação de violência (BRASIL, 2016).

A comunicação das violências praticadas contra as crianças e os adolescentes foi estabelecida de forma obrigatória pelo ECA, em 2001, o MS publicou a Portaria nº1.968, a qual estabeleceu a notificação, às autoridades-competentes, de caso de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do SUS (BRASIL, 2016).

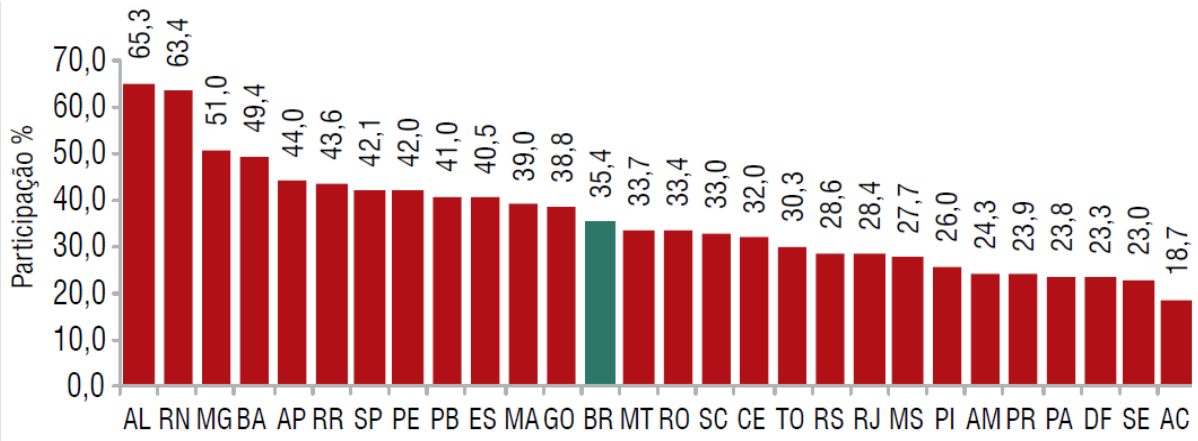
A notificação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências foi implantada no SINAN em 2009. Essa notificação deve ser realizada de forma contínua, universal e compulsória diante da suspeita ou confirmação de violências dirigidas as crianças, adolescentes, mulheres e idosos atendendo respectivamente às Leis 8.069 de 1990, 10.741 de 2003 e 10.778 de 2003. Essa notificação é realizada pelo gestor de saúde do SUS, mediante preenchimento de uma Ficha específica (WAISELFISZ, 2015).

Acreditando que muitas características das situações violentas vividas pelas crianças e adolescentes dependem da fase do seu ciclo de vida, considera-se conveniente, para melhor entendimento das circunstâncias em que ocorreram as situações de violência, fragmentar as faixas etárias e/ou etapas, de acordo com o SINAN (WAISELFISZ, 2015):

- <1 ano: Menos de 1 ano de idade, pelo diferencial epidemiológico e volume de mortes nessa fase e, fundamentalmente, no período perinatal.
- 1 a 11 anos: Junto com <1 ano constitui a fase definida pelo ECA como criança.
- 12 a 15 anos. Fase inicial da adolescência.

De acordo com o SINAN no Brasil, em 2014, foram registrados 97.976 atendimentos na faixa etária de <1 a 17 anos de idade. Dentre esses atendimentos, a violência física é a que apresenta uma maior incidência, com 35,4% dos atendimentos. Alagoas e Rio Grande do Norte destacam-se com taxas maiores que 60% dos atendimentos. Já o Acre apresenta menor índice de atendimentos por violência física, com 18,7%, como mostra o gráfico 1 do Relatório Violência Letal – Crianças e adolescentes do Brasil (BRASIL, 2016).

Gráfico 1 – Participação % da violência física no total de atendimentos por Unidade Federativa. Brasil. 2014.



Fonte: Violência Letal. Crianças e Adolescentes do Brasil.

De acordo com as faixas etárias, em 2014, a violência física ocupava o segundo lugar entre os tipos de violência, com 26,7% dos casos. Na faixa etária de 01 a 11 anos de idade, há um certo equilíbrio entre três tipos de violência: a física e a sexual, com aproximadamente 25% cada. De acordo com algumas características identificadas pelo SINAN, os atendimentos à violência física, cresce lentamente entre

as idades de 01 a 13 anos de vida, otimizando drasticamente sua incidência até os 17 anos de idade, quando representa 65,2% dos atendimentos, praticamente 2/3 destes (BRASIL, 2016).

Em relação aos locais das agressões, em todas as faixas etárias, a residência das vítimas o local de maior incidência dos eventos violentos. As vias públicas ocupam o segundo lugar entre os locais de maior incidência. Em relação a reincidência, na faixa etária de <1 aos 17 anos, apresenta um número elevado: 40,6% para todos os tipos de violência, 36,5% para violências físicas e 51,7% para as sexuais. A maior taxa de incidência localiza-se na faixa etária de 01 a 11 anos de idade (BRASIL, 2016).

Ao observar os dados obtidos, é possível inferir, a partir desses números, que apesar da sociedade brasileira representar a agressão física como um objeto que oferecem riscos à vida e muitas vezes é ancorada na justificativa de que é para proporcionar educação as crianças. Considerando que esse fato é repassado ao longo dos tempos, de forma que a criança agredida se transforma em um futuro pai agressor, se faz necessário compreender também como a criança é representada como sujeito social.

A violência física como objeto social precisa de investigações sobre as teorias elaboradas por crianças quanto à representação destas. Em seu contexto, a forma como as crianças objetivam e ancoram a construção de suas teorias sobre este fenômeno, permitirão direcionar estratégias de educação em saúde e de atendimentos nas redes de atenção psicossociais e de assistências sociais na perspectiva de uma reeducação na comunidade e prevenção de tal violência a esse segmento social.

O caráter dialético desse constructo mostra que mudanças nas representações ocasionam alterações na prática que requerem novos esquemas ordenadores, alterando as representações sociais sobre determinado fenômeno (ANADON e MACHADO, 2001). A partir das teorias criadas acerca da violência, são adotadas práticas para lidar com ela da mesma maneira que essas práticas criam novas representações.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Apreender a representação social de crianças vitimizadas sobre agressões físicas no espaço intrafamiliar a partir do seu contexto social.

3.2 Objetivos Específicos

- Descrever o perfil socioeconômico de crianças vítimas de agressões físicas intrafamiliar;
- Analisar os desenhos-histórias das crianças vítimas de agressões físicas intrafamiliar;
- Compreender a percepção da criança sobre a agressão física intrafamiliar.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Tipo de estudo

Estudo descritivo e exploratório de abordagem qualitativa, ancorado na Teoria das Representações Sociais e objetivado na formação de conceitos a partir do senso comum, que antes desconhecidos tornam-se familiares ao transformarem-se os mesmos em imagem ou núcleo figurativo (SANTOS; ALMEIDA, 2005). A abordagem qualitativa faz referência aos aspectos subjetivos, em que se aplicam as crenças, relações, opiniões, percepções, interpretações que os sujeitos fazem a respeito de como vivem, sentem, pensam e compreendem este mundo (MINAYO, 2007).

A pesquisa descritiva tem por finalidade descrever, documentar, fatos, fenômenos de uma determinada situação (TRIVIÑOS, 1987). Deste modo, os resultados podem ser apresentados através de anotações observacionais, transcrições e material documental de entrevistas, perguntas de pesquisa e diário de campo, desenhos e fotografias (CRESWELL, 2010). A pesquisa exploratória tem como objetivo amparar o pesquisador a solucionar e/ou aumentar sua expectativa em função de um determinado fenômeno (TRIVIÑOS, 1987).

Fundamentado na Teoria das Representações Sociais, neste estudo se encontra a oportunidade não só para conhecer e compreender as Representações Sociais, mas também, como estas são reproduzidas e representadas, visando buscar subsídios para assimilar, modificar e/ou complementar a natureza das informações relacionadas à agressão física intrafamiliar contra crianças, as quais se encontram entrelaçadas em fatos percebidos e culturalmente construídos pelas relações sociais, somando-se à produção de novos conhecimentos científicos nesta área, permitindo-se a compreensão do senso comum e do conhecimento científico (MOSCOVICI, 2011).

4.2 Local da pesquisa

O estudo foi desenvolvido em duas casas-abrigo localizadas na cidade de Petrolina-PE, situada na mesorregião do São Francisco Pernambucano, nordeste brasileiro. A unidade territorial de Petrolina é de 4.561,872 km², constando atualmente com uma população estimada de 343.219 pessoas de acordo com estatísticas do censo do IBGE 2010, traduzindo-se numa densidade populacional de 64,44 hab/km² e com uma população residente rural de cerca de 25,42% (IBGE, 2010).

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Unidade (IDHM) de Petrolina em 2010, que é calculado levando em consideração a educação, a longevidade e a renda, foi de 0,697, ocupando o 6º lugar entre os 185 municípios do Estado de Pernambuco, simbolizando uma taxa geométrica de crescimento anual de 3,01% - no ano de referência de 2010. A cidade de Petrolina, de acordo com o IBGE 2010, apresenta o 5º maior PIB (Produto Interno Bruto) do estado de Pernambuco, tendo a fruticultura como um dos maiores contribuintes para esse indicador (IBGE, 2010).

4.2.1 Caracterização das casas-abrigo

O estudo foi desenvolvido em duas casas-abrigo da cidade de Petrolina, as quais recebem crianças encaminhadas do Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude e pelo Ministério Público (MP). Esses abrigos atendem crianças em caráter emergencial, por estarem submetidos à situação de abandono, vítimas de negligencia, maus-tratos ou perdidos, enquanto são adotadas medidas necessárias para solucionar o problema. Os dois abrigos, respectivamente:

- **Associação amigos do PETRAPE:** localizado na Av. Integração, s/n, Gercino Coelho, é uma Instituição Filantrópica, sem finalidades lucrativas, que iniciou suas atividades informalmente em 1978, teve como fundadora a freira Irmã Maria Eurídice Dourado, filha de Maria Auxiliadora, da Congregação Salesiana. A instituição foi reconhecida legalmente em 24 de maio de 1983, e tinha como objetivo principal: Assistência Social às crianças e aos adolescentes oriundos de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou tenham seus direitos violados, com destaque ao Serviço de Acolhimento Institucional, como preconiza o ECA. Com o intuito de obedecer às normas e orientações técnicas dos serviços de acolhimento o PETRAPE, a entidade oferece aos atendidos: educação, cultura, esporte, arte, lazer, orientação profissional com intuito da socialização e reintegração familiar e comunitária. O PETRAPE funciona regularmente, atendendo crianças e adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 06 a 17 anos: com capacidade para 20 crianças ou adolescentes, 16 dessas vagas ocupadas, em sistema de acolhimento determinados pelo judiciário, Vara da Infância e Juventude e capacidade para até 100 crianças ou adolescentes, 78 dessas vagas

ocupadas, em sistema educacional integral. Vale ressaltar que esses números podem alterar diariamente, ocupando até mais vagas que as disponíveis.

Além da educação formal são realizadas atividades socioculturais, esportivas, recreativas e religiosas com as crianças. O objetivo dessas atividades é inseri-las no ambiente físico e na obtenção de novos conhecimentos, proporcionando-lhes a capacidade de tomar consciência da realidade, compreendendo que podem interferir sobre a mesma dando-lhe novos sentidos e assim conquistando resultados positivos no seu desenvolvimento físico, psíquico e moral.

Tem como missão oferecer proteção especial à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, cujos direitos tenham sido desatendidos ou violados, não implicando privação de liberdade oferecendo-lhes Acolhimento Institucional, Educação Integral e Assistência Psicossocial visando à reintegração familiar e comunitária. Possui como visão ser referência nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Acolhimento Institucional como medida Protetiva de Crianças e Adolescentes.

- **Casa Anjo da Guarda:** localizada atualmente na Rua das Rosas, 658, Areia Branca. É uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que iniciou suas atividades no ano de 2000, no loteamento Recife, funcionava em vínculo com uma creche ambas sob responsabilidade da prefeitura. No ano de 2014 desvinculou-se da creche e começou a atuar apenas como acolhimento institucional e passou a ser administrada pelo PETRAPE.

  Possui capacidade para 20 crianças, abrangendo a faixa etária de 0 a 12 anos do sexo feminino e de 0 a 6 anos do sexo masculino, atualmente conta com 16 crianças. Vale salientar que esses números podem alterar diariamente, ocupando até mais vagas que as disponíveis. Por ser administrada pelo PETRAPE, a Casa Anjo da Guarda possui as mesmas metas, objetivos e visão que ele.

4.3 Participantes do estudo

4.3.1 Critérios de inclusão

Os participantes do estudo foram 15 crianças, sendo 09 do sexo masculino e 06 do sexo feminino, com idades entre 06 e 10 anos de idade vítimas de agressão

física intrafamiliar, que viviam nas casas-abrigo ou que estavam em acompanhamento pelos profissionais técnicos (psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e educadores) das instituições.

4.3.2 Critérios de exclusão

Não foram consideradas para o estudo crianças que: crianças que apresentaram algum tipo de deficiência física ou cognitiva que impossibilitariam os mesmos desenhar e/ou contar histórias.

A razão pela escolha desta faixa etária se fundamenta nas fases do desenvolvimento infantil propostos por Piaget, que identifica quatro estágios nos quais os sujeitos evoluem de um estado de desconhecimento do mundo que o cerca, até o desenvolvimento da capacidade de conhecer o que ultrapassa os limites do que está a sua volta. O estágio 03 é denominado operatório concreto calcado na capacidade de coordenar ações bem ordenadas em "sistemas de conjunto ou estruturas”, ele tem duração, em média, até os 11 anos. É por volta de 07 a 08 anos que a criança chega à constituição de uma lógica e de estruturas operatórias denominadas concretas. De acordo com Piaget, a entrada da criança neste estágio "assinala um momento decisivo na construção dos instrumentos do conhecimento". Ele afirma que "as ações interiorizadas ou conceitualizadas com que o sujeito" trabalhava até agora, "adquirem a categoria de operações" (PÁDUA, 2009; ROSA, 2010).

O termo operação é usado para designar a ação do sujeito. No pensamento operatório a criança adquire a habilidade de pensar uma ação e reverter esse pensamento. Este é o estágio da inteligência operacional concreta e como dito anteriormente se refere aos primórdios da lógica, a criança faz uso da capacidade das operações reversíveis apenas em cima de objetos que ela possa manipular, de situações que ela possa vivenciar ou de lembrar a vivência, ainda não existe, por assim dizer, a abstração. O período de operações concretas que se inicia aos 07 anos e que tem o equilíbrio atingido aos 10 anos, revela-se como faixa ideal para realização desta técnica de desenho-história aplicada neste estudo fundamentando-se de que nesta fase a criança tem a capacidade de determinar relações, coordenar seus pontos de vista e ainda relacioná-los de maneira coerente e lógica (PÁDUA, 2009; ROSA, 2010).

4.4 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu de junho a outubro de 2017 nas duas casas-abrigo. A primeira instituição a ser realizada a coleta de dados foi o PETRAPE. Nos primeiros dias, realizei aproximação com o local da pesquisa e teve acesso aos prontuários das crianças, para familiarizar-se com a história de vida de cada uma delas e obter dados para caracterização e descrição dos mesmos, já que era período de final de semestre e início de férias, e a entrevista não poderia ser realizada. Foi orientado que deixasse para realizar a entrevista com as crianças quando todas estivessem de volta, já que conta com crianças abrigadas e acompanhadas pela instituição.

No retorno das atividades das crianças foi realizado apresentação da pesquisadora as turmas em que as mesmas realizavam suas atividades, para que posteriormente fossem chamadas para entrevista. O turno liberado para realização da coleta de dados foi o da tarde, já que no período da manhã elas frequentavam a escola regularmente. Utilizei a sala de atendimento da psicologia e da assistente social ou a sala de atendimento da técnica de enfermagem, quando as mesmas estavam sem uso, já que a entrevista era individual e para garantir a segurança do que era revelado durante essa.

A segunda instituição a ser realizada a coleta de dados foi a Casa Anjo da Guarda, nesta todas as crianças eram moradoras. Foi realizado inicialmente o conhecimento do local da pesquisa e em seguida a pesquisadora teve acesso aos prontuários das crianças com a finalidade de conhecimento das suas histórias e obtenção dos dados para caracterização das mesmas. Nesse abrigo, possuía apenas uma sala de atendimento multiprofissional, sendo a mesma utilizada para realização das entrevistas quando as mesmas estavam sem utilização. Em ambas instituições, as crianças foram chamadas aleatoriamente para coleta de dados, já que todas foram escolhidas anteriormente devido aos critérios de inclusão. A orientação sobre a solicitação de algumas crianças foi realizada no dia da apresentação da pesquisadora, deixando claro que apenas algumas delas participariam da pesquisa e seriam chamadas de acordo com a necessidade.

A coleta foi realizada por meio do procedimento desenho-(hi)estória e diário de campo em que os dados eram registrados, preferencialmente, logo após o término da entrevista minimizando a perda de informações relevantes (CAMPOS; TURATO, 2009). Nos diários de campo, foram registradas características particulares das etapas de coleta de dados, como data, início e termino da coleta, bem como foi descrito as

facilidades e dificuldades para realização da coleta de dados que foram apresentadas em resultados relativos aos acontecimentos no processo de coleta. Foi utilizado um roteiro semiestruturado para observação e entrevista e um questionário sociodemográfico (Apêndice A) respondido de acordo com os dados dispostos nos prontuários para a caracterização dos participantes da pesquisa.

A imagem, em todos os seus modelos, vem empregando um papel cada vez mais significativo na interação social e na comunicação e se estabelece como um recurso visual altamente adequado para crianças. A gênese do desenhar encontra-se nas condições históricas e sociais as quais os sujeitos estão inscritos e nas modificações que a imaginação permite ocorrer. Ao fazer o desenho, a criança está embebida no universo simbólico, o qual é comum ao gesto, ao jogo, a brincadeira, aos sinais e a escrita. A criança associa-se com signos e transparece sobre eles, aperfeiçoando-se nesta experiência e suas reflexões, resultados de sua atividade manual e mental, podem envolver-se significativamente em sua atuação e constituição social (ARAÚJO; LACERDA, 2010).

Portanto, o desenho infantil, é um tipo de comunicação para o desenvolvimento integral do sujeito e se constitui como um elemento moderador de conhecimento e autoconhecimento. É a partir do desenho que a criança alinha suas informações, processa experiências pensadas e vivenciadas, expõe seu aprendizado e é capaz de desenvolver uma maneira de representação única e pessoal do mundo (GOLDBERG; YUNES; FREITAS, 2005). O procedimento de Desenhos-(Hi)Estórias, criado por Walter Trinca na década de 1990, vem sendo largamente utilizado em clínica e pesquisa por sua facilidade, simplicidade e adaptabilidade aos diferentes sujeitos e contextos. São necessários apenas uma folha de papel, lápis, o clima emocional apropriado para que alguém faça um desenho e conte uma história. A simplicidade, entretanto, é apenas ilusória, pois a cobertura cientifica e a habilidade do instrumento possibilitam uma expansão da contextualização que favorecem a riqueza dos resultados (MIGLIORINI; ROSA, 2012).

Este estudo foi efetuado em duas etapas onde inicialmente a pesquisadora fez uma aproximação com o objeto de estudo desde o conhecimento do contexto dos abrigos, seguindo para a etapa da realização do desenho sobre a representação das crianças sobre a agressão física intrafamiliar e para finalizar, o momento em que elas contaram a história sobre o seu desenho.

4.4.1 Etapa 01 – Inserção no contexto dos abrigos

De início, foi realizada uma reunião com a diretoria do PETRAPE, posteriormente realizada reunião com sua equipe técnica (psicóloga e assistente social) e educadores com a proposta de expor o objetivo e a metodologia do estudo e reconhecimento da pesquisadora para que a mesma pudesse circular dentro da instituição. Ainda na reunião com a equipe técnica foi explanado a importância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) e que o mesmo deveria ser assinado pelo responsável da instituição e responsável legal das crianças, encaminhado ao diretor da instituição já que o mesmo responde judicialmente pelas crianças. Ao assinar o TCLE permitindo a participação das crianças solicitadas, foi levado em consideração o desejo das mesmas em participar da pesquisa. O calendário e as atividades extracurriculares foram respeitados na íntegra, de maneira que não prejudicasse a criança que aceitou participar do estudo em suas atividades nem na quebra da sua rotina.

Posteriormente, a pesquisadora além da coleta de dados dos prontuários, participava de atividades junto a equipe técnica para um maior conhecimento do local e interagir com as crianças e seus cuidadores, com o intuito de ser reconhecida como uma pessoa do convívio estabelecendo uma relação de confiança e respeito. O mesmo procedimento descrito acima foi realizado na Casa Anjo da Guarda, já que o diretor é o mesmo de ambas instituições, foi necessário apenas as reuniões com a equipe técnica e educadores, para repasse das mesmas informações realizadas no PETRAPE.

Ao fim desse processo de interação, iniciou o momento de aproximação com as crianças com o procedimento e com instrumentos (papel, lápis de cor e gravador) da pesquisa, onde em horários previamente estabelecidos com a equipe técnica e educadores a criança foi convidada individualmente para a sala que estivesse disponível exclusivamente para a coleta de dados da pesquisa. No encontro, foi solicitado que a criança desenhasse o que quisesse sem estabelecer previamente temas e seguidamente, contasse a história do seu desenho a qual foi registrada com um gravador de voz do tipo digital.

Ainda nessa etapa, a entrevistadora solicitou a cada criança que escolhessem um pseudônimo para que fossem adotados por elas, um nome fantasia de acordo com seus gostos. A pesquisadora adotou a postura de feedback positivo a todas as crianças, agradecendo, estimulando e parabenizando-as durante o processo de

construção do desenho-história, de forma a não gerar nenhum tipo de questionamento de certo ou errado, ou algum sentimento de inferioridade.

4.4.2 Etapa 02 – Realização do desenho sobre a representação da agressão física e processo de narração da história do desenho

Após a realização da etapa de familiarização de todas as crianças com os procedimentos e os instrumentos da pesquisa, foi realizado um segundo encontro com cada uma delas, foi explicado o conteúdo da pesquisa com linguagem adequada de maneira que as crianças explicitassem o seu interesse em participar e após isso solicitou-se a assinatura do Termo de Assentimento (Apêndice C).

Posteriormente foi solicitado à criança: “Desenhe neste papel, o que vem a sua cabeça quando se fala agressão física?”. Algumas não conheciam a palavra agressão física, na sua forma propriamente dita, dessa forma foi utilizado palavras coloquiais com o intuito de facilitar o entendimento das mesmas. Esta etapa teve como objetivo dar subsídios a etapa posterior de narração da história. Os desenhos foram conteúdos necessários para permitir que as crianças explanassem a representação da agressão física intrafamiliar e elucidasse os constructos da Teoria da Representação Social.

Concluída a etapa de construção do desenho, foi solicitada a criança que contasse a história sobre o seu desenho, algumas delas já contavam a história realizando o desenho. Durante essa fase, a entrevistadora buscou ouvir de maneira ativa, demonstrando a criança interesse em sua fala e em suas emoções, realizando questionamentos e confirmando com gestos que o ouvia atentamente e queria entender suas palavras, porém sem exercer influência sobre seus pensamentos (BELEI; GIMENIZ-PASCHOAL *et al.*, 2008).

As entrevistas foram gravadas com o intuito de ampliar o poder de registro e captação de elementos de comunicação extremamente importantes, pausas de reflexão, dúvidas ou entonação da voz, melhorando a compreensão da narrativa (SCHRAIBER, 1995). Finalizada a entrevista a pesquisadora agradeceu o recebimento das informações dadas e se colocou à disposição para possíveis dúvidas e sugestões. Depois de realizada toda a coleta, a pesquisadora fez a transcrição das narrativas, em ambiente silencioso e distante da circulação de outras pessoas (BELEI; GIMENIZ-PASCHOAL *et al.*, 2008).

4.5 Análise dos dados

Os dados coletados dos relatos foram processados com o auxílio do Software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ) versão 2009. O IRAMUTEQ foi desenvolvido pelo pesquisador francês Pierre Ratinaud, com o objetivo de viabilizar diferentes tipos de análise de textos, compreendendo desde as mais simples como a lexicografia básica até análises multivariadas como a classificação hierárquica descendente e a análise de similitude. O software organiza a distribuição do vocabulário de maneira facilmente compreensível e visualmente clara bem como a análise de similitudes e nuvem de palavras. O IRAMUTEQ surgiu como uma alternativa para realização de textuais tão ou mais sofisticadas que o Software Analyse Lexicale par Context d´um Ensemble de Segments de Texte (ALCEST) criado em 1990, na França, por Reinert (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Na ordenação obtida pelo IRAMUTEQ, cada narrativa é considerada uma Unidade de Contexto Inicial (UCI) (CAMARGO; JUSTO, 2013). As UCI's são disponibilizadas pelo software a partir de variáveis consideradas importantes para o pesquisador, como pseudônimo, idade e sexo. O agrupamento de todas as UCI's corresponde ao Corpus de Análise. Em seguida, o software usa de métodos estatísticos e matemáticos para a realização da análise de corpus pela coocorrência das palavras contidas nos enunciados do conteúdo textual.

O Corpus, conjunto das transcrições das histórias obtidas por meio das entrevistas, ao dar entrada no IRAMUTEQ foi segmentado em unidades menores, chamadas de Unidades de Contexto Elementar (UCE's). O software mostra, dentre os resultados, a geração de classes temáticas as quais são representadas por meio de um gráfico, denominado Dendograma (Classificação Hierárquica Descendente). Nele contém o número de UCE's de cada classe e também apresenta as palavras de maior qui-quadrado (X^2), variável usada pelo IRAMUTEQ para mensurar a importância das ligações entre as palavras ou conjunto de palavras para o sentido da classe pertencente (AZEVEDO; MIRANDA, 2012). As classes elaboradas pelo IRAMUTEQ recebem valores estatísticos de acordo com a relevância de seus significados e permitiram uma análise qualitativa sobre a representação da agressão física intrafamiliar em crianças vitimizadas fundamentada na Teoria das Representações Sociais.

O relatório deste estudo gerado pelo IRAMUTEQ classificou 63 UCE's, fragmentos de texto, que corresponde a 100% das narrativas. Entretanto, para um aproveitamento das classes, o sotfware considerou um aproveitamento de 80.95% (51 UCE's). Para garantir a estabilidade dos resultados, é aceitável uma classificação de, pelo menos, 70% das unidades de texto (KRONBERGER; WAGNER, 2004).

4.6 Aspectos éticos

Os responsáveis legais das instituições das crianças foram informados sobre o objetivo da pesquisa esclarecendo-os que este estudo não tinha a proposta de avaliar a criança, podendo o responsável ou a própria criança recusar-se a participar ou interromper sua participação a qualquer momento da pesquisa. O TCLE foi entregue ao responsável legal da instituição para sua assinatura, bem como foi explicado o teor da pesquisa com linguagem adequada as crianças, entregando as mesmas o Termo de Assentimento para que caso concordassem em participar da pesquisa pudessem assinar, e solicitar esclarecimento de suas dúvidas que foram prontamente respondidas. A identidade da criança participante não foi revelada, desta maneira foram adotados pseudônimos de personagens escolhidos pelas próprias crianças.

De acordo com a Resolução 466/12 do CNS, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisas da Universidade Federal do Vale do São Francisco (CEDEP-UNIVASF), antes do início da coleta de dados com aprovação sob parecer número 1.905.865 e número de CAAE: 62520516.5.0000.5196 (Anexo 3). Pode-se destacar que os princípios da bioética (autonomia, beneficência, não maleficência e justiça) foram respeitados em todas as etapas da pesquisa. Para realização do estudo nas instituições, foi solicitada a diretoria de cada, uma autorização formal para a realização da pesquisa (Anexos 1 e 2).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Caracterização dos participantes

Grupo constituído por 15 crianças, das quais 40% eram do sexo feminino e 60% masculino, e a idade prevalente (40%) foi de 10 anos. Antes de serem acolhidas e acompanhadas pela instituição, 53,33% dos responsáveis pelas crianças eram a mãe, todas maiores de 18 anos com média de idade de 33,25 anos de idade. Em relação a situação conjugal, apenas 20% viviam com o companheiro (a) pai/mãe da criança. Da escolaridade, apenas 10 responsáveis tinham informação no prontuário, destes 60% eram analfabetos e os 40% não concluíram o ensino médio.

Dos responsáveis, 80% possuíam trabalho informal e 13,33% recebiam algum benefício por acidente ou morte da companheira, e apenas 01 possuía trabalho formal. Destas famílias, pelo estimado, 73,33% recebiam em média um salário mínimo, considerando que o valor do salário na vigência da coleta de dados era de R$ 937,00, e a média de pessoas, por casa, que dependiam desse salário eram de 4 pessoas.
No que diz respeito a agressão física intrafamiliar, as crianças relataram que 73,33% dos autores das agressões eram as mães, 40% pais e 20% irmãos e avós, a porcentagem dos autores não fecham em 100% pois nos relatos as crianças informaram mais de um autor nas agressões físicas.

5.2 Descrição dos participantes

5.2.1 Helicóptero

Helicóptero, 10 anos, órfão de pais, tem 06 irmãos sendo ele o mais novo, cursava 3º ano do ensino fundamental, é abrigado em uma das casas-abrigo.

Inicialmente estava sob responsabilidade de uma irmã, após divergências familiares, outro irmão assumiu a responsabilidade dele e de uma outra irmã. Realizada visita domiciliar em agosto de 2016, nela constatou-se que o irmão mais velho levava Helicóptero para trabalhar com material insalubre (recolher lixos e resíduos) e vender para reciclagem, o irmão negou, e a sua esposa justificou que Helicóptero ia a parada de ônibus, mas como o ônibus não passava, dessa forma iria trabalhar com o irmão. A esposa falou da necessidade do dinheiro para pagar as contas.

Foi notado sinais de desordem e sujeira no ambiente familiar, a esposa apresentava sinais de violência física. O irmão mais velho foi recomendado verbalmente a respeito das faltas de Helicóptero na escola e que se caso continuasse acontecendo, o CT seria acionado. Ao questionar a criança sob sua vontade de ir ao abrigo, ele imediatamente respondeu que queria. Ao chegar na casa-abrigo, Helicóptero usava um boné, o qual se recusava tirar, pois estava com o cabelo cortado de forma “agressiva”, cortes desordenados, chorando muito, confirmando as suspeitas de que ele sofria ameaça/coerção.

Um mês após, Helicóptero continuou não comparecendo as aulas, então, outra visita foi realizada, a situação no domicilio estava bem pior, a criança tinha saído com o irmão e a esposa do seu irmão apresentava sinais de agressão física, com hematomas no olho, nariz e boca. Foi feito um relatório para notificar a insalubridade e riscos sociais aos quais Helicóptero e sua irmã estavam expostos e uma possível reincidência de acolhimento institucional.

No início de 2017, Helicóptero foi acolhido, por motivo de negligência. No momento do acolhimento, estava fragilizado por possíveis abusos sofridos por sua irmã. Foi acolhido outras duas vezes e não tinha perspectivas de reintegração familiar. Em abril, em atendimento, ele estava quieto, tranquilo, colaborativo, extrovertido, participava das atividades na escola. Não recebeu visita de nenhum parente desde o acolhimento, foram realizadas diligências com o intuito de localizar os irmãos, mas sem êxito. Foi constatado que os irmãos maiores não ofereciam segurança, nem condições financeiras ou psicológicas de manter Helicóptero sob suas responsabilidades.

Durante o período de coleta de dados na instituição foi observado que Helicóptero é uma criança que apesar das circunstâncias ainda permanece com características de criança, como uma certa inocência no falar e nas atitudes, é uma criança doce e alegre, que sonha em ser um jogador de futebol. É muito querido por todos os seus amigos e funcionários da instituição. No primeiro encontro, de início mostrou-se envergonhado, falando pouco, porém após um tempo de conversa, foi ficando mais comunicativo. Na primeira história ele falou pouco, respondendo apenas algumas perguntas. Quando falamos de futebol, ele falou um pouco mais e se entrosou. No segundo encontro, já para coleta do estudo, ele a princípio ficou receoso ao falar sobre o que sofria, por ter sofrido agressões dos irmãos, pedi para falar sobre uma dessas vezes, ainda meio envergonhado, mas falou do seu jeito.

5.2.2 Huck

Huck, 10 anos, órfão de mãe, tem uma irmã, cursava o 2º ano do ensino fundamental, é abrigado em uma das casas-abrigo.

O serviço de assistência social realizou uma visita domiciliar a família do Huck em janeiro de 2017, onde foi observado que as crianças estavam sozinhas em casa e que residiam apenas com o genitor, pois a mãe era falecida. Enquanto a irmã foi chamar o pai em uma casa próxima, observou-se as condições precárias de moradia, sujeira, desorganização, falta de energia elétrica, assim como a falta de alimentos e várias embalagens de aguardente de cana no terreno da casa, apesar de possuírem renda de um salário mínimo, referente a pensão por morte da genitora das crianças.

De acordo com relatos da comunidade, o genitor é usuário de álcool, ex-presidiário e agride as crianças. A equipe realizou contato com a escola que as crianças frequentavam no povoado onde moravam e confirmaram as denúncias, que eram maltratadas, negligenciadas e a escola disse que já tinha entrado em contato com o CT da região, porém sem sucesso. Foi solicitado que o CT interviesse urgentemente pois era notório a necessidade.

Em abril, as crianças foram abrigadas após as denúncias de maus-tratos e negligência. Nesse mesmo período, entraram em contato com um tio para analisarem a possibilidade de Huck ficar sob os seus cuidados, pois a sua irmã já estava sob a guarda de um outro tio. O casal relatou a necessidade de um tempo para a aproximação com a criança e somente depois tomar a decisão, pois perceberam que tiveram sérias dificuldades para assumir a responsabilidade do sobrinho. Foi sugerido um período de adaptação e criação de vínculo afetivo, com visitas a criança na instituição e levá-la nos fins de semana para sua residência.

Durante o acolhimento, em abril, Huck apresentava-se choroso, introspectivo e com sinais de doença na pele, estava passando os finais de semana na casa dos tios e mostrando resultados satisfatórios. Foi matriculado na escola próxima a casa-abrigo e inserido em atividades culturais, esportivas e de lazer na comunidade. Em maio, Huck estava se comportando de forma agressiva, recusando várias vezes a socializar-se com as demais crianças, foi solicitado acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi).

Ainda em maio, o genitor de Huck foi encaminhado ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) para fazer acompanhamento e tratamento para seu alcoolismo. Mudou-se para cidade e relatou que iria procurar emprego,

adquirir estabilidade e recuperar seus filhos. Em junho, o tio informou que o genitor foi preso por porte ilegal de armas e não frequentava o CAPS AD. Após ser liberado, o genitor foi na instituição relatar o acontecido, que iria procurar uma moradia na cidade para ficar próximo as crianças e pagar sua pena, o seu irmão se comprometeu a ajudar.

No mês de julho, foi realizada visita a casa que o genitor estava morando com mais 04 pessoas, ele disse que estava fazendo tratamento no CAPS AD e queria, o quanto antes, alugar uma casa, para obter novamente a guarda do filho. Foi reforçada a necessidade de visitas a criança para manutenção do vínculo afetivo.

No período de coleta de dados foi observado que Huck é uma criança um pouco tímida, não muito aberta a conversas nem a brincadeiras, de início, no primeiro desenho falou que não sabia desenhar, após um pouco de insistência ele conversou um pouco mais e desenhou, mas em relação ao desenho falou somente o perguntado. No segundo encontro, durante a conversa e o desenho, relatou várias vezes que “não sabia desenhar” e que “o desenho estava feio”, foi perguntado se ele não queria desenhar ou participar da entrevista, ele respondeu que queria, mas apesar da resposta ser positiva repetia que não sabia desenhar. Foi um pouco difícil os encontros com Huck, pois além de recatado e não se expressar tanto, ele só respondia o que era questionado e com poucas palavras.

5.2.3 Salsicha do Scooby Doo

Salsicha, 09 anos, com pais casados, tem 05 irmãos, cursava o 3º ano do ensino fundamental, é abrigado em uma das casas-abrigo.

No mês de março de 2015, o MP entrou com uma ação de destituição familiar na Vara da Infância e da Juventude em Petrolina-PE, em desfavor dos genitores de Salsicha, em relação a ele a seus irmãos. Foi observado que as crianças estavam em comprovada de situação de risco e negligenciados. Após denúncias e diligências para confirmação dessas, Salsicha e um irmão haviam fugido de uma instituição e encontrados em um estacionamento em Projeto na zona rural da cidade, junto com outras crianças, todas sujas e com algum dinheiro, em situação de rua e de mendicância.

Relatado caso de abuso sexual e realizado escuta com Salsicha, sobre o caso, descrito por uma das duas irmãs que os seus pais mantinham relação sexual na frente dos filhos, bem como incentivava Salsicha a contrair relações com a filha de

uma vizinha, além de incentivar os outros filhos a mesma prática. Foi visto que, Salsicha tinha desenvolvimento corporal evoluído, em relação aos seus órgãos genitais, por causa do estímulo indevido, incentivado pelos pais. As cuidadoras da creche, frequentada pelo Salsicha, referiram que ele apresentava comportamento sexual inadequado para sua idade, pois manifestava o hábito de masturbar-se antes de dormir.

Ainda nesse ínterim, foi relatado que os irmãos de Salsicha fugiam das casas-abrigo sempre que eram acolhidos, e muitas das vezes, voltavam para o local onde os pais estavam. Em visita aos genitores, foi visto que os mesmos não apresentavam as mínimas condições psicológicas, emocionais, sociais e econômicas de amparar os filhos. Encontravam-se em um cômodo de taipa, o qual não havia fornecimento de água para as mínimas necessidades básicas, dirigindo-se para a vila mais próxima ou canal, próximos a residência.

Além das decadentes condições de moradia, os genitores exibiam fortes sinais de embriaguez, sendo relatado pelos vizinhos as constantes saídas para beberem. Apesar disso e com o intuito de amparar os genitores, foram aconselhados a procurarem o CAPS AD para tratamento, sem êxito. Após todos esses motivos serem expostos, demonstrou-se a impossibilidade de as crianças serem reinseridas ao âmbito familiar a que pertenciam, solicitado a verificação e condições da família extensa para acolhimento das crianças e verificar a possibilidade de visitas dos menores aos pais nos finais de semana.

Em abril de 2015, foi realizado um relatório, no qual foi descrito a história das crianças e de seus genitores, bem como sua situação socioeconômica e acolhimento. Nele informava que as crianças viviam negligenciadas, em situação de rua, genitores mudando frequentemente de endereço (em 11 meses residiram em 06 endereços diferentes), devido ao uso abusivo do álcool, os pais não se mantém empregados, sendo despejados de sua moradia. Com essa mudança constante de endereço a rede de Atenção Psicossocial não consegue dar um bom atendimento e encaminhamento para a família. Percebeu-se um importante vínculo entre pais e filhos, porém sem facilitação dos genitores para reintegração familiar.

Em abril de 2016, evidenciando o desejo das crianças em retornar ao lar, encontravam-se em acompanhamento pelo juizado a fim de manter a integridade dos seus direitos e o vínculo com a família através de encontros e visitas domiciliares, na busca da reintegração familiar. Observou-se que, apesar da vontade e carinho pelos

genitores de reintegração familiar, não foi verificado nenhuma modificação favorável, visto que os genitores não aderiram ao tratamento nos centros de recuperação e no CAPS AD. A mãe, em uma de suas passagens ao centro de recuperação, afirmou estar gravida. Nos últimos 06 meses, mudaram de domicilio 05 vezes.

Na visita, foi constatado que ambos genitores apresentavam sinais de embriaguez, a mãe ainda apresentou sinais de escoriações no rosto, escondendo o real motivo, disse ter caído e que estava doente dias atrás. Nas conversas com os vizinhos, informaram que o casal vivia constantemente embriagado e que o genitor agredia a esposa diariamente. Em visita a uma irmã da mãe, foi observado que ela também vivia em situação de vulnerabilidade, alcoolista crônica, com várias crianças sob seus cuidados, moradia precária sem higiene e sem possibilidade de se responsabilizar pelos sobrinhos, a mesma afirmou que seus avós e tios paternos residentes em outra cidade, também são alcoolistas crônicos. As visitas dos genitores estão mais escassas, uma das irmãs de Salsicha havia fugido do abrigo e referiu que o pai comentou que “entregaria ela” para um “velho” para que vivessem maritalmente.

Em fevereiro de 2017, Salsicha permanecia na instituição, evoluindo satisfatoriamente, participando das atividades no abrigo e na comunidade, e em programa de apadrinhamento com boas respostas. Os genitores permaneciam sem visitar os filhos, não sendo localizado a moradia dos mesmos, a última visita foi no início de janeiro do referido ano, onde informaram que estariam de mudança para outro município à trabalho e que entrariam em contato em breve. Visto que, apesar de alguns esforços em melhorar as condições de vida, o resultado foi insatisfatório na integração familiar.

No primeiro encontro para a coleta de dados, Salsicha apresentou-se envergonhado e tímido, respondendo apenas o que era perguntado, fez um desenho que causou admiração, já que a única coisa que ele possuía era uma folha em branco e lápis de cores. Após realizar o desenho e de ir conversando no decorrer do encontro, mostrou-se uma criança criativa e cheia de sonhos, além do desenho solicitado para a pesquisa, fez outros, inclusive desenhando a pesquisadora. No segundo encontro, começou desenhando bem, porém depois de um tempo fantasiou, apesar de expressar à sua maneira o que foi solicitado. É uma criança que sempre procurava uma forma de chamar atenção mais que os outros e mostrava uma certa carência, sempre fazendo questão de mostrar a sua presença e a sua vontade de estar perto.

5.2.4 Sonyc

Sonyc, 10 anos, com os pais casados, tem um irmão, cursava o 4º ano do ensino fundamental, é acompanhado pela casa-abrigo.

Sonyc foi encaminhado a casa-abrigo em dezembro de 2014, para ser acompanhado por solicitação dos pais, a princípio porque os pais trabalhavam e precisariam que o filho ficasse em horário integral, o pai já foi assistido pela casa-abrigo. Após um período de acompanhamento, Sonyc começou a ficar agitado e agressivo de um modo geral com seus colegas e professores, foi solicitado a presença da mãe para uma reunião, na qual a mesma relatou ter problemas em casa com o pai, a genitora foi encaminhada ao Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Observou-se que os pais são agressivos e já agrediram verbalmente o Sonyc na frente dos funcionários do abrigo. Posteriormente, a genitora relatou que a criança estava sendo agredida fisicamente pelo pai.

Após um período acompanhando o Sonyc, foi visto que ele melhorou um pouco seu comportamento, oscilando, por hora agressivo, outras vezes calmo e colaborativo. O pai e a mãe vivem em constante conflito, tornando-se nítido, em várias vezes, em que foram pegar a criança ao fim do dia.

Durante a pesquisa Sonyc se mostrou bem colaborativo desde o primeiro contato. Na primeira etapa do estudo, foi uma das crianças que mais demorou fazendo seu desenho, cuidadosamente bem desenhado e cheio de histórias, foi uma das crianças que mais se mostrou comunicativo, extrovertido e falante. Falou de sonhos, desejos, de sua vida, um pouco de cada coisa sem muita vergonha. Na segunda etapa do estudo, seu desenho foi feito bem detalhado, expressando bem o que sentia e o que achava, falando com uma certa maturidade para sua idade e tristeza sobre o assunto, sobre as brigas dos seus pais, as brigas com eles, e como era tratado pelos pais em momentos de brigas ou desentendimentos.

5.2.5 Camisa 10 do Flamengo (C10)

C10, 08 anos, pais separados, cursava 2º ano do ensino fundamental.

Não há muitos dados sobre C10, pois ingressou para acompanhamento na casa-abrigo em fevereiro de 2017. Mora apenas com o pai, e a equipe ficou de avaliar se a namorada do pai dorme na casa com eles. Tem pouco contato com a mãe, não se sabe muito sobre ela.

Apresentou alguns comportamentos agressivos na escola e não estava sendo aceito pelos colegas de sala. Foi visto que o pai apresenta comportamentos estranhos e algumas vezes deixa C10 sozinho em casa. A criança vive negligenciada pelo pai e muitas vezes andando sozinho pelas ruas próximas a instituição. A escola levantou a hipótese de C10 estar sofrendo agressões pelo genitor, além da negligência. O abrigo iria investigar sobre tais hipóteses.

C10 mostrou-se, durante os encontros, uma criança de difícil diálogo, sempre muito retraído e algumas vezes um pouco agressivo. No primeiro encontro, de início ficou um pouco tímido e retraído, mas depois conversou um pouco e falou que tinha um sonho de ser jogador de futebol, pintou bem. No segundo encontro, ele estava mais difícil de conversar e lidar, se recusou a desenhar a princípio, foi explicado para ele novamente que ele poderia desistir da pesquisa a qualquer momento, quando foi falado em desistência ele resolveu continuar, porém disse que só iria desenhar e não iria pintar. Falou pouco sobre o seu desenho.

5.2.6 Flash

Flash, 08 anos, pais separados, tem 02 irmãos mais velhos, cursava 3º ano do ensino fundamental e era acompanhado pela casa-abrigo.

Não tem muitos dados de Flash, foi encaminhado para acompanhamento pela casa-abrigo, devido a solicitação da genitora que afirmava que a criança era “hiperativa” e não deixava a mesma trabalhar. De acordo com relatos da vizinhança, ele sofria agressões físicas pela mãe. A genitora não comparece a reuniões da escola. O pai mora em outra cidade e não tem contato com o filho.

Flash se mostrou bastante introvertido, sem muita conversa ou abertura para isso. No primeiro encontro mostrou-se um pouco envergonhado e se negou a desenhar a princípio, permaneceu calado a maior parte do tempo, respondendo apenas o que lhes era perguntado, depois de um tempo pensativo resolveu desenhar e usou pouco os lápis de cores. No segundo encontro, novamente envergonhado, falando pouco e respondendo só o que era questionado, mais uma vez desenhou pouco e se recusou a pintar.

5.2.7 Super-Homem

Super-Homem, 10 anos, com pais separados, tem 02 irmãos, cursava o 4º ano do ensino fundamental, é acompanhado pela casa-abrigo.

Não há muitas informações no prontuário sobre Super-Homem. Em maio de 2015, houve um atendimento pela casa-abrigo ao genitor, o qual já foi assistido pela instituição quando mais novo. Os filhos e esposa dele sofreram abuso sexual por parte do avô e tios paternos em agosto de 2014. O genitor mora com sua companheira, Super Homem e mais 06 crianças, 04 destas que não são filhas do genitor de Super-Homem. Foi solicitado pelo pai acompanhamento psicológico para duas outras crianças e Super-Homem, informando que seria realizado o encaminhamento para acompanhamento terapêutico, já que na instituição não teria.

Em agosto de 2016, houve uma tentativa de contato com o genitor, pois a criança havia chegado a instituição com marcas de agressões na região abdominal. Ao ser questionada, a criança relatou que foi a madrasta que o agrediu com um cinto. Super-Homem estava apresentando comportamento agressivo e indisciplinado. Foi informado a instituição que a sua genitora fugiu com um dos seus irmãos, que também estudava e era acompanhado na instituição. Não conseguiram contato com a mesma.

Super-Homem é uma criança agitada, ativa e falante. No primeiro encontro ele mostrou que gostava de conversar bastante, porém quando solicitado para fazer o desenho, ele desenhou pouco, ficava insistindo “que não sabia desenhar” ou “que desenhava feio”. Fez apenas um objeto e a partir dele contou uma história até bem elaborada, para o que foi desenhado. No segundo encontro continuava agitado e inquieto, cheio de histórias para contar, algumas eram notadamente mentira e estavam relacionadas aos amigos da instituição. Insistiu novamente “que não sabia desenhar” e “que o desenho sairia feio”, desenhou pouco e contou a história do que fez.

5.2.8 Homem-Aranha

Homem-Aranha, 09 anos, pais separados, cursava 2º ano do ensino fundamental, é acompanhado em uma das casas-abrigo.

Não tem registros sobre a história dele, mas o que se sabe é que mora com a avó materna, não tem contato com o pai, pois está preso em outro estado e a genitora é usuária de drogas vivendo em situação de rua desde 2013. Até o ano de 2016 ele não tinha estudado e desconfiavam que era soro positivo por conta do histórico materno e por não possuir dados da mãe, porém foram realizados exames e descartado a hipótese. A genitora foi encaminhada ao CAPS AD e ao CREAS, sem êxito no acompanhamento e tratamento. A avó informou que a criança gosta muito da

mãe. A criança relatou que quando a genitora ingeria bebida alcóolica, ela o agredia fisicamente.

Durante a coleta de dados ele se mostrou alegre e comunicativo. No primeiro encontro, o Homem-Aranha foi bem comunicativo e extrovertido, conversou muito e fez o desenho sem dificuldades. No segundo encontro ele ainda permaneceu alegre e conversando muito, falou sobre brinquedos, desenhos, sobre sua casa e escola, fez o desenho e contou a sua história sem muita inibição.

5.2.9 Wolverine

Wolverine, 07 anos, órfão de pai, genitora casada, tem 02 irmãos, cursava 2º ano do ensino fundamental e era acompanhado pela casa abrigo.

Acolhido, em março de 2017, juntamente com sua irmã, por motivo de maus-tratos, violência social, negligência e situação de rua. Foi a primeira vez em acolhimento na instituição, recebeu visitas de uma tia materna, Wolverine ainda verbalizava o desejo de morar com a tia. A genitora faz uso abusivo de álcool e é negligente com seus filhos, mora com seu esposo, alcoolista, que usa as crianças para a mendicância, além de ambos serem desempregados.

Em atendimento com a tia, em março de 2017, a mesma relatou que tem dois filhos e mora com o esposo, que a genitora de Wolverine já tentou fazer tratamento para o alcoolismo, mas sem sucesso. Referiu ser verdade o fato das crianças já terem vivenciado a situação de rua, Wolverine algumas vezes saia de casa pela manhã e só voltava a noite e já dormiu alguns dias fora de casa. O padrasto usava a sua irmã para pedir e ficar rondando, Wolverine também participou desses pedidos e rondas nas ruas. Revelou que o padrasto e Wolverine não mantinham uma boa relação, devido alguns episódios de agressão física e que a criança revidava, a genitora e o padrasto viviam em brigas constantes.

A genitora e o padrasto de Wolverine, conviviam há 5 anos, fazem uso do álcool em casa e o padrasto afirma ainda que a criança é “muito danada”. Em um conflito entre o casal, o padrasto agrediu a mãe com uma faca e a cortou no rosto. A convivência da tia e do marido, com Wolverine, é satisfatória e o esposo da mesma não se opõe as idas da criança a sua casa.

Em atendimento com o padrasto, em março de 2017, o mesmo confirmou ser alcoolista e estar desempregado, ao solicitar a presença de Wolverine na sala para vê-lo a criança chorou. Em relação a irmã de Wolverine, os pais do padrasto estavam

resolvendo a documentação para adquirir a guarda provisória. No mês de abril, foi decidido que a guarda provisória de Wolverine ficaria com a tia materna, pois desde o acolhimento até então ele estava abrigado na casa-abrigo. Permanecendo acompanhado pela instituição.

Durante a coleta de dados, a criança apresentou-se agressiva, após um período de conversa e contato, passou a ser colaborativo. No primeiro encontro, ele relatou alguns maus-tratos e negligência sofridos pela mãe e pelo padrasto, como ingestão de bebida alcoólica do copo da mãe, possui comportamento e falas agressivas, relatou ainda casos de agressividade com os colegas de sala. No segundo encontro, ainda com comportamento bastante agressivo e relatando casos ocorridos em casa e com colegas de sala, foi bastante colaborativo.

5.2.10 Tinker Bell (Chiken Bell)

Chiken Bell, 07 anos, pais separados, tem 03 irmãos, cursava o 1º ano do ensino fundamental, é abrigada em uma das casas-abrigo.

Em abril de 2014, Chiken Bell e seu irmão foram acolhidos por motivo de abandono de incapaz e negligência. Os vizinhos denunciaram que as crianças estavam sozinhas, abandonadas em casa pelo genitor e andando sozinhas pelas ruas do bairro. O genitor é usuário de drogas e tem alguns familiares que moram perto, mas não dão suporte as crianças. A equipe constatou a denúncia e as crianças estavam sozinhas, sujas, com feridas pelo corpo e o irmão mais novo de Chiken Bell estava sem vestimentas e sujo de areia, relataram não terem se alimentado aquele dia. Uma delas, devido à falta de nutrição adequada não conseguia permanecer sentada.

A genitora, meses atrás, teria invadido a instituição com ameaças e insultos aos funcionários, revelando-se uma pessoa violenta, sem responsabilidades sobre seus filhos e atribui a culpa a outras pessoas por sua família estar passando por dificuldades. Foi solicitado a revisão do benefício de Chiken Bell (recebimento é devido a um defeito em um dos membros inferiores) por ser nítido que esse benefício não estava sendo utilizado a seu favor.

Em junho, Chiken Bell e seus irmãos foram novamente abrigados por estarem em extrema vulnerabilidade psicossocial, estavam novamente sozinhas, sujas e famintas. A genitora compareceu ao CREAS visivelmente alterada, tentando justificar

o abrigamento dos filhos nesse período. Acusou os vizinhos de perseguição, referindo que não sabe o motivo para tal, ao ser solicitado o seu endereço de moradia, ela se negou. Não tem trabalho fixo e vive do benefício de Chiken Bell.

No mês de julho, foi realizado visita domiciliar aos genitores de Chiken Bell, nas suas respectivas moradias, na casa da genitora possui apenas um cômodo que foi deixado para ela por “herança”. Referiu ainda estar “arrumando” o cômodo, possuía um quarto e um banheiro, sem higienização, com uma cama e um fogão, algumas panelas e garrafas de água pelo chão da casa. Não visualizaram alimentos e água potável, tinha um fumo em local acessível para as crianças, a genitora recebeu orientações sobre a visão da equipe por causa da moradia.

Na visita realizada ao genitor, o mesmo não se encontrava, foram no seu suposto local de trabalho e também não foi encontrado. No local, um colega informou que ele tem hábito de gastar todo o dinheiro com álcool e drogas, desaparecendo por vários dias. Em uma nova visita a casa do pai, o encontraram com a sua companheira, vivem em um cômodo sem banheiro, basicamente higienizado, com uma cama e alguns pertences pessoais, no mesmo terreno e em outro cômodo com banheiro vive uma irmã que disse que tudo entre eles é compartilhado. Foi realizado intervenção por causa da condição de dependente químico e reforçado a necessidade de acompanhamento e tratamento do casal no CAPS AD. Em novembro, Chiken Bell e um dos seus irmãos foram novamente acolhidos pelos mesmos motivos.

Em fevereiro de 2015, Chiken Bell e um dos seus irmãos estavam em condição de acolhimento na instituição após várias reincidências, através de denúncias de negligência, situação de rua, abandono, entre outros. Em visitas efetuadas posteriormente a casa dos pais, foi informado que os mesmos se desentenderam (pelo benefício de Chiken Bell) e as crianças voltaram a morar com a genitora, referiram que essa decisão foi formalizada na “justiça”.

Em atendimento, a genitora era resistente às intervenções propostas pela equipe técnica, argumentando sobre a reincidência do abrigamento dos filhos e culpabiliza a tia materna, pois é sua vizinha e queria prejudicá-la por questão de herança. Disse que na noite da denúncia, saiu para chamar uma amiga para ficar com seus filhos, pois precisava ir ao hospital, é hipertensa, estava grávida. A nova moradia da mãe, possuía 02 cômodos e um banheiro, estava organizada e higienizada, o atual companheiro estava presente no momento da visita, afirmando ser o pai da atual gravidez e do último filho dela, embora fosse registrado no nome do seu antigo marido.

A genitora afirmou que Chiken Bell não é filha biológica do seu antigo marido, embora tenha registrado e reconhecido como tal.

Em março, as crianças foram desacolhidas e entregues a mãe por decisão judicial. Em agosto, foi requerido novo acolhimento de Chiken Bell e seu irmão. Os vizinhos denunciaram que as crianças estavam trancadas em casa sozinhas, desde o início da manhã, a genitora estava bêbada, deixou as crianças com fome e elas foram alimentadas pela vizinhança. A equipe do CT foi ao local, as crianças estavam sujas e uma delas sem roupa, encontravam-se na casa dos vizinhos, pois um deles pulou o muro da casa para abrir a porta da casa e tirar as crianças. Após alguns dias, por decisão judicial, as crianças foram entregues a genitora, foi solicitado acompanhamento das mesmas no CREAS.

No início mês de setembro, a creche em que Chiken Bell solicitou ao CT a verificação da denúncia da criança, que relatou para uma das funcionárias um suposto abuso sexual pelo padrasto. Ao ser solicitado, Chiken Bell foi encaminhada a casa-abrigo devido as várias reincidências de acolhimentos. No acolhimento, tinha pequenas cicatrizes pelo corpo, magra, tranquila e sem alterações emocionais visíveis. Apesar da pouca idade a criança expressou a vontade de voltar a conviver com a mãe, ainda que mostrasse receio pela sua postura violenta. Foi registrado um boletim de ocorrência devido aos maus-tratos por violência doméstica/familiar doloso a Chiken Bell realizados por sua genitora.

Nesse período, uma das funcionárias da creche, notou que Chiken Bell pedia várias vezes para ir ao banheiro. Quando questionada sobre a sua vontade, a mesma referiu que seu padrasto “estava mexendo em suas partes íntimas”, ao perguntar quando isso acontecia, Chiken Bell respondeu que quando a sua mãe saia de casa.

Em janeiro de 2016, Chiken Bell em atendimento, relatou que: sua genitora e seu padrasto andavam sem roupas pela casa; os dois a agrediam fisicamente; “ele fazia quando minha mãe não estava em casa”. A genitora disse que desconhecia o assunto do abuso sexual. Depois de abrigada, foi observado comportamento sensualizado durante o banho dela, a equipe fez intervenção a respeito desses comportamentos, respondendo bem e extinguindo tais atitudes.

O CAPS AD declarou que, de janeiro e março de 2016, a genitora frequentou a instituição conforme solicitação e realizou tratamento. Em maio, Chiken Bell estava aparentemente bem nutrida, com comportamentos diferentes de quando chegou, como agressividade, sensualidade, libido aflorada, reproduzindo, dessa forma,

comportamentos observados em casa. A criança externalizou a suspeita de abuso sexual em procedimentos lúdicos. Faz uso de palavrões, disse que a mãe a agredia fisicamente, após o acontecido com seu padrasto deixou de chamá-lo de “pai” e chama pelo nome, “não gostava mais dele” e ele também batia em sua mãe.

A genitora foi solicitada para atendimento sobre a veracidade das informações e disse não saber de tais afirmações negando o ocorrido. Ao ser informada sobre o que estava acontecendo com sua filha, ela não demonstrou sinais de espanto ou surpresa com o assunto, demonstrou irritabilidade acerca das afirmações. Vale ressaltar que a genitora sobrevivia do benefício de Chiken Bell e deixou claro que não iria perder sua filha para ninguém.

Em conversa com o genitor, o mesmo afirmou não querer a guarda dos filhos, pois a genitora faz escândalos, ameaçando constantemente que ele não tire a menina dela. A princípio, a mãe realizava visita aos filhos com frequência, mas sempre fria e distante, cumprindo apenas as formalidades, no seu discurso, sempre procura o bem das crianças, mas ficava claro que o seu interesse era apenas o benefício da filha.

Chiken Bell iniciou tratamento para cirurgia na perna esquerda, ao saber, sua mãe se recusou e disse que não havia necessidade do procedimento. Após isso, a mãe passou algumas semanas sem visitar seus filhos, nesse período o comportamento das crianças mudou, tornando-se agressivos e ansiosos. A genitora agrediu verbalmente uma funcionária da instituição e fez ameaças, mostrou a falta de equilíbrio emocional para criação de seus filhos, além de mudança constante de endereço, dificultando o contato com a mesma e a criação de vínculo das crianças com a comunidade inserida. Chiken Bell expressa muito amor por sua mãe, chora com frequência por saudades e quando visita a criança age de maneira indiferente, não expressando afetividade.

Em agosto de 2016, em atendimento, Chiken Bell afirmou que a mãe “batia” nela quando ela era “teimosa”, e não falou que o padrasto a “tocava”, já o padrasto “batia” nela “sem motivos”. Ela expressa o desejo de voltar a morar com o pai.

Em fevereiro de 2017, durante atendimento, Chiken Bell estava amistosa e colaborativa. Fala da mãe com tristeza por sentir falta dela e disse que ela não vem nas visitas por estar se mudando. De acordo com a equipe noturna da instituição, Chiken Bell vem apresentando comportamento sexualizado, agressividade com os colegas e insatisfação por estar morando na instituição. Ainda nesse mês de fevereiro,

foi aceito pelo judiciário o pedido de suspensão do poder familiar dos genitores e do padrasto de Chiken Bell e de seus irmãos.

Em março, a genitora foi readmitida no CAPS AD se comprometendo com o tratamento. Em abril, foram liberadas visitas da mesma e dos genitores aos seus respectivos filhos. De acordo com informações dos funcionários da casa, Chiken Bell apresentou-se chorosa e introspectiva a visita de sua genitora, evitando contato com a mãe e resistente. Após a visita, o seu comportamento era de “muita raiva” e agressividade.

Durante o período de coleta de dados, Chiken Bell se mostrou uma criança bem carente de atenção e carinho, agindo das mais diversas formas para chamar a atenção de todos na instituição, algumas vezes chegou a brigar por não querer deixar que as outras crianças também participassem da coleta. No primeiro encontro, estava bastante feliz, comunicativa e extrovertida, falou sobre o que gostava de fazer e de brincar. No segundo encontro, estava agitada e impaciente, mas sempre colaborativa. Fez o desenho solicitado, e ainda disse que nele “é minha mãe com raiva e eu com medo”.

5.2.11 Princesa Joana

Joana, 09 anos, com pais separados, tem 04 irmãos, cursava 3º ano do ensino fundamental, é abrigada em uma das casas-abrigo.

Em agosto de 2016, foram acolhidos Joana e seus dois irmãos, pois a genitora estava presa em regime fechado em Petrolina-PE, as crianças moravam em outro estado sob responsabilidade de uma tia. Quem as trouxe foi uma mulher por observar que as crianças se encontravam em situação de vulnerabilidade no povoado que moravam. Levou os documentos das crianças e suas roupas, Joana chegou a instituição tranquila e motivada a morar novamente com a genitora. Em relação as visitas familiares, são realizadas mensalmente com a genitora, as visitas são interativas, com vínculo afetivo forte e presente. Não foram esgotadas as possibilidades de contato com a família extensa, ficando a cargo da equipe procurar e entrar em contato com os familiares na cidade em que moram. Joana verbaliza claramente a situação de restrição em que se encontram, mas visualiza um futuro bom.

A senhora que levou as crianças ao CT, referiu que elas estavam em situação de vulnerabilidade e que a tia as deixava “sozinhas em casa um monte de vezes, sem

comida, sem nada”, fato também relatado pelas crianças. Ela informou que tinha comunicado a situação das crianças a um assistente social, o qual entrou em contato por telefone com o conselheiro tutelar da cidade, mas não tinha conhecimento da situação. Conseguiu uma autorização com o assistente social para levar as crianças embora do povoado, mas sem autorização judicial. Dessa forma as crianças foram encaminhadas a uma instituição para garantir a sua proteção e os seus direitos. O genitor de Joana e sua irmã não tem contato com a mãe desde o nascimento delas. O genitor do outro irmão, está em uma penitenciária.

Joana é uma criança calma, doce e carinhosa. É, visivelmente, carente de atenção e carinho, mas muito colaborativa. No primeiro encontro, foi muito calma e entendeu bem o que deveria fazer, fez um desenho completando a folha inteira e bem colorido. No segundo encontro, sempre muito risonha, carinhosa e cooperativa, fez o desenho que foi solicitado e relatou que a genitora teria “batido” nela várias vezes.

5.2.12 Princesa Sofia

Sofia, 06 anos, pais separados, 04 irmãos, cursava o 1º ano do ensino fundamental, é abrigada em uma das casas-abrigo.

Sofia é irmã de Joana, chegou a instituição em agosto de 2016, junto com dois de seus irmãos. Chegou ao abrigo com seus documentos, tranquila e em condições precárias de higiene, terá visitas mensais com sua genitora. Verbaliza o desejo de voltar a morar com sua genitora, expressa afetividade significativa e forte.

Sofia é uma criança alegre e comunicativa. No primeiro encontro da coleta, ela estava um pouco envergonhada, mas logo cedeu as conversas, é carinhosa e sorridente. No segundo encontro ela estava um pouco quieta e triste, mas era por estar doente, entendeu bem o que foi solicitado e realizou o desenho.

5.2.13 Princesa Elsa

Elsa, 09 anos, pais casados, 02 irmãos, cursava 3º ano do ensino fundamental, é abrigada em um dos abrigos.

Em outubro de 2016, uma equipe técnica foi averiguar denúncias de que as crianças viviam sujas e com fome, tendo ajuda dos vizinhos sempre que possível. Em visita a escola de Elsa e sua irmã (que também participou da pesquisa e escolheu o nome de Barbie), foi relatado que as crianças chegavam a escola sem a devida higienização, e que Barbie estava apresentando condutas inadequadas como: falar

alto, resistência as regras e tem deficiência em manter atenção. A funcionária relatou que Barbie desabafa, destacando a existência de violência doméstica em sua residência, dizendo que seu pai agride sua mãe sempre que bebem.

Diante da situação, Barbie foi ouvida e referiu que ao acordar nem sempre tem comida, ela e Elsa seguem para a escola com fome, alimentando-se apenas no horário da refeição. Ao sair da escola, a genitora vai para casa com elas, e mais uma vez não tem o que comer. Segundo Barbie, a refeição do horário do almoço, várias vezes é substituída por balas de mascar e apenas a noite a sua mãe faz o jantar (feijão e arroz), mas algumas vezes não conseguem sequer jantar e vão dormir.

Quando foi questionada sobre o motivo de não ter o que comer no jantar, ela falou que, às vezes, a genitora está embriagada, o pai bate na mãe e as crianças vão para cama sem a devida alimentação ou são colocadas para fora de casa até tudo terminar. Menciona que os genitores “bebem” muito, mas o pai viu a necessidade de parar de beber para cuidar das crianças. Afirmou que o pai sempre vai pegar a mãe nos bares e a leva para casa “puxando pelos cabelos” e ameaçando furá-la com uma faca se voltar a beber. Citou que o pai estava procurando uma casa para se mudarem.

Elsa ficou quieta e calada, não quis comentar nada sobre, mas sempre muito sorridente. Ao procurar a genitora no trabalho, ela não estava. Ao retornarem em outro horário, encontraram-na, ao ser questionada de onde estava, a mesma respondeu que estava preparando o almoço da família, mas de acordo com as crianças e os vizinhos, quem prepara é o pai. Ao aproximar-se da genitora, foi perceptível que a mesma ingeriu bebida alcóolica. A mãe foi orientada acerca dos cuidados básicos com as crianças em situação de negligência, e o quanto a bebida alcóolica pode prejudicar a família. Foi advertida sobre a possibilidade de visitas surpresas para acompanhamento da situação das crianças. Realizaram encaminhamento ao CAPS AD, mas a genitora frisou que a bebida alcóolica não causa nenhum problema a família.

Em janeiro de 2017, foi encaminhado um relatório da genitora, feito pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), devido a notícia de possível violação e/ou ameaça aos direitos da criança e do adolescente, solicitado a averiguação da denúncia e caso a mesma persistisse, deveria ser vista a necessidade de acolhimento institucional das crianças bem como a proposta de destituição do poder familiar.

Em fevereiro, o CT deliberou aplicar a medida protetiva a genitora prevista no ECA, referente à inclusão em programa oficial ou comunitário de auxilio, orientação e tratamento de alcóolatra e toxicômanos, devido Elsa, Barbie e outro irmão morarem na mesma casa que a mãe. Ela aceitou a medida de proteção de encaminhamento para tratamento de alcóolatra e toxicômanos no prazo máximo de 10 dias.

Em março, o MP entrou com uma ação pedindo a destituição do poder familiar da genitora em relação as crianças. Em abril, sob decisão do juiz, foi determinada a suspensão temporária do poder. Em agosto, as 03 crianças foram acolhidas em uma casa-abrigo, Elsa e Barbie são filhas do mesmo pai e esposo da sua genitora, já o outro irmão das meninas é filho de outro homem. O pai de Elsa e Barbie, compareceu diversas vezes ao CT relatando que não aguentava mais a situação vivida pelos filhos e pediu ao CT que retirassem a genitora da residência da família, pois várias foram as tentativas de retirada dela da casa, mas encontrava o novo endereço, entrava na casa e não saia, e ele não sabia mais que atitudes tomar.

Declara que a genitora é alcóolatra e agressiva, agride todos dentro de casa sem necessidade, inclusive ele, quebrando tudo na residência, e costuma jogar no lixo o pouco alimento que tem ou que recebem de doações. De acordo com o pai, as crianças não são poupadas das confusões e da falta de respeito entre ambos, sempre presenciam as discussões, fato esse, que elas relatam sem nenhuma vergonha. Ao ser indagado sobre as crianças pedirem alimentos na casa dos vizinhos e irem para a escola sem alimentação e higiene, o genitor entrou em contradição, falou que eles não pedem, mas se alimentam na casa dos mesmos quando não tem alimentos em casa.

Ainda em conversa com o pai, ele alega que a responsabilidade de educação, alimentação, higiene das crianças é dele, pois, a genitora não se responsabiliza nem se preocupa com nada, ele trabalha fazendo bicos e recebem o benefício do bolsa família. Referiu também não ter vida conjugal com a mãe dos meninos, ela tem outros companheiros, que ele não é pai do filho mais novo, apesar de se responsabilizar por ele. Relata que o pai da criança é alcóolatra e não tem condições psicológicas de cuidar do filho. Foi solicitado mais uma vez o acolhimento das crianças.

No acolhimento, as crianças estavam sem sinais de maus-tratos e violência física, aparentemente bem nutridas e apenas com a roupa do corpo. O genitor relata ter condições e interesse sobre a guarda das mesmas, disse não ter emprego fixo, mas com o emprego extra, arcaria com as necessidades dos filhos. Acredita que a solução para as desavenças é a separação, já que a genitora sem beber é “uma

pessoa boa”, mas não tem comprometimento em fazer o tratamento. Verbalizou comprometimento em alugar um local para ele e as crianças, disse que a família da genitora também possui vida desregrada. Em setembro, solicitaram acompanhamento e tratamento da genitora através do CAPS AD, a mesma se comprometeu em cumprir.

Durante a coleta de dados, Elsa se mostrou bastante extrovertida e comunicativa. No primeiro encontro ela conversou bastante, sobre sua vida, a escola, as brincadeiras, falou várias vezes sobre a vontade de voltar para casa e morar com seus pais. No segundo encontro, Elsa estava um pouco ansiosa e falava a todo momento da vontade de voltar para casa com seus irmãos e pais, disse que estava irritada pois estava esperando o pai ir busca-la e não tinha ido (o genitor fala tudo o que acontece para ela, desde brigas, desentendimentos, conversas com a equipe do abrigo ou com outras pessoas de outros órgãos, trata Elsa como se fosse uma adulta).

Desenhou sobre a agressão física sendo cometida pelo seu pai, mas referiu que ambos a agrediam. Ela estava bastante triste e incomodada pelo fato do pai ter prometido ir buscar ela e seus irmãos para levar novamente para casa e não tinha acontecido, conversei com ela sobre o que poderia acontecer e disse para ter um pouco de paciência, que “as tias” do abrigo (assim como ela se referia a toda equipe da instituição) iriam fazer o que fosse melhor para todos eles.

5.2.14 Barbie

Barbie, 06 anos, pais casados, 02 irmãos e um deles é Elsa, cursava o 1º ano do ensino fundamental, é abrigada em uma casa-abrigo.

As informações relevantes foram descritas na caracterização de Elsa, sua irmã. As crianças foram acolhidas em 2016, por motivos de vulnerabilidade social, negligência e agressão. Barbie informou que presenciava constantes episódios de violência na sua casa, que a sua genitora quando ingeria bebida alcóolica agredia ela, seus irmãos e seu pai. O pai não aceita que a mãe viva embriagada e por isso brigam frequentemente.

Nos encontros para a coleta sempre foi muito sorridente e brincalhona. No primeiro, a princípio estava tímida, mas no decorrer da conversa e do encontro ela foi deixando a timidez de lado e se abrindo. No segundo encontro, estava conversando bastante, extrovertida e sempre muito sorridente, falou sobre o que foi pedido no desenho bem naturalmente, como se fosse uma coisa normal e presente no seu dia a dia.

5.2.15 Princesa Bela

Bela, 06 anos, com pais separados, tem 02 irmãos, cursava o 1º ano do ensino fundamental, é abrigada em um dos abrigos.

Em maio de 2016, Bela e seu irmão foram acolhidos, por estarem em situação de rua e abandonados pela genitora. A instituição, na qual foram acolhidos inicialmente, estava sobrecarregada e foram encaminhados para outra. Em agosto, foi solicitado a coordenação do CAPS AD um relatório da genitora sobre o seu acompanhamento e tratamento de desintoxicação do uso de drogas psicoativas, documento que serviria para respaldar o relatório circunstancial dos seus filhos por determinação judicial. O CAPS AD em resposta ao solicitado, enviou um relatório informando que desde o mês de junho do mesmo ano, a genitora foi realizar o procedimento de triagem e acolhimento, ela informou o histórico do uso de crack. Durante atendimentos, disse que estava há 06 meses em abstinência da substância.

Em setembro, a instituição fez um relatório do histórico das crianças e da genitora:

- Maio/2016: as crianças foram acolhidas novamente por estarem em situação de abandono e negligência. A mãe realizou visitas as crianças, mesmo a equipe sendo informada pelo abrigo, ao qual foram transferidas, que não seria conveniente as visitas pelos motivos que as crianças foram acolhidas, porém o judiciário informou que os motivos citados não eram justificativas para proibir as visitas, ficando a cargo da instituição observar e analisar. Foi realizado escuta com a genitora, que relatou sua história de vida e de uso de drogas, relacionamentos amorosos, expressando-se de forma carinhosa e emocionada quando se referia aos filhos e iria procurar o CAPS AD para tratar-se.
- Junho/2016: realizado outra escuta com a genitora, refere que as visitas aos filhos estão sendo benéficas e o quanto estão felizes. Disse ter iniciado o tratamento no CAPS AD, embora já faz um período que não usa drogas.
- Julho/2016: permitiram a genitora passar o dia com seus filhos e seu companheiro, fortalecendo os laços familiares e para análise de uma possível reintegração familiar.

Foi visto que a genitora tem realizado esforços para melhorar o relacionamento com os filhos, assim como, em relação a sua saúde física e mental,

estabelecendo confiança mesmo que sob supervisão de uma equipe, autorizaram as crianças a passarem os finais de semana em casa, para analisarem a possibilidade de reintegração familiar.

Em novembro, o abrigo solicitou uma nova transferência ao abrigo inicial, visto que, na instituição em que estavam acolhidos, eles não tinham idade para estarem lá e estavam expostos aos riscos, devido ao número significativo de adolescentes, alguns com transtorno mental e usuários de drogas, motivo que merecem uma atenção destacada da equipe do local.

Ainda em novembro, a genitora não estava cumprindo as regras acordadas com o abrigo, ia buscar as crianças quando desejava, além de gerar expectativas nas crianças. Apresentou a equipe diversas desculpas, tentando justificar o motivo de não ir pegar as crianças, mostrando falta de compromisso e desinteresse em ficar com seus filhos. Solicitaram o comparecimento dela para discutir o caso, mas não compareceu, requereram assim, a suspensão da autorização de visitas domiciliares.

Em fevereiro de 2017, a genitora mostrou-se ansiosa, resistente, e alegou ter sido “pega de surpresa” ao saber que seus filhos foram transferidos para o abrigo que inicialmente foram acolhidos. Falou sobre o uso do crack e da rotina conflituosa, assumindo as sequelas do uso. No mês de maio, o MP pediu a destituição do poder familiar da genitora em relação aos seus dois filhos, relatando a situação em que as crianças se encontravam, negligenciadas e em situação de rua, sem alimentação e cuidados adequados, após denúncias elas foram acolhidas.

Em busca da família extensa, a mesma referiu não ter condições e disponibilidade, devido a agressividade da genitora. Não tem dados sobre o genitor de Bela e o do seu irmão, as informações são incertas. Bela e seu irmão foram acolhidos, abandonados por seus genitores e família extensa, além de diversos relatórios provando que os genitores não possuem condições de criar as crianças, sendo assim, foi solicitada a destituição do poder familiar da genitora em relação a Bela e da genitora e o do pai do seu irmão em relação ao mesmo.

Em maio, realizada visita domiciliar a genitora e seu companheiro, observando que ela estava desempregada e permanecia a maior parte do tempo em casa, após ser alertada pela equipe, foi encaminhada, novamente, para tratamento no CAPS AD, a mesma alegou possuir um período de um ano que ela e seu companheiro não usam drogas. Destaca-se que a droga é o principal motivo para a genitora não assumir seu

papel materno, visto que, aparentemente, até o momento, não foi observada mudança de conduta para receber seus filhos numa possível reintegração familiar.

Em abril, as crianças foram liberadas para visitarem a genitora, no final de semana, a pedido dela. Porém, novamente saiu de casa, deixando as crianças sob responsabilidade do companheiro, passando a noite fora do domicilio. No dia seguinte, o companheiro ligou para a instituição comunicando o fato, sendo orientado a retornar com as crianças ao abrigo. Ao ser questionada, a genitora referiu que “estava de cabeça quente e foi dormir na casa de uma colega”, bastante irritada, altiva, resistente as intervenções realizadas. Apresentando quadro ansioso, autoritário, sem respeito a limites e regras que possibilitam a interação de forma estável com seus filhos.

As crianças, no dia a dia do abrigo, falam sobre a vontade de retornarem à sua casa, mas que a mãe sai e as deixa sozinhas sem explicar o motivo. O companheiro da mãe, refere a necessidade de ela retornar ao tratamento para melhor desempenho do papel de mãe. Foi orientado que a genitora visite seus filhos nos horários estabelecidos pelo abrigo, pois, baseado nos últimos fatos ocorridos na residência, a mesma não apresenta equilíbrio emocional e psicológico para receber as crianças.

O poder judiciário não aceitou o pedido de destituição do poder familiar, mas liberou a suspensão temporária desse poder dos genitores, já que o abrigo não é o melhor local para permanência das crianças. Em junho, receberam uma denúncia de que a genitora estava novamente usando drogas e traficando, dessa forma a instituição solicitou a suspensão das visitas da genitora as crianças.

No mês de junho, Bela apresentou um quadro de crise convulsiva afebril, foi referido que a mesma tem problemas neurológicos, mas não apresentaram nenhum exame no hospital para comprovar, nem relatos familiares. Foi encaminhada ao neuropediatra a nível ambulatorial. Ao ser consultada pelo neuropediatra, por estar apresentando quadro de ansiedade, foi receitado um ansiolítico por 3 meses e um retorno para o mês de setembro.

A equipe da casa-abrigo informou que Bela desenvolveu um quadro de alotriofagia, o qual, faz com que ela leve a boca qualquer tipo de objeto não nutritivo (lixo, papel, madeira, terra, entre outros), não existe consenso para sua etiologia, invocando fatores sociais, psicológicos, biológicos e comportamentais, culturais, embora, possua um componente ambiental importante (KACHANI e CORDAS, 2009). Após observação, acompanhamento psicológico e tratamento com o ansiolítico, Bela

apresentou melhora no quadro afirmando que agora “só come comidinhas de verdade”.

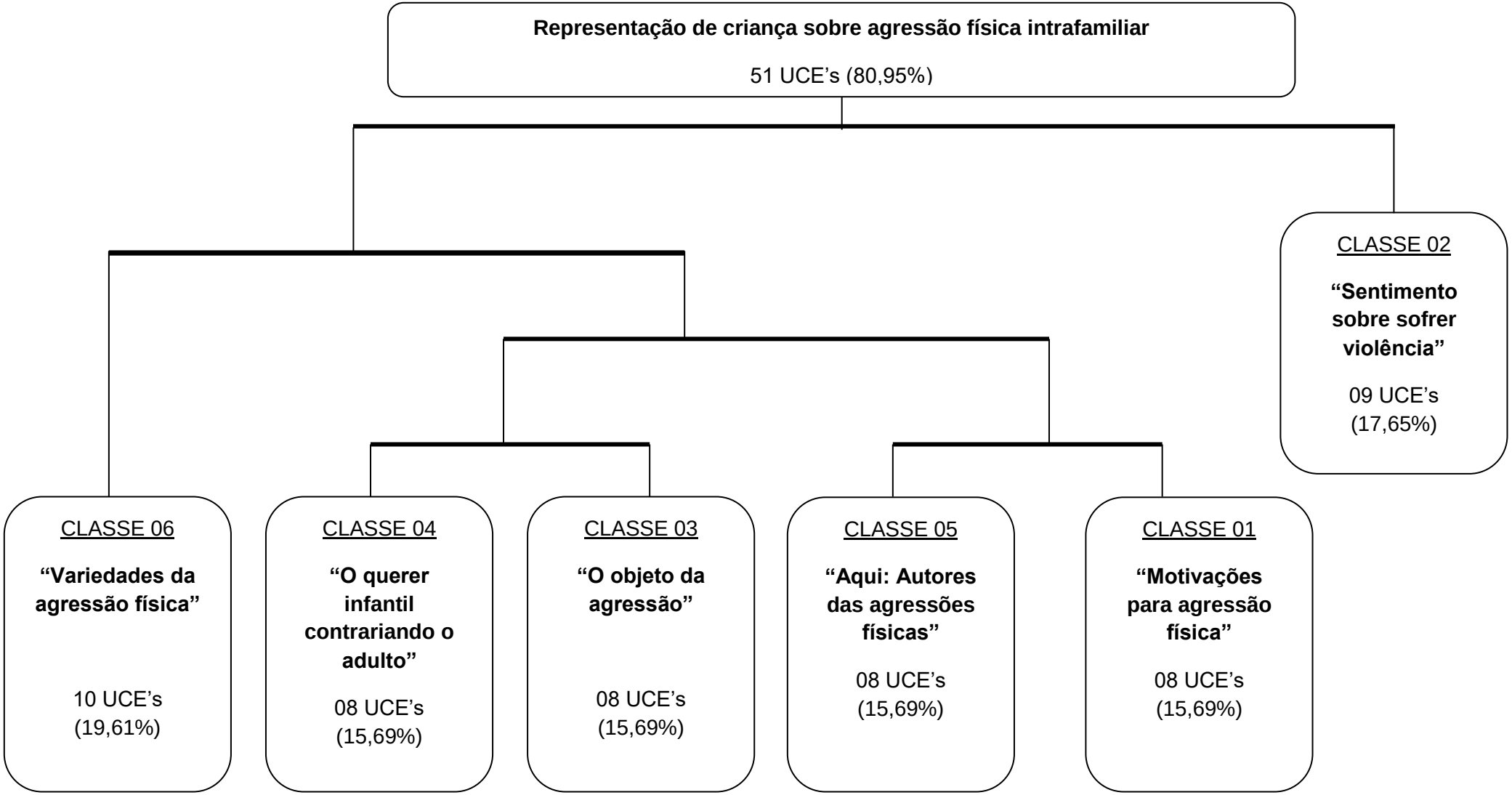
Durante os encontros ela mostrou-se uma criança brincalhona, ansiosa, carinhosa e que gostava bastante de conversar. No primeiro encontro, Bela estava muito ansiosa e é de muito fácil distração, mas estava empolgada por estar fazendo o desenho e conversando. No segundo encontro, ela estava menos ansiosa e com uma maior concentração, acredita-se que devido ao uso do ansiolítico, porém ainda se dispersa com facilidade.

5.3 Classificação

Ao ser introduzido o corpus da análise no IRAMUTEQ, este gerou um total de 63 UCE’s, fragmentos de texto, que corresponde a 100% das narrativas. Contudo, para a construção das classes, o software considerou um aproveitamento de 80,95% (51 UCE’s).

Para melhor entendimento e visualização do dendograma, resultado gerado pelo software, foi criado a figura esquemática “Representação de criança sobre agressão física intrafamiliar” (figura 1). A classe 02 foi a única que partiu de uma ramificação, apesar de dialogar com as outras classes, sendo assim, optou-se por começar a discussão por ela e não por seguir a sequência. Como as outras classes partem de blocos temáticos em comum, a próxima classe a ser discutida é a classe 06. Seguindo a lógica do sentido de complementariedade, a classe 04 e a classe 03 originam-se do mesmo eixo temático, então serão discutidos na sequência a classe 04 e depois a classe 03. As classes 05 e 01 também partem de um mesmo eixo temático, considerando que as duas classes se complementam diretamente, decidiu-se por discutir as duas classes unidas, pois ambas trazem representações a partir de fator em comum.

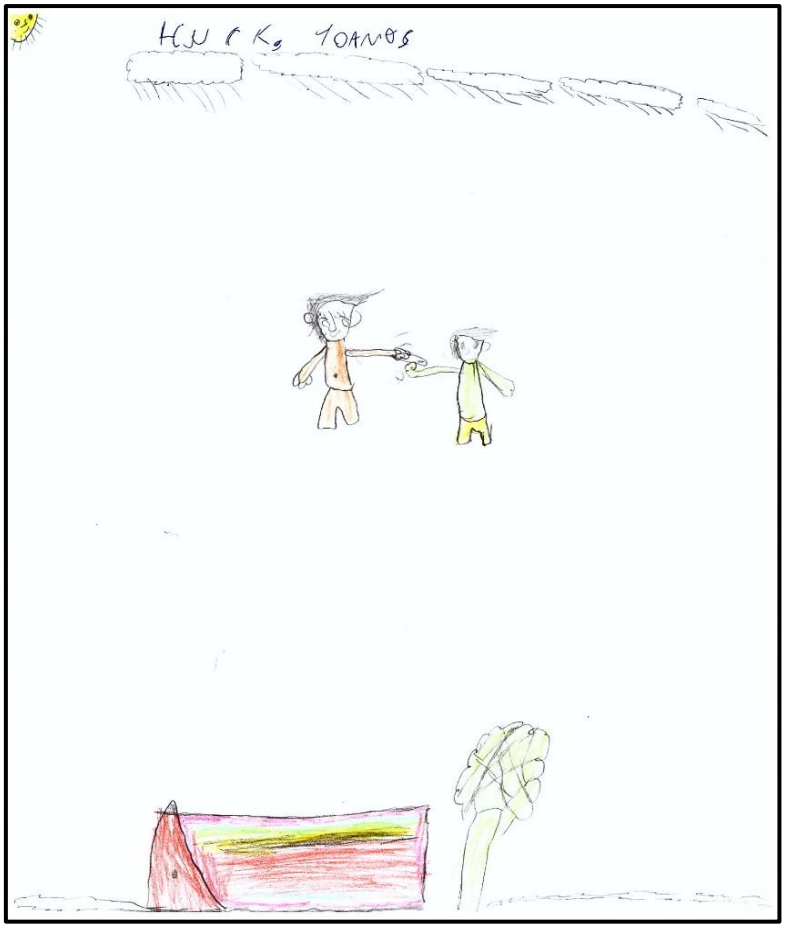
Figura 01 – Representação de criança sobre agressão física intrafamiliar. Petrolina-PE, 2018.



Classe 02: Sentimento sobre sofrer violência

As crianças expressam seus sentimentos em relação a violência física sofrida através de palavras de negação, medo e concepções do certo e do errado. Entre a exposição dos sentimentos, existe um misto de culpabilização, formas de como tentar escapar desse tipo de agressão e como esses atos repercutem nas suas vidas fora do convívio familiar.

Elas representam a violência física como **algo ruim** e que **não deveria acontecer**, e propõem a conversa ou até o castigo em substituição à punição física. As palavras que eles utilizam para negar, no modo geral, **é ruim** e **é errado**, apesar da agressão física fazer parte de suas vivências e experiências, eles ainda não possuem um arcabouço de vocabulários e palavras que as denominem de uma forma mais abrangente. Isto confere dizer que no processo de representação social este objeto se encontra na construção da ancoragem, isto é, não apresenta uma denominação ou titulação totalmente formados, apesar dos seus sentimentos serem claros ao falarem sobre a agressão física.



É ruim, é errado bater. Porque, não pode dar tapa, bater! Melhor conversar, deixar de castigo pode (Huck, 10 anos).

> É uma coisa ruim, não deveria acontecer, devia conversar (Camisa 10, 08 anos).
>
> É uma coisa ruim, é claro, todo mundo acha ruim. Eu acho que não pode bater, eu acho que... Porque é uma coisa ruim, mais ou menos isso... Porque dói, machuca (Homem-Aranha, 10 anos).
>
> É errado. Violência é uma coisa que... tristeza. É errado, não deveria acontecer, deveriam conversar... E castigo (Joana, 09 anos).
>
> É ruim, porquê agressão pode levar a morte (Sonyc, 10 anos).
>
> Ela deveria bater sim, porque eu teimei. Eu estava teimando, subi em cima das telhas, e não quis sair de lá. Não é certo bater, ela devia falar comigo, conversar, deixar de castigo. Eu ficava reclamando, porque eu não gostava não, que alguém batesse na minha irmã (Wolverine, 07 anos).

De Biasil e Penna (2004) em seu estudo, mostram o quanto é difícil para as crianças vítimas de maus-tratos definirem e expressarem seus sentimentos em relação ao que foi vivenciado e aos seus agressores, se tornando complicado falar sobre tais atos. Para eles, existe uma relação dúbia de amor e ódio que estão relacionadas as agressões físicas cometidas pelos pais das crianças. Esses fatos foram observados nesse estudo, pois as crianças só respondiam o que lhes eram perguntado e as vezes com um pouco de dificuldade, o pesquisador precisava insistir de diversas maneiras, utilizando linguagens e falas para que as crianças entendessem até obter a resposta sobre seus questionamentos.

A agressão física intrafamiliar gera nas crianças uma sensação de culpabilização que pode ser observado em algumas falas, as quais, tentam justificar as agressões sofridas. A repercussão dessa violência pôde ser percebida em reações como a revolta e o desejo de vingança, desobediência e já é perpetrada pelas crianças em suas relações.

O sol brabo, aqui hó... porquê, ele está com raiva porque está batendo em mim. Aí o sol vai e bota mais quente na hora que ela sair de casa. O sol, chega ela fica preta... queimou ela, foi, ela chega em casa toda fritada... e eu como ela no jantar, vou... Ela toda queimada, corto os pedaços e como ela... A professora me deu um desenho para eu pintar tudo, vou pintar nada, vou jogar fora... Oxe eu jogo! Ela me bota de castigo e eu saio... num obedeço, num obedeço nem minha tia... porque ela grita comigo (Wolverine, 07 anos).

Ela deu uma tapa na minha mão porque mexi nas coisas dela. Achei certo ela ter me batido (Joana, 09 anos).

Só bate quando eu apronto! É ruim, porque eu odeio violência, é aquela lá... Só foi para defender mesmo (briga de escola). Eu apanho dos dois (mãe e pai). Quando tá ruim aí... Ou quando a gente apronta ou quando dá briga deles (Sonyc, 10 anos).

Para mim é ruim, para os meninos que eu conheço é bom! É um colega meu que estuda aqui que acha isso. Eu bato em minha irmã (Super-Homem, 10 anos).

A relação construída entre pais e filhos pode influenciar de maneira significativa a forma como essa criança tratará seus semelhantes futuramente, como adulto (DE BIASIL; PENNA, 2004). Percebe-se neste estudo que as repercussões dessa violência nas crianças, já podem ser vistas nos seus relacionamentos em casa com seus irmãos menores ou na própria instituição, reproduzindo os atos sofridos e vistos em suas casas, como pode ser constatado nas falas de *Sonyc* e *Super-Homem*. Com isso demonstra-se a gravidade da situação, pois não irá restringir-se a criança violentada mas a um ciclo de gerações que poderão sofrer em virtude da atitude de uma pessoa que certamente sofreu algum tipo de violência quando mais novo.

A perpetuação da violência também pode ser observada nos relatos de aceitação da punição física como forma de disciplina, passando de geração a geração a ideia da agressão física como recurso pedagógico e método educativo. Sendo assim, é importante que a criança cresça com sua autoestima elevada, sabendo que em nenhum momento precisa ser agredida para ser corrigida ou educada. É fundamental que seja orientada que para conseguir algo não é necessário usar a agressividade ou a violência (DE BIASIL; PENNA, 2004; APOSTÓLICO; NÓBREGA *et al.*, 2012).

No estudo de Assis e Deslandes (2006), os próprios adolescentes tentam atribuir justificativas que levaram seus pais a cometerem os atos de violência. Em virtude dessas “justificativas”, alguns deles acabam por consentir os atos violentos cometidos por seus pais por se considerarem merecedores devido ter feito algo errado. Situação semelhante pode ser observado nas falas de algumas crianças como *Wolverine* e *Joana*. Essa aceitabilidade acaba reafirmando a aceitação social de que a violência seja utilizada como finalidade educativa (ASSIS; DESLANDES, 2006; ROCHA; MORAES, 2011).

Todos esses sentimentos de desamparo, medo, culpa e raiva, que podem ser observados nas crianças que sofreram agressão física intrafamiliar podem se transformar em revolta contra o agressor, como pode ser visto na fala de *Wolverine*. Desvios de comportamento, como depressão e agressividade, não são comuns na infância, porém as crianças podem demonstrar alguns desses sentimentos, algumas vezes até associados e irão levar por toda sua história dores que não podem ser curadas com medicações (FROTA; MARTINS *et al.*, 2011).

Elsa e *Barbie* ficaram receosas ao fazer o desenho, preocupadas e com medo de que ao falarem ou desenharem, alguma coisa acontecesse com os seus pais. Contudo, foi novamente explicado que ninguém da casa-abrigo teria acesso aos desenhos ou gravações, além da importância do nome escolhido por eles para não gerar nenhum tipo de identificação. Com isso, continuaram o desenho e relataram todo o ocorrido naquele episódio escolhido por elas para o desenho.

Meu pai nunca bateria em mim de coisa pesada, ele só bateu no que eu mereço! Porque eu fiz coisa, eu fiz coisa errada! Não é certo bater, é para colocar de castigo ou fazer... dizer que a gente não ia sair de um canto, até, até se comportar! Ho tia, mas ele é meu pai, e as meninas que tão aqui vão saber (Elsa, 10 anos).

Acho bom quem bate em criança, porque eu gosto de bater, de meu pai bater em mim. Não, eu tenho medo de falar. É, o nome é Barbie, mas eu não vou fazer chicote não, nem fazer meu pai batendo em mim, eu não sei fazer (Barbie, 06 anos).

Vale ressaltar que na tentativa de “estabelecer limites através de ameaças, tapas e palmadas, os pais acabam por utilizar cada vez formas mais severas de agressão na resolução dos conflitos familiares, resultando num ciclo pernicioso e escalonando a violência intrafamiliar” (ROCHA; MORAES, 2011). A elevada exposição das crianças e adolescentes à violência mostrada neste estudo nos permite considerar, concordando com Araújo (2002) que apesar das conquista obtidas no campo político e jurídico, a violência intrafamiliar, em especial a agressão física, permanece como um fenômeno que se mantém “pela impunidade, pela ineficiência de políticas públicas e ineficácia das práticas de intervenção e prevenção” (ARAÚJO, 2002). Com isso, e no intuito de evitar essas agressões intrafamiliar no processo de criação das crianças, foi criada a Lei da Palmada nº 7672/2010, que objetiva garantir a criação das crianças e adolescentes sem o uso da violência física (MOREIRA; OLIVEIRA *et al.*, 2017).

As crianças ainda procuram formas de escapar da agressão física, já que não possuem força suficiente para ir de encontro ao seu agressor. *Homem-Aranha* se esconde embaixo da cama para não apanhar, *Elsa* corre e tranca a porta e *Barbie* tenta encontrar um motivo para fazer com que a agressão física não se torne algo de todo ruim.

> Iiih, estou lá para dentro do quarto. É, mas eu fui me esconder debaixo da cama, ela me bateu debaixo da cama. Ela jogou a sandália nas minhas costas. Aqui ela está andando ainda até na cama, aqui é a cama...
> Eu aqui, escondidinho, de longe ela jogou em mim... Eu estava assim, virado para lá, para ela não me achar assim, pensando que era o cobertor, quando vai ver ela me ver (Homem-Aranha, 10 anos).
>
> Porque eu estava brincando com terra, aí o meu pai, meu pai viu e ele disse não faça isso de novo não, senão ele ia me dar uma pisa! Aí que ele tá correndo com um chicote para me bater... Aí depois eu corri para dentro, para dentro de casa, fechei as porta, e meu pai quebrou a porta (Elsa, 10 anos).
>
> Eu gostei de apanhar, foi... Não fui para aula! Achei bom! Meu pai disse assim: que não vai bater mais em mim não! Eu brincava, e meu pai disse que não, e eu olhava assim, só com a cara de sonsa! Sonsa é quando a pessoa quer bater no outro, a cara é de bater no outro (Barbie, 06 anos).

Os comportamentos de contra-ataque, frieza ou fuga e esquiva, como observado nas falas de *Homem-Aranha*, *Elsa* e *Barbie*, podem acontecer para livrarem-se da punição corporal e com isso as crianças deixam de manifestar o comportamento punido, pelo menos quando os agressores estão presentes, não por

estarem disciplinados, mas por tentar escaparem das agressões (FROTA; MARTINS *et al.*, 2011).

Todos os sentimentos expressos nessa classe podem acarretar prejuízos futuros nessas crianças, principalmente se não forem exteriorizados e acompanhados através atendimento interdisciplinar, uma vez que esses prejuízos influenciarão em todos os campos da vida delas. A representação desses sentimentos e a repercussão da agressão física intrafamiliar na vida dessas crianças ficaram bem claras nessa classe.

Classe 06: Variedades da agressão física

As crianças mostram suas definições e compreensões da agressão física que sofreram. Alguns representam uma definição e uma linguagem mais própria da criança, enquanto outros se expressam com mais complexidade, como se fosse uma reprodução do discurso dos adultos, que podem ser ouvidos em casa, nas instituições de ensino e acompanhamento ou até em veículos sociais, como a televisão, internet e redes sociais.

Pessoa que bate no outro. Quando morava com eles, eles me batiam, várias pessoas da minha família (Helicóptero, 10 anos).

> Quando as pessoas batem, quando as pessoas estupram, quando as pessoas pegam as crianças e botam num lugar onde não tem... Não tem nada e matam... E tem crianças que eles pegam, dão bombom e levam e matam. Que eles pegam a agressão, e pegam a pessoa a força e fazer o que a gente não quer (Elsa, 10 anos).
>
> Ah sei, é agressão doméstica... Tanto o homem quanto a mulher, o pai e a mãe, os irmãos, e aí por diante... Tu já assistiu aquele vídeo lá, reportagem, que passou até no jornal, na televisão, um filho agredindo a própria mãe. Não pode, mas quando o filho já está adulto já, e a mulher já velhinha... Isso aí é totalmente errado, onde o ser humano, não eu não vou falar nem ser humano, que quem faz isso com as pessoas que ela mais ama, é... É um monstro, tem que ser um monstro pra chegar a quase matar o filho, quase matar a mãe, o pai, alguém... E odiar tanto pessoas, isso que é um monstro (Sonyc, 10 anos).
>
> Bater, brigar, espancar... Meu pai se casou com uma mulher, a mulher ficava só inventando mentira, aí começaram a brigar...
> Não ele não me bate não, só faz, faz espancar, só falta me matar mesmo... Espancar é bater, bater muito, bater muito até sangrar... (Super-Homem, 10 anos).
>
> É apanhar, era para conversar, porque doeu muito (Princesa Sofia, 06 anos).
>
> É... Batendo... Batendo, mordendo, é beliscando, é... Fazendo essas coisas... Que machuque (Chiken Bell, 07 anos).

O termo agressão física é utilizado para descrever atos que produzem dores ou danos ao corpo pelos pais, educadores, entre outros. Esse termo impessoal também se relaciona ao conceito de agressividade, noção que tem origem no enfoque biológico e comportamental dos seres. Porém a aparente neutralidade da palavra esconde o fato que apesar do componente biológico, os seres humanos, é potencialmente moldável pelas relações sociais. Já o termo violência física é mais elevado a sua abstração no que se refere a sua definição, pois traz implícito a ideia de poder, de força, de relações culturalmente construídas (ASSIS; DESLANDES, 2006). Vale salientar que neste estudo o termo agressão e violência foram usados como sinônimos e essas descrições se complementam, uma vez que é utilizado o poder e a força para causar dores e danos ao corpo da criança.

A violência ou agressão física ocorre quando uma pessoa, que exerce uma relação de poder em comparação a outra, causa ou tenta causar danos não acidentais, através da força física ou de algum tipo de objeto que pode ou não provocar lesões externas, internas ou ambas. De acordo com definições mais recentes, o castigo repetitivo, não severo, também é considerado violência física. Esse tipo de violência pode ser manifestado de várias formas: tapas; empurrões; socos; mordidas; chutes; queimaduras; cortes; estrangulamentos; lesões por armas ou objetos; obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool,

drogas ou outros substâncias, inclusive alimentos; tirar de casa à força; amarrar; arrastar; arrancar a roupa; abandonar em lugares desconhecidos; danos à integridade corporal decorrentes de negligência (omissão de cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros) (BRASIL, 2002).

Com isso, a agressão física é compreendida como algo que machuca e que não deveria acontecer pois acarreta tristeza e sentimentos ruins no contexto familiar, dessa forma elas são representadas socialmente como objeto de tristeza e sofrimento. As crianças objetivam a visão da agressão física a partir da suas vivências e experiências de que causam dor, machucam e que não deveriam acontecer, como também foi mostrado na Classe 02.

Classe 04: O querer infantil contrariando o adulto

As crianças expõem a concepção de dominação, representado pelo poder que exerce o mais forte ou o mais velho, os quais possuem mais direitos e poderes em relação ao mais fraco ou mais novo. Para a criança ser submetida a agressão é justificada pela relação de desigualdade entre ela e o agressor e as suas consequências são ancoradas na sua submissão por não possuírem recursos ou autonomia para se defenderem.

> Meu pai me batia, quando eu dava trabalho, quando eu perturbava ele. (Huck, 10 anos).
>
> Eu estava brincando e ele não quis... Ele não quis deixar eu brincar, por isso ele me bateu (Helicóptero, 10 anos).
>
> Meus pais não beberam nesse dia, nesse dia aqui era só raiva mesmo (Sonyc, 10 anos).
>
> Ele só bateu nas minhas pernas... Só bate em minha perna, porque é onde fica o short...
> Foi nesse dia que cortou a minha perna e minhas costas. Não gosto não. Se prestasse atenção era tome, tome, tome pisa de fio... Joga sal... Água com sal, aí depois de madeira, depois de chinelo. Meu pai, não conhece meu pai direito (Super-Homem, 10 anos).
>
> Eu não queria ir para cama, ela me bateu... Eu não queria ir pra cama, queria ficar assistindo (Chiken Bell, 07 anos).
>
> Minha mãe já bateu, com a mão, sandália... A mão da minha mãe é forte, chega ficou a marca e ficou doendo quando ela me bateu (Barbie, 06 anos).

Toda vez que via o irmão usando o chapéu começava a bater nele e toda vez que o irmão batia ele ficava com o nariz de palhaço, na verdade eles ficavam toda hora brigando (Salsicha, 09 anos).

De Antoni e Koller (2012), no seu estudo, observaram na percepção dos pais, mães e filhos, características que poderiam ser atribuídas como fatores de risco para as agressões. Em relação aos pais estão o autoritarismo, o descontrole emocional, falta de confiança e excessiva exigência para com os filhos. Um exemplo da utilização do abuso de poder e da dominação para a agressão é visto na fala de *Helicóptero*, o qual relata que “Ele (irmão) não quis deixar eu brincar, por isso ele me bateu”.

Ainda no estudo de De Antoni e Koller (2012), as crianças referem que as agressões que são voltadas a elas estão relacionadas aos comportamentos que, na opinião delas, deveriam ser corrigidos ou modificados, como incomodar, como brigar com os irmãos, desobedecer aos pais, bagunçar a casa, ter problemas na escola. Alguns desses exemplos corroboram os observados nesse estudo, visto que o querer infantil muitas vezes não é levado em conta, pois foram agredidos devido a vontade de brincar ou assistir, ou até por achar que estavam perturbando de alguma forma os pais.

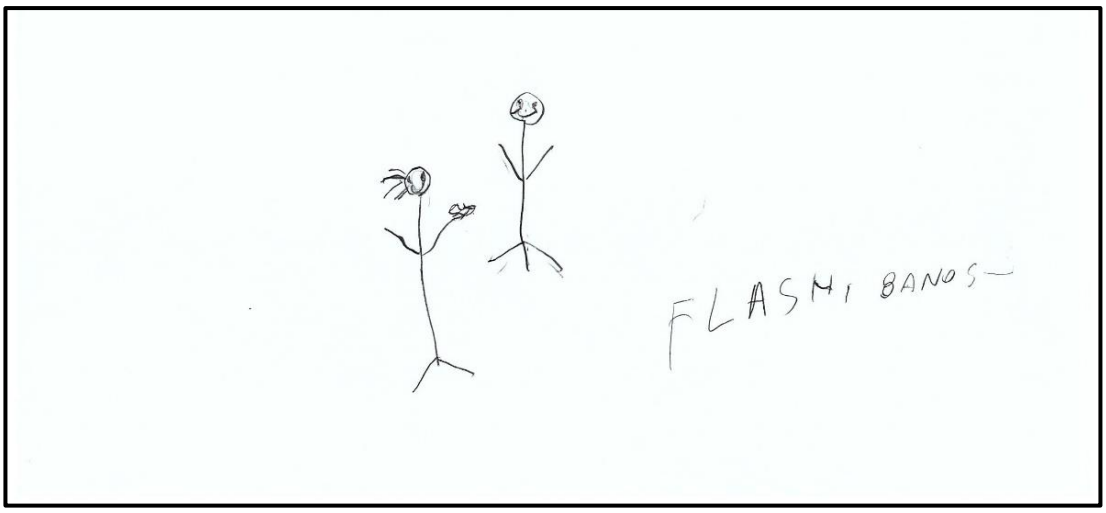
Essas crianças, por não terem seus direitos assegurados, acabam se tornando uma espécie de objeto nas mãos dos adultos, uma vez que suas vontades e desejos não são levados em consideração, restando para elas a obediência e a responsabilidade de agirem apenas como seus pais querem ou permitem. Contudo, o

artigo 18 do ECA, diz que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 2017). Sendo assim, esse grupo tem seus direitos assegurados e ao mesmo tempo em que deve ser protegido, necessita ser respeitado pela sua condição humana de estar em desenvolvimento físico, psicológico e moral.

Classe 03: O objeto da agressão

Nesta categoria as crianças representam a agressão física através de como ocorreu, a partir de um momento vivido, expresso no desenho e os objetos que foram utilizados como instrumentos para concretização do ato de violência. Os agressores fazem uso de diversos objetos para violentarem fisicamente essas crianças retratando a dimensão da violência sofrida.

Os objetos citados pelas crianças, usados para consumar a agressão foram: mão, chinelo, cinto, chicote, cipó, pau com prego, sandália, madeira, fio, entre outros.



Batendo... Com um chinelo, com cipó também (Flash, 08 anos).

Lembrar com que eles batiam?! Teve uma vez que minha mãe jogou uma tora de pau com um prego e ela não tinha percebido que tinha um prego... (Sonyc, 10 anos).

Minha avó me bate com a sandália, mas tipo, minha mãe quando eu morava com ela, ela já me bateu com um chicote, um cipó... um chicote de cavalo. Também me bateu com mangueira... que ficou a marca na perna, doeu (Homem-Aranha, 10 anos).

Meu pai me bateu com chicote, sandália, cinto. Já apanhei com cinto, minha mãe já me bateu com isso. Já apanhei com sandália, já falei, com um monte de coisa. Mas tirando ferro, nem bateu com coisa pesada (Elsa, 10 anos).

Minha mãe me bate com um chicote, com a sandália, com um cinto... ela sempre me batia (Chiken bell, 07 anos).

Meu pai me bateu com um cinto, com folha... com sandália. Já minha mãe, com a mão, sandália (Barbie, 06 anos).

Meu pai já bateu com corda, e minha mãe com fio de energia em mim e na minha irmã (Camisa 10, 08 anos).

Com uma madeira, com fio, com chinelo (Super-Homem, 10 anos).

Com um pau, com um cinto, com um chinelo (Wolverine, 07 anos).

Ela bateu com a mão, foi com a mão mesmo, me deu um tapa, depois um murro (Bela, 06 anos).

Em seu estudo, De Antoni e Koller (2012), mostram que os objetos utilizados para a agressão física intrafamiliar infantil são praticamente os mesmos citados pelas crianças deste estudo, como a mão, madeira, sapatos, chinelos, cinto, entre outros. Observa-se a fala de *Elsa* que diz que o pai dela não bate com coisa “pesada”, fato também visto no estudo de De Antoni e Koller (2012), o qual as crianças classificam a severidade de acordo com os objetos utilizados. No caso de a criança perceber e aceitar a violência sofrida de maneira atenuada é um fator que ajuda na naturalização e na banalização da violência, pois de acordo com as crianças poderiam ser pior. Tornando-se assim um risco para a continuação da violência ao passo que é aceito culturalmente.

O uso do chinelo/sandália, mão ou de objetos podem acontecer pela proximidade e disponibilidade em que os mesmos se encontram para o agressor, uma vez que o chinelo ou a sandália encontram-se em uso do mesmo. Os objetos podem ser escolhidos aleatoriamente e na sua maioria são jogados nas vítimas. Já no uso de madeiras, cintos, fios, chicotes ou cipós existe uma intencionalidade, uma vez que o agressor reserva um local para guarda-los e os pega para cometer a agressão (DE ANTONI; KOLLER , 2012).

Tais instrumentos utilizados durante a agressão apontaram para a dimensão da violência física infringida às crianças. Usualmente, o agressor faz uso de objetos que eles sabem que causam danos à criança, que cujo poder de ferir ou destruir eles podem ter dificuldade de mensurar em momentos de alteração emocional, como na hora da raiva. O uso de objetos pelos pais para ameaçar os filhos tem sido observado desde as primeiras famílias brasileiras, com isso dificulta o processo de desconstrução do bater como forma educativa, já que é perpassado através de várias gerações. Apesar de algumas crianças possuírem marcas no corpo ou sinais pouco nítidos do objeto utilizado para os maus-tratos, nota-se o trauma pelas experiências dolorosas vivenciadas, os quais são representados por sentimentos negativos para a vítima (FROTA; MARTINS *et al.*, 2011).

Os desenhos ilustrados pelas crianças representam suas vivências e experiências bem nitidamente nessa classe, revelando a aproximação e conhecimento do objeto da agressão na perspectiva mais real em que eles conseguem expor no papel. Apresentam na sua maioria, objetos concretos indicando que a agressão física para estas crianças possui denominação e forma própria.

Classes 05 e 01: Aqui: autores das agressões e Motivações para as agressões físicas

As crianças utilizam a palavra **Aqui** diversas vezes, principalmente, para mostrar algo no desenho que eles precisavam falar, quando era pedido para contar as suas histórias. Dos vários significados que **Aqui** adquiriu ao longo das narrativas aparecem para: indicar quem são as pessoas do desenho, indicar no corpo da criança os locais que eram acometidos pela agressão física e, especialmente, indicar quem são os autores da agressão e onde eles estariam presentes no desenho. O **Aqui** representa muitos significados para essas crianças, sobretudo no que diz respeito aos seus agressores.

Quando perguntado sobre a agressão física ocorrida em casa, alguns relataram não só a agressão física sofrida por elas, mas casos de conflitos familiares, em que a mãe batia no pai, em que o único sujeito agressor era a mãe devido a família monoparental e ainda quando as crianças presenciavam e participavam dos conflitos conjugais.

Além da predominância dos autores das agressões físicas serem as mães (73,33%), como foi descrito na caracterização das crianças, os motivos que desencadearam as agressões vão de normalmente banais, como: estar brincando ou querer assistir televisão; até a motivos que incluem o uso de bebidas alcoólicas ou conflitos entre o casal.

> Meu irmão e aqui sou eu, ele (irmão) estava me batendo com o chinelo, eu estava brincando e ele não quis... Ele não quis me deixar brincar, ele pegou a chinela e me bateu (Helicóptero, 10 anos).
>
> Meu pai me bateu quando tomei banho de lama e estava chovendo, aí ele brigava e batia com o chinelo (Huck, 10 anos).
>
> Meu irmão mais velho me batia, batia porquê achava bom! (Salsicha, 09 anos).
>
> Minha mãe que me bateu, porquê ela não me deixava brincar... Ir para quadra, eu não escutei ela... Aí ela me bateu com a sandália. Com o chicote foi outra vez, já passou já, num lembro não (Flash, 08 anos).
>
> Eu estava brigando com minha irmã, porque ela pegou meus dois reais e gastou. Ele (pai)... ele só bateu em mim, com uma madeira. Foi nesse dia... que cortou na minha perna, na minhas costa... É ruim, não gosto não (Super-Homem, 10 anos).
>
> Minha avó bateu, ela pediu para eu pegar um negócio para ela, no guarda-roupa, eu não achei o celular dela. E... ela jogou a chinela em mim, porquê eu estava na cama me escondendo (Homem-Aranha, 10 anos).

Foi segunda-feira, é que eu esqueço. Aqui outra árvore, sim uma bem grandona, com o fruto do bem e do mal. Minha mãe me bateu com um cinto, bateu porque eu estava... eu não queria ir para cama... Porque ela me bateu, não queria ir pra cama, queria ficar assistindo, eu... eu queria... Queria assistir, ela não deixou e me bateu. Sim, e ela me batia sempre (Chiken Bell, 07 anos).

Minha mãe aqui, ela me batia e eu ficava deitado no chão... porquê sim, eu não gostava quando ela batia na minha irmã e eu ficava reclamando... Por que eu não gostava que alguém batesse na minha irmã. Nesse dia ela bateu porque eu estava teimando, subi em cima das telhas, e não quis sair de lá. Doeu muito (Wolverine, 07 anos).

No estudo de Pascolat e Santos et.al (2001) mostraram que quando tentou-se identificar o motivo pelo qual se gerou a violência contra a criança, a maioria dos agressores afirmou a necessidade de colocação de limites como maneira de educar as crianças, alguns deles negaram a agressão e outros não apresentaram motivos lógicos para tais atos. Pode-se observar que nesse estudo os motivos são geralmente banais ou incluem álcool ou conflitos entre o casal.

Como observado no estudo de De Antoni e Koller (2012) as crianças trazem para si a motivação do abuso físico quando uma menina de 06 anos relatou o motivo de apanhar da mãe “Ela (mãe) me bate todos os dias, quando a gente tá com fome e só tem três bolachas para comer”. Nessa fala a criança atribui a ela o motivo da agressão, quando o bater está associado a sua fome e pedido de comida. Em comparação com esse estudo, pode-se ver que em algumas falas como a de *Helicóptero* que estava brincando e o irmão não permitia que ele brincasse, ou ainda

no caso do *Homem-Aranha* que a avó pediu para ele ir pegar o celular dela e ele não o encontrou.

Quando perguntado a *Princesa Sofia* quem era o autor da agressão ela respondeu “a mãe”, quando perguntado outra vez ela respondeu novamente “a mãe”, foi insistido na pergunta dando opções, perguntando se poderia ser “a mãe ou o pai?”, ela respondeu mais uma vez “é, a mãe”, fazendo alusão a família monoparental, já que a única figura presente e exercendo o papel de mãe e pai na sua casa era a figura materna. Ela morava com sua irmã *Joana* e sua mãe.

Ela bateu porquê quis. A mãe dela (Sofia) deu uma surra nela, porquê ela (Sofia) estava teimosa. Ela me bateu com a mão e bateu no braço, doeu muito (Princesa Sofia, 06 anos).

Ela deu uma tapa na minha mão porque mexi nas coisas dela. Foi assim, eu estava brincando, sem querer eu peguei minha sandália e joguei na minha irmã, fiz isso porque que ela tinha me batido. Então, minha mãe viu e ela brigou comigo. Eu reclamei, disse “oxe não”, ela pegou a sandália e bateu na minha mão. Ela bateu em mim com uma sandália, algumas vezes (Joana, 09 anos).

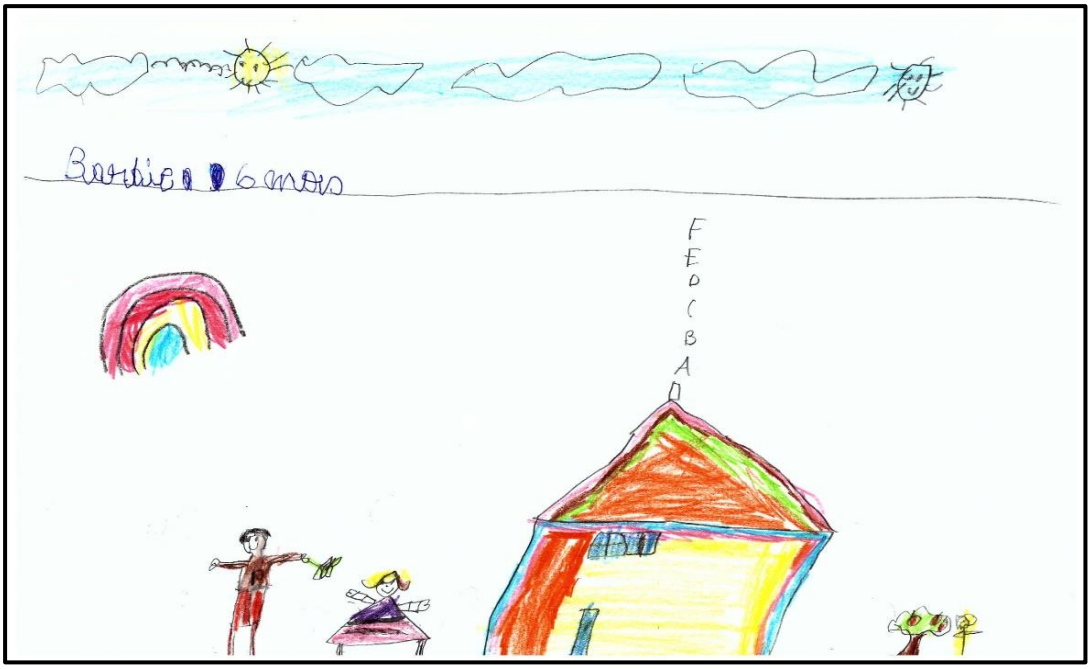
A constituição familiar refere-se a pessoas escolhidas como integrantes das famílias pelos próprios membros, sejam por laços consanguíneos ou afetivos e que residem no mesmo espaço físico. A constituição familiar é composta por família nuclear, família reconstituída e a monoparental (DE ANTONI; KOLLER, 2000). No caso de *Princesa Sofia* e *Joana*, a constituição familiar delas é monoparental, a qual é formada pelas filhas e pela mãe, com a ausência da figura paterna na moradia.

A sobrecarga de papéis abrange o desempenho de várias atividades, que se não forem bem organizadas e administradas podem gerar angústia e negligência, por exemplo, a mãe que trabalha, cuida dos afazeres domésticos e da educação dos filhos. Esta sobrecarga é entendida como um fator de risco, na qual as demandas são maiores que a capacidade da mãe de supri-las. Com isso a mãe pode vivenciar episódios de estresse severo que a levam a ter baixa tolerância a atividades diárias e pode acabar acarretando situações de violência (DE ANTONI; MARTINS-TEODORO; KOLLER, 2009).

A mãe se configura como a base da rede de apoio no contexto familiar, e também como a principal perpetradora da violência física intrafamiliar, com isso surge

uma necessidade de um olhar mais atento à figura materna, principalmente pela sua sobrecarga de trabalho, essa atenção deve ser voltada principalmente para as famílias monoparentais na medida em que são responsáveis pela dinâmica familiar. Alguns autores afirmam que a mãe se torna a principal agressora devido a uma maior convivência e interação com seus filhos (MAIA; NUNES *et al.*, 2017; ASSIS; DESLANDES, 2006; ROCHA; MORAES, 2011; APOSTÓLICO; NÓBREGA *et al.*, 2012; PINTO JUNIOR; CASSEPP-BORGES; SANTOS, 2015). Nessa perspectiva, Rocha e Moraes (2011) destacam: “a maior proximidade física com a criança, o maior tempo de permanência junto aos filhos, e a restrição à rotina doméstica, por lhes caber, culturalmente, o manejo das decisões cotidianas e a convivência doméstica”.

Barbie e sua irmã *Elsa*, presenciavam constantemente conflitos entre os seus pais, agressões físicas e verbais, e como relatado pelo seu pai, as crianças não eram poupadas, ambos os genitores faziam uso de bebida alcoólica. Quando perguntado a *Barbie* se ela sabia o que era agressão física em casa ela respondeu “ ah já sei como é... Quando o pai bate na mãe”, ao ser perguntado quem da família também poderia ser agredido ela falou “quando a mãe bate no pai” deixando claro que presenciava constantemente brigas entre seus pais.



Meu pai me batendo com um chicote. Eu não chorei, não doeu, só uma lapadinha. Ele estava, a gente estava... Meu pai estava brincando. Foi tia! Tinha vez que ele batia de verdade. E ele bateu com um cipó, porquê eu estava pegando as coisas de mãe (Barbie, 06 anos).

Ele bateu porquê eu estava brincando com terra, aí o meu pai, meu pai viu e ele disse, não faça isso de novo não, senão ele ia me dar uma pisa, aí ele

> está correndo com um chicote para me bater. Eu continuei brincando, depois eu corri para dentro de casa, fechei as portas, e meu pai quebrou a porta porque eu fechei e depois ele consertou. Ele bateu com chicote nesse dia, eu ia passando pela cerca e a cerca fechada, ia passar para outra casa e ele me bateu, e mandou passar para dentro (Elsa, 10 anos).

Ao presenciar e contracenar cenas de violência diariamente, algumas crianças começam a reproduzir esse comportamento quando se deparam com uma dificuldade. Assim, a manifestação da violência é representada como uma “via de mão dupla”, pois é vivenciada como filho e praticada de forma natural, hoje como colega, amanhã como cidadão ou pai/mãe, e isso ocorre porque a criança aprendeu a ser assim, já que foi o modelo apresentado a elas (DE BIASIL; PENNA, 2004).

Na história da sociedade, a instituição família sempre foi considerada o ambiente natural e ferramenta de proteção, promoção e garantia dos direitos sociais para todos os membros. Porém, neste estudo é nítido que esses direitos, principalmente os das crianças, não estão sendo respeitados e promovidos, evidenciando a família como causadora da violência contra a criança. Com isso o artigo 4º do ECA (1990), objetivando assegurar a proteção, determina:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária.

O discurso de *Sonyc* é representado pela sua insatisfação por seus pais fazerem uso da bebida alcóolica e por suas brigas. Com seu relato nítido, direto, mais bem explicado e detalhado que as outras crianças, ele fala claramente do álcool presente no seio familiar e que um dos motivos das agressões e das brigas entre seus pais era o fato de consumirem constantemente a bebida. Relata que ele e seu irmão eram usados como “escudos humanos” por sua mãe durante os conflitos entre seus genitores e que fazia o possível para evitar as brigas entre eles.

> Quando eles bebiam, era briga que acabava na violência... Porque eles bebiam tanto que chegavam a mostrar a faca um para o outro! Minha mãe sempre usou eu e meu irmão como escudo humano. Minha mãe pegava uma faca pequena de cortar a carne, meu pai vinha e com ódio e ao mesmo tempo inveja, foi lá e pegou o facão... maior que a dela, aí minha mãe botou a gente na frente dele... Aí que chamavam palavrão, e a gente acabou se envolvendo. Acaba sobrando para gente... Por que a gente quer separar um do outro, a gente empurra, a gente faz de tudo para separar.
> Agora o que mais bebia na minha família era meu pai! Isso é ruim, depois de uma semana, eles não paravam de beber, mas o tempo passando eles controlavam. As vezes bebem muito mais, mas só batem quando a gente apronta. Não brigam como antes, algumas discussões, algumas brigas, mas não vi mais as brigas de antes (Sonyc, 10 anos).

A violência experimentada no ambiente familiar é decorrente de diversos fatores e várias vezes ocorre em função do consumo de drogas e constantemente atribuído ao alcoolismo. Para algumas crianças é um cenário que se repete frequentemente, fazendo parte do seu cotidiano e se banaliza pelas repetidas vezes em que acontece. O alcoolismo é uma doença e pode ser considerada como um dos maiores males da humanidade, pois atinge não só quem consome a bebida alcoólica, mas todos que fazem parte da sua convivência (DE BIASIL; PENNA, 2004; SILVA, 2002).

Visto como uma doença, o alcoolismo deve ser tratado como tal, já que desempenha uma função devastadora no ambiente familiar, uma vez que desencadeia brigas, desavenças familiares e diversas situações de maus-tratos. Mas não é apenas o alcoolista que precisa de acompanhamento e atenção dos profissionais, todos que convivem com ele merecem atenção, particularmente as crianças e os adolescentes por estarem em processo de formação e estruturação física, psicológica e emocionalmente. A desvalorização da saúde das pessoas que convivem com o alcoolista pode contribuir para o aumento no número de pessoas que no futuro podem se tornar, de modo igual, clientes desse tipo de assistência (SILVA, 2002).

O alcoolismo é observado em diversos estudos nacionais e internacionais, como um fator desencadeante da agressão física intrafamiliar em crianças e adolescentes (MARTINS; JORGE, 2009; PASCOLAT; SANTOS *et al.*, 2001; VIZCARRA L; CORTÉS M *et al.*, 2001; PIRES; MIYAZAKI, 2005). O conflito conjugal como fator para a agressão física também foi descrito por estudo que destaca as crises familiares associadas ao uso do álcool como núcleos da violência física praticada dentro de casa além da repetição desta pelo uso do álcool (MOREIRA; OLIVEIRA *et al.*, 2017; DE BIASIL; PENNA, 2004).

A falta de atenção a estas crianças e às famílias, de forma comprometida, propicia um quadro de recolhimento e negação de tais vivências, como foi observado por algumas crianças que por se encontrarem a um certo tempo morando nas casas-abrigo, no início das entrevistas negaram as agressões, o que as impede de exteriorizarem e elaborarem seus sentimentos, facilitando o desenvolvimento de relações violentas, que já começam a ser observadas desde a infância se agravando com o passar dos anos.

Toda violência sofrida pela criança pode trazer consequências físicas, emocionais, cognitivas, sociais e psicológicas. Se essa violência ocorrer desde os seus primeiros anos de vida, pode afetar diretamente comprometendo o seu desenvolvimento cerebral. Com um longo período de vivencia ou presenciando a violência, ela poderá ter seus sistemas nervoso e imunológico afetados, resultando em inaptidões sociais cognitivas. E grande maioria dessas crianças poderá ter problemas sociais e de baixa autoestima, o que gera falta de cuidados com o próprio corpo e a longo prazo pode gerar alucinações, baixo desempenho escolar e no trabalho e problemas de violência em seus relacionamentos futuros, repetindo o

tratamento que recebem dos seus familiares (MARKHAM, 2000; MACHADO; RODRIGUES *et al.*, 2014).

É comum a essa criança, vítima de violência física, perder a confiança nas pessoas e poderá desencadear uma série de problemas que irão dificultar a sua vida adulta. Não se pode esquecer que o maior agravante da violência intrafamiliar é o fato do agressor ser alguém próximo emocionalmente e que deveria protege-lo ao invés de submete-lo a situações de risco. Além de que o lugar em que deveriam sentir-se seguras é exatamente onde não estão: sua casa.

Destarte, o papel dos profissionais da rede de suporte em saúde à crianças vítimas de violência física e de maus-tratos é o de não ficar apenas tristes, porém o de promover a prevenção, acompanhamento e tratamento de possíveis distúrbios de ordem psicológica, trabalhando interdisciplinarmente. Aos pais que são aplicadas as leis e normas para impedi-los de vitimar seus filhos, é preciso garantir o suporte necessário desde orientação, apoio e até tratamento psicológico para questionarem e reformularem suas atitudes diante da infância e da educação, as suas e a de seus filhos.

6 CONCLUSÃO

A representação social das crianças vítimas da agressão física intrafamiliar sobre esse tipo de violência gerou uma série de informações, atitudes e valores que elas já possuíam de acordo com sua realidade socioafetiva e cognitiva para expressar esse objeto. As crianças significaram a agressão física intrafamiliar por aproximação e comparação com os objetos presentes em sua realidade. Este processo foi identificado pelos desenhos realizados por elas que elucidou a fase de objetivação, na qual as crianças puderam dar sentidos ao objeto, ancorando-o assim nos sistemas de referência que possuíam.

Simultaneamente a esse processo, as crianças também foram modificando as suas estruturas para melhor adaptar-se ao objeto (agressão física intrafamiliar), de maneira que tiveram que rever e reviver os seus conceitos e valores sobre a representação da agressão física intrafamiliar. Este movimento de construção do sentido se concretizou na narrativa das suas histórias de vida expostas nos seus desenhos de maneira clara e direta.

O objetivo desse estudo foi apreender as representações sociais de crianças vitimizadas sobre agressões físicas no espaço intrafamiliar a partir do seu contexto social, o objetivo foi atendido pois os resultados revelaram que a agressão física intrafamiliar além de presente na história dessas crianças possui uma representação concreta, real e presente nas suas vidas e em seu contexto social. Apesar da agressão física ser representada como algo que não deveria acontecer, que produz dores, marcas e que já está sendo perpetrada pelas crianças vitimizadas, ela ainda se faz presente em vários contextos familiares. Com isso é preciso intervenção interdisciplinar para que não seja usada como método de educação e que a culpa do acontecimento não seja atribuída as crianças. Pois tais métodos e atribuições podem criar, futuramente, um adulto reprodutor dos atos sofridos e esse ciclo de violência nunca chega ao fim.

Leis e políticas públicas foram criadas na intenção de prevenir a agressão física intrafamiliar e promover ações de proteção a essas crianças vitimizadas, mas elas por si só não são suficientes para protegerem as crianças de novos episódios de violência ou as que ainda não sofreram a agressão. É necessária uma atuação constante dos órgãos competentes e reeducação para toda a população, uma vez que a violência, apesar de possuir fatores de risco para as famílias menos favorecidas

econômico e socialmente, não se restringe a uma parcela da população, ela é abrangente e está presente em todas as camadas sociais.

As leis e políticas de proteção à criança precisam ser postas em prática com mais veemência, com profissionais dispostos a trabalharem, a notificarem e a buscarem melhorias para essa população que vive em constante estado de vulnerabilidade. É preciso um trabalho conjunto de todos os órgãos que possuem contato direto com a população: escolas, Conselho Tutelar, profissionais da atenção básica, Centros de Assistência Social e de toda a rede de suporte as crianças vítimas de violência. Para esse trabalho acontecer, é fundamental que esses profissionais estejam aptos a cuidarem e a reconhecerem os sinais desse tipo de violência, para isso é preciso que haja cursos de aperfeiçoamento e atualização e capacitações para todos esses profissionais, uma vez que trabalham em conjunto, apesar de não estarem trabalhando em um mesmo local.

O ambiente familiar deve ser um lugar em que garanta a criança proteção, amor, em que ela possa ser ouvida e acima de tudo respeitada, é um ambiente em que deve ser educada e acolhida, porém como visto nos casos das crianças desse estudo, elas precisaram ser retiradas de suas casas pois esse ambiente não estavam lhes proporcionando o mínimo de dignidade para sua sobrevivência. Essas famílias, precisam de acompanhamento e atendimento interdisciplinar, com profissionais instruídos e aptos a lidarem com situações de vulnerabilidades sociais e econômicas e que põem em risco a vida de todos, em especial dessas crianças.

Algumas dificuldades do serviço merecem ser destacadas nesse estudo: o tempo proposto para a pesquisa de campo foi além do esperado, uma vez que para não quebrar a rotina das crianças, foi realizada várias visitas ao local do estudo, e os horários da pesquisa foi encaixado nos horários em que eles tinham disponibilidade; nos locais das pesquisas não havia um espaço para que a pesquisa fosse realizada, já que como era individualmente e se tratava de um assunto complicado, as crianças não iriam se sentir bem na presença de outras pessoas, com isso a pesquisadora ficava esperando um local disponível para realizar a sua pesquisa e algumas vezes como o local era de acesso dos demais funcionários da instituição, tinha que fazer pausas para que não causasse nenhum constrangimento as crianças do estudo.

Com isso, para que esse estudo possa subsidiar políticas públicas e estratégias de educação em saúde para o combate da violência infantil, nos diversos órgão a nível Federal, Estadual e Municipal, foi preciso compreender qual o senso

comum da agressão física para esse público-alvo. Afinal, a teoria da RS mostrou com muita clareza o que foi apreendido por essas crianças sobre a agressão física intrafamiliar a partir de suas vivências e experiências e do seu contexto social.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **DIcionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALBERTON, M. S. **Violação da infância. Crimes abomináveis:** humilham, machucam, torturam e matam! Porto Alegre, Rio Grande do Sul.: AGE Ltda, 2005.

ALMEIDA, A. M. D. O. A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas. In: SANTOS, M. D. F. D. S.; ALMEIDA, L. M. **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais.** [S.l.]: Universitária da UFPE, 2005.

ALMEIDA, A. M. D. O. et al. Juventude na mídia: violência e distinção social. **Educação e Cidadania**, Porto Alegre, v. 10, 2008. ISSN 10. Disponivel em: <https://seer.uniritter.edu.br/index.php?journal=educacaoecidadania&page=article&op=view&path%5B%5D=135>. Acesso em: 09 Janeiro 2018.

ALMEIDA, L. F. **Representações sociais de violência urbana para policiais civis da cidade do Recife**. [dissertação]. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Recife, PE. 2011.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, São Paulo, v. 1, p. 18-43, Janeiro/Junho 2008. ISSN 1. Disponivel em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/1169/1181>. Acesso em: 15 Janeiro 2018.

AMARILHA, M. Infância e literatura: traçando a história. **Revista Educação em Questão.**, Natal, v. 11, p. 126-137, 2000. ISSN 2. Disponivel em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/9497>. Acesso em: 20 Dezembro 2017.

ANADON, M.; MACHADO, P. B. **Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais**. Salvador: UNEB, 2001.

ANDRADE, E. M. et al. A visão dos profissionais de saúde em relação à violência doméstica contra crianças e adolescentes: um estudo qualitativo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, p. 147-155, Janeiro/Março 2011. ISSN 1. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000100017>. Acesso em: 13 Fevereiro 2017.

ANGELO, M. et al. Vivências de enfermeiros no cuidado de crianças vítimas de violência intrafamiliar: uma análise fenomenológica. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 22, p. 585-592, Setembro 2013. ISSN 3. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072013000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 Janeiro 2018.

APOSTÓLICO, M. R. et al. Characteristics of violence against children in a Brazilian Capital. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, p. 266-273, Maio/Abril 2012. ISSN 2. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000200008>. Acesso em: 12 Março 2018.

ARAÚJO, C. C. M.; LACERDA, C. B. F. D. Linguagem e desenho no desenvolvimento da criança surda: implicações histórico-culturais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, p. 695-703, Outubro/Dezembro 2010. ISSN 4. Disponivel em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n4/v15n4a04.pdf>. Acesso em: 05 Fevereiro 2018.

ARAÚJO, M. D. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, p. 03-11, Dezembro 2002. ISSN 2. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 Abril 2018.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, p. 127-147, Novembro 2002. ISSN 117. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 Janeiro 2018.

ASSIS, S. G. D.; DESLANDES, S. F. Abuso físico em diferentes contextos de socialização infanto-juvenil. In: LIMA, C. A. D. **Violência faz mal a saúde**. 1ª. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 47-57. Disponivel em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books-MS/06_0315_M.pdf>. Acesso em: 22 Março 2018.

AZEVEDO, D. M. D.; MIRANDA, F. A. N. D. Teoria das representações sociais e ALCESTE: contribuições teórico-metodológicas na pesquisa qualitativa. **Saúde e Transformação Social**, Florianópolis, v. 3, p. 4-10, 2012. ISSN 4. Disponivel em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/1588/2235>. Acesso em: 09 Fevereiro 2018.

BARROS, N. V. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social. **Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.**, Rio de Janeiro, 2005. 248. Disponivel em: <http://www.uff.br/maishumana/acervo/publicacoes/teses/viol_intraf1.pdf>. Acesso em: 20 Dezembro 2017.

BELEI, R. A. et al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Caderno de Educação UFPel**, p. 187-199, Janeiro-Junho 2008. ISSN 30. Disponivel em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1770>. Acesso em: 08 Fevereiro 2018.

BRASIL. Lei Nº 4.513, de 01 de Dezembro de 1964. **Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências.**, Brassília-DF, Dezembro 1964. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm>. Acesso em: 08 Dezembro 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**, Brasilia - DF, 1988. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 09 Janeiro 2018.

BRASIL. Decreto nº678, 06 de novembro de 1992. **Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.**, Brasília-DF, Novembro 1992. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em: 08 Janeiro 2018.

BRASIL. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília/DF, p. 100. 2002.

BRASIL. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. **Cadernos de Atenção Básica Nº 8. Série A – Normas e Manuais Técnicos; nº 131**, Brasília, 2002. 96. Disponivel em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em: 05 Fevereiro 2018.

BRASIL. **Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências: orientação para gestores e profissionais de saúde.** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília/DF, p. 104. 2010.

BRASIL. **Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada**. Secretaria de Vigilância em Saúde.. Brasília-DF, p. 92. 2016.

BRASIL. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2017**. Fundação Abrinq. São Paulo, p. 60. 2017.

BRASIL. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2017**. Fundação Abrinq. São Paulo, p. 60. 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei Federal 8.069, de 13 de Julho de 1990. Versão atualizada. 4ª. ed. Rio de Janeiro: CEDECA - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, v. 5, 2017. Disponivel em: <http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf>. Acesso em: 04 Dezembro 2017.

BRITO, A. M. M. et al. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 143-149, Janeiro/Março 2005. ISSN 1. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100021>. Acesso em: 11 Fevereiro 2017.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análisede dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, 1, Dezembro 2013. 513-518. Disponivel em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016>. Acesso em: 25 Janeiro 2017.

CAMPOS, C. J. G.; TURATO, E. R. Análise de conteúdo em pesquisas que utilizam metodologia clínico-qualitativa: aplicação e perspectivas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 17, p. 259-264, Abril 2009. ISSN 2. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692009000200019&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 Fevereiro 2017.

CARVALHO, E. M. G. **Educação infantil:** percurso, dilemas e perspectivas. Ilhéus: [s.n.], 2003.

CESCA, T. B. O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamilar: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, p. 41-46, Dezembro 2004. ISSN 3. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000300006>. Acesso em: 13 Fevereiro 2017.

CHAUÍ, M. Direitos Humanos e Medo. In: _____ **Simulacro e Poder Uma Análise da Mídia**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 144.

COELHO, E. B. S.; SILVA, A. C. L. G.; LINDNER, S. R. **Violência: definições e tipologias**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, p. 32. 2014.

CORDEIRO, S. D. S.; COELHO, M. D. G. P. Descortinando o conceito de infância na história: do passado à contemporaneidade. **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Anais**, 2006. 882-889. Disponivel em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/76SandroSilvaCordeiro_MariaPintoCoelho.pdf>. Acesso em: 05 Dezembro 2017.

COSTA, A. C. G. **É possível mudar:** a criança, o adolescente e a família na política social do município. São Paulo: Malheiros, 1993.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª. ed. Porto Algere: Artmed, 2010. 296 p.

DA SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; DE CAPONNI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 11, p. 93-103, Janeiro/Abril 2007. ISSN 21. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100009>. Acesso em: 13 Fevereiro 2017.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1163-1178, 2006. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232006000500007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 Novembro 2017.

DAY, V. P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Rio Grande do Sul, v. 25, Suppl 1, p. 9-21, Abril 2003. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-81082003000400003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 11 Fevereiro 2017.

DE ANTONI , C.; KOLLER , S. H. Perfil da violência em famílias com história de abuso físico. In: HABIGZAN, L. F.; KOLLER, S. H. **Violência Contra Crianças e Adolescentes - Teoria, Pesquisa e Prática**. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 43-54.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 5, p. 347-381, Dezembro 2000. ISSN 2. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2000000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 Março 2018.

DE ANTONI, C.; MARTINS-TEODORO, M. L.; KOLLER, S. H. Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas. **Universitas Psychologica**, Bogotá, v. 8, p. 399-412, Setembro 2009. ISSN 2. Disponivel em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1657-92672009000200008>. Acesso em: 12 Março 2018.

DE BIASIL, L. S.; PENNA, C. M. D. M. Violência e maus-tratos na infância: o olhar das crianças. **Revista Mineira de Enfermagem**, Minas Gerais, v. 8, p. 429-435, Outubro/Dezembro 2004. ISSN 4. Disponivel em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/701>. Acesso em: 22 Fevereiro 2018.

DE HAMURÁBI, O. C. O Código de Hamurábi. **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2009. Disponivel em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/codigo-de-hamurabi.html>. Acesso em: 12 Novembro 2017.

DELFINO, et al. A identificação da violência doméstica e da negligência por pais de camada média e popular. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, p. 38-46, 2005. ISSN spe. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072005000500005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 Fevereiro 2017.

FALEIROS, V. D. P.; FALEIROS, E. S. Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, Brasilia, 2008. Disponivel em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf>. Acesso em: 22 Fevereiro 2018.

FARR, R. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 5ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 31-62.

FERREIRA, A. L.; SCHRAMM, F. R. Implicações éticas da violência doméstica contra a criança para profissionais de saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, p. 659-665, Dezembro 2000. ISSN 6. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102000000600016&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 Março 2017.

FERREIRA, M. D. A.; FIGUEIREDO, N. M. A. D.; ARRUDA, A. A expressão de gênero nas representações de clientes hospitalizados sobre o cuidar e o cuidado de enfermagem. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 11-123, Julho/Dezembro 2002. ISSN 2. Disponivel em: <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-352155>. Acesso em: 09 Janeiro 2018.

FONTANELLA, B. J. B. et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27, Fevereiro 2011. 388-394. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000200020>. Acesso em: 22 março 2017.

FROTA, M. A. et al. Percepção da criança acerca da agressão física intrafamiliar. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 10, p. 44-50, Janeiro/Março 2011. ISSN 1. Disponivel em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/9600/pdf>. Acesso em: 12 Agosto 2017.

FROTA, M. A. et al. Percepção da driança acerca da agressão física intrafamiliar. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 10, p. 44-50, 2011. ISSN 1.

GARBIN, A. S. et al. A violência familiar sofrida na infância: uma investigação com adolescentes. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 18, p. 107-118, abril 2012. ISSN 1. Disponivel em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682012000100009>. Acesso em: 13 Fevereiro 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDBERG, L. G.; YUNES, M. A. M.; FREITAS, J. V. D. O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, p. 97-106, Abril 2005. ISSN 1. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722005000100012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 Fevereiro 2018.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 1, p. 33-46, 2000. ISSN 1. Disponivel em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/24122/21517>. Acesso em: 09 Janeiro 2018.

IBGE. Panorama das cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2010. Disponivel em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama>. Acesso em: 18 Fevereiro 2018.

JESUS, M. N. **Adolescente em Conflito com a Lei - Prevenção e Proteção**. Campinas: Servanda, 2006.

JODELET, D. Representações sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S. Representações sociais e a diversidade do saber. In: _____ **Os Contextos do Saber Representações, comunidade e cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 78-119.

KACHANI, A. T.; CORDAS, T. A. Da ópera-bufa ao caos nosológico: pica. **Revista de Psiquiatris Clínica**, São Paulo, v. 36, p. 162-169, 2009. ISSN 4. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-60832009000400006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 Fevereiro 2018.

KRONBERGER, N.; WAGNER, W. Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 293-318.

KULLER, J. D. A. B. INFÂNCIA: DISCUTINDO O TERMO PELO VIÉS DA HISTÓRIA, Guarapuava, 2009. Disponivel em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/H43ASEPS.pdf>. Acesso em: 21 Outubro 2017.

LABRONICI, L. M. et al. Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 44, p. 126-133, Março 2010. ISSN 1. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000100018>. Acesso em: 11 Fevereiro 2017.

LIBERATI, W. D. **Adolescente e ato infracional:** Medida socioeducativa é pena? 1ª. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MACHADO, J. A.; SANCHES, M. A. A Gênese da Violência Infantil. **Caderno Teológico da PUCPR**, Curitiba, v. 2, p. 173-189, 2014. ISSN 1. Disponivel em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/teologico?dd99=pdf&dd1=14554>. Acesso em: 02 Dezembro 2017.

MACHADO, J. C. et al. Violência intrafamiliar e as estratégias de atuação da equipe de Saúde da Família. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, 23, Setembro 2014. 828-840. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000300828&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 Abril 2018.

MAIA, R. C. et al. Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na Juventude Paraense. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, 33, n. 33312, Outubro 2017. 1-8. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722017000100309&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 Fevereiro 2018.

MAIA, R. C. et al. Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na Juventude Paraense. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 33, p. 01-08, Outubro 2017. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722017000100309&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 Abril 2018.

MARKHAM, U. **Traumas da infância:** esclarecendo suas dúvidas. 1. ed. [S.l.]: Agora, 2000.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais:** as dinâmicas da mente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARTINS, C. B. D. G.; JORGE, M. H. P. D. M. Violência física contra menores de 15 anos: estudo epidemiológico em cidade do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 12, p. 325-337, Stembro 2009. ISSN 3. Disponivel em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2009000300004>. Acesso em: 14 Março 2018.

MARTINS, C. B. D. G.; JORGE, M. H. P. D. M. Maus-tratos infantis: um resgate da história e das políticas de proteção. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 23, p. 417-422, maio/junho 2010. ISSN 3. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002010000300018>. Acesso em: 18 Novembro 2017.

MEIRA, S. A. B. **A Lei das XII Tábuas.** Rio de Janeiro: Forense, v. 3, 1972. 262p p. Disponivel em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2724745/mod_folder/content/0/3%20-%20A%20Lei%20das%20XII%20T%C3%A1buas%20%5Bobrigat%C3%B3rio%5D.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 02 Dezembro 2017.

MIGLIORINI, W. J. M.; ROSA, H. R. WALTER TRINCA E A PESQUISA DE MODELOS GLOBAIS DA MENTE. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, 62, Junho 2012. 103-105. Disponivel em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000100010>. Acesso em: 05 Fevereiro 2018.

MINAYO, M. C. D. S. Violência: um velho-novo desafio para atenção à saúde. **Revista brasileira de Educação médica**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 55-63, Janeiro-Abril 2005. ISSN 1. Disponivel em: <http://pesquisa.bvsalud.org/cvsp/resource/pt/lil-411796>. Acesso em: 08 Fevereiro 2018.

MINAYO, M. C. D. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MINAYO, M. C. D. S. **O desafio do conhecimento:** Pesquisa qualitativa em saúde. 10ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, M. C. D. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: SOUZA, E. R. D. **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 2, 2009. p. 21-42. Disponivel em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20/modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf>. Acesso em: 12 Dezembro 2017.

MINAYO, M. C. D. S.; SOUZA, E. R. D. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 7-23, 1999. ISSN 1. Acesso em: 18 Janeiro 2018.

MOREIRA, K. F. A. et al. Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 11, p. 4410-4417, Novembro 2017. ISSN 11. Disponivel em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/15016/24708>. Acesso em: 13 Março 2018.

MOREIRA, M. I. C.; SOUSA, S. M. G. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão - PUC Rio**, Rio de Janeiro, v. Ano XV, p. 13-26, 2012. ISSN 28. Disponivel em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>. Acesso em: 28 Janeiro 2018.

MOSCOVICI, S. **Representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. L'ére des représentations Sociales. In: DOISE, W.; PALMONARI, A. **L'étude des représentations Sociales**. Paris: Delachaux & Niestlé, 1986.

MOSCOVICI, S. Notes towards a description of Social Representations. **European Journal of Social Psychology**, 18, 1988. 211-250. Disponivel em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ejsp.2420180303/abstract>. Acesso em: 15 Janeiro 2018.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro, RJ: Eduerj, 2001. p. 45-64.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Presenting social representations: a conversation. **Culture and Psychology**, 4, Setembro 1998. 371-410. Disponivel em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354067X9800400305>. Acesso em: 15 Janeiro 2018.

NASCIMENTO, C. T. D.; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. D. A Construção Social do Conceito de Infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Revista Contexto & Educação**, Rio Grande do Sul, v. 23, p. 47-63, Junho 2008. ISSN 79. Disponivel em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1051/802>. Acesso em: 20 Dezembro 2017.

NORMAN, R. E. et al. The long-term health consequences of child physical abuse, emotional abuse, and neglect: a systematic review and meta-analysis. **PLoS Medicine**, v. 9, Novembro 2012. ISSN 11. Disponivel em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23209385>. Acesso em: 18 Fevereiro 2018.

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 871-880, Março 2016. ISSN 3. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000300871&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 Janeiro 2018.

OLIVEIRA, L. B. et al. Domestic violence on children: development and validation of an instrument to evaluate knowledge of health professionals. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2772, Agosto 2016. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692016000100391&lang=pt>. Acesso em: 22 Fevereiro 2018.

OLIVEIRA, T. C. D. Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente com ênfase no ordenamento jurídico brasileiro, Faculdade de Direito de Valença, 2013. Disponivel em: <http://faa.edu.br/revistas/docs/RID/2013/RID_2013_24.pdf>. Acesso em: 12 Novembro 2017.

OLIVEIRA, W. F. D. Violência e Saúde Coletiva: contribuições teóricas das ciências sociais à discussão sobre o desvio. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, p. 42-53, Setembro 2008. ISSN 3. Disponivel em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7596>. Acesso em: 10 Janeiro 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência 2014**. Organização Mundial de Saúde. São Paulo, p. 288. 2014.

PÁDUA, G. L. D. D. A epistemologia genética de Jean Piaget. **FACEVV**, p. 22-35, 2009. ISSN 2. Disponivel em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/fetch/74473316/A%20EPISTEMOLOGIA%20GENETICA.pdf>. Acesso em: 12 Fevereiro 2018.

PASCOLAT, G. et al. Abuso físico: o perfil do agressor e da criança vitimizada. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 77, p. 35-40, Fevereiro 2001. ISSN 1. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572001000100010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 Março 2018.

PINHEIRO, P. S.; ALMEIDA, A. D. **Violência Urbana**. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2003.

PINTO JUNIOR, A. A.; CASSEPP-BORGES, V.; SANTOS, J. G. D. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias crianças e adolescentes e as estratégias Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 23, 2015. 124-131. Disponivel em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v23n2/1414-462X-cadsc-23-2-124.pdf>. Acesso em: 13 Março 2018.

PINTO, L. ; DE ASSIS, G. Violência familiar e comunitária em escolares do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil.. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 16, p. 288-300, Junho 2013. ISSN 2.

PIRES, A. L. D.; MIYAZAKI, M. C. O. S. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. **Arquivos de Ciências da Saúde**, v. 12, p. 42-49, 2005. ISSN 1. Disponivel em: <http://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/Vol-12-1/08%20-%20id%20102.pdf>. Acesso em: 14 Março 2018.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Tradução de Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, v. 6, 1999.

RAMOS, F. P. Os problemas enfrentados no cotidiano das navegações portuguesas da carreira da Índia: fator de abandono gradual da rota das especiarias. **Revista de História**, São Paulo, Dezembro 1997. 74-94. Disponivel em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18828>. Acesso em: 08 Janeiro 2018.

ROCHA, P. C. X. D.; MORAES, C. L. Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 3285-3296, Julho 2011. ISSN 7. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232011000800028&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 Março 2018.

ROMARO, R. A.; CAPITÃO, G. A violência doméstica contra crianças e adolescentes. **Psicologia para América Latina**, México, abril 2007. ISSN 9. Disponivel em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2007000100002>. Acesso em: 06 Março 2017.

ROSA, E. M. **Radiografia de um processo social:** um estudo sobre o discurso jurídico a respeito da violência contra crianças. 1ª. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 168 p.

ROSA, R. D. S. **Instrumentação para o ensino das ciências**. Campo Grande: UFMS, 2010.

SÁ, C. P. D. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

SALOMÃO, ; WEGNER, ; CANABARRO, T. Crianças e adolescentes abrigados vítimas de violência: dilemas e perspectivas da enfermagem. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 15, p. 391-401, Maio-Junho 2014. ISSN 3. Disponivel em: <http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/1520/pdf>. Acesso em: 12 Fevereiro 2017.

SANTOS, J. S.; YAKUWA, M. S. A Estratégia Saúde da Família frente à violência contra crianças: revisão integrativa. **Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras**, São Paulo, v. 15, p. 38-43, Junho 2015. ISSN 1. Disponivel em: <http://www.sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol15-n1/vol_15_n_2-artigo-de-revisao-2.pdf>. Acesso em: 13 Fevereiro 2017.

SANTOS, M. D. F. D. S. A Teoria das Representações Sociais. In: SANTOS, M. D. F. D. S.; ALMEIDA, L. M. D. **Diálogos com a teoria das representações sociais**. 1. ed. Recife, PE: Universitária da UFPE, 2005.

SANTOS, M. D. F. D. S.; ALMEIDA, L. M. D. **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. 1. ed. [S.l.]: Universitária UFPE, 2005.

SARAIVA, J. B. C. **Adolescente em conflito com a lei. Da indiferença à proteção integral:** uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SCHERER, E. A.; SCHERER, Z. A. P. A CRIANÇA MALTRATADA: UMA REVISÃO DA LITERATURA. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, p. 22-29, Agosto 2000. ISSN 4. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692000000400004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 Dezembro 2017.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, p. 63-74, Fevereiro 1995. ISSN 1. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101995000100010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 Fevereiro 2018.

SILVA, M. R. S. D. Convivendo com o alcoolismo na família. In: ELSEN, I.; SILVA, M. R. S. D.; MARCON, S. S. **O viver em família e sua interface com a saúde e a doença**. Maringá: Eduem, 2002.

SILVA, P. A. D. et al. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes na percepção dos profissionais de saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, 8, Janeiro/Março 2009. 56-62. Disponivel em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/7774>. Acesso em: 28 Janeiro 2018.

TEIXEIRA, C. A. B. et al. An exploration of addiction in adults experiencing early-life stress: a metasynthesis. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 2939, Outubro 2017. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692017000100607&lang=pt>. Acesso em: 22 Janeiro 2018.

TOMÁS, C. A. **Dia Mundial da Criança:** um percurso difícil. São Paulo: Atlas, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas S. A., 1987.

UNICEF. **A Convenção sobre os Direitos da Criança**. UNICEF. [S.l.], p. 51. Ratificada 1990.

VERONESE, J. R. P. **Temas de Direito da Crianca e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1997.

VIZCARRA L, M. B. et al. Maltrato infantil en la ciudad de Temuco: Estudio de prevalencia y factores asociados. **Revista médica de Chile**, Santiago, v. 129, p. 1425-1432, 2001. ISSN 12. Disponivel em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-98872001001200008>. Acesso em: 14 Março 2018.

WAISELFISZ, J. J. **Violência Letal Contra As Crianças E Adolescentes Do Brasil.** Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Brasil, p. 148 f. 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Child maltreatment - Fact sheets. **WHO**, Setembro 2016. Disponivel em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs150/en/>. Acesso em: 18 Novembro 2017.

XAVIER, R. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 14, p. 18-47, Dezembro 2002. ISSN 2. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822002000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 Janeiro 2018.

ZANOTI-JERONYMO, D. V. et al. Prevalência de abuso físico na infância e exposição à violência parental em uma amostra brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 2467-2479, Novembro 2009. ISSN 11. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001100016>. Acesso em: 02 Março 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro semiestruturado para observação e entrevista

Nº da entrevista: [ ]

Pseudônimo da criança entrevistada:_____

Entrevistador:_____

Cidade:_____

Local da entrevista:_____

Data da entrevista:_____/_____/_____

Horário de início da entrevista:_____

Horário de término da entrevista:_____

Questões para coleta de dados:

1. Desenhe neste papel, o que vem a sua cabeça quando se fala agressão física (pode-se utilizar palavras coloquiais facilitando o entendimento das mesmas)?
2. Conte a história do seu desenho.

Observações do pesquisador:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Questionário sociodemográfico

Nº da entrevista: [ ] Nº do questionário: [ ]

Data: ___/____/_____

DADOS DA CRIANÇA

Pseudônimo da criança entrevistada:_____

1. Sexo da criança: ( ) Masculino ( ) Feminino
2. Data do nascimento: ____/_____/_____
3. Idade da criança:_____
4. Série da criança na escola:_____

DADOS DA FAMÍLIA

5. Idade da Mãe:_____
6. Idade do Pai:_____
7. Quem é o Responsável pela Criança:_____
8. Estado civil do Pai da Criança:
   ( ) Casado com a mãe da criança ( ) Separado da mãe da criança
   ( ) Vive com companheira mãe da criança ( ) Casado com outra pessoa
   ( ) Solteiro ( ) Viúvo da mãe da criança ( ) Vive com outra companheira

9. Estado civil da Mãe da Criança:
   ( ) Casada com o pai da criança ( ) Separada do pai da criança
   ( ) Vive com companheiro pai da criança ( ) Casada com outra pessoa
   ( ) Solteira ( ) Viúva do pai da criança ( ) Vive com outro companheiro

10. Quantos irmãos a criança tem? _____

11. Escolaridade da Mãe, do Pai ou do Responsável da Criança:

Grau de Escolaridade	**Mãe**	**Pai**	**Responsável pela Criança**
Analfabeto			
Não sabe ler, mas foi a escola			
Fundamental completo (1º Grau)			
Fundamental incompleto (1º Grau)			
Médio completo (2º Grau)			
Médio incompleto (2º Grau)			
Não sabe			
Não se aplica			

Anos de estudos:_____

12. Situação profissional da Mãe, do Pai ou do Responsável da Criança:

Situação Profissional	**Mãe**	**Pai**	**Responsável da Criança**
Emprego formal			
Emprego informal			
Desempregado			
Recebe benefício do governo			
Aposentado			
Aposentado e com atividade remunerada			
Trabalha em casa sem remuneração			

13. Renda mensal da Mãe, do Pai ou do Responsável da Criança:

Renda Mensal	**Mãe**	**Pai**	**Responsável da Criança**
Menos de um salário mínimo (Até R$ 937,00)			
De um a dois salários mínimos (De R$ 937,00 a R$ 1.874,00)			
De dois a quatro salários mínimos (De 1.874,00 a R$ 3.748,00)			
Mais de quatro salários (Mais de R$ 3.748,00)			
Não possui rendimentos			

14. Renda mensal (em R$) Familiar:_____
15. Número de pessoas que dependem dessa renda:_____
16. Quantas pessoas moram na casa da criança:_____

    Quantos têm: até 5 anos:_____

    Entre 6 e 14 anos:_____

    Entre 15 e 24 anos:_____

    Acima de 25 anos:_____

    Quem são essas pessoas: _____

    _____

    _____

    _____

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

UNIVERSIDADE DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Gostaríamos de contar com a participação de _____ _____, criança pela qual o Sr(a). é responsável legal e responsável da instituição, a participar de uma pesquisa para saber o que significa agressão física para crianças com idade entre 06 e 10 anos e que sejam acompanhados nessa casa-abrigo. A pesquisa será feita por meio do desenho, ou seja, a criança vai desenhar o que significa agressão física pra ela e depois vai contar a história do seu desenho e neste momento a pesquisadora vai gravar a entrevista com um gravador de voz. Todas as informações serão consideradas como segredo e ninguém vai saber os nomes delas. Os desenhos e as gravações serão guardados por cinco anos e posteriormente descartados. O contato com a criança só será iniciado após a sua autorização, dada pela assinatura deste documento. Entretanto caso o Sr(a). concorde com a pesquisa, mas a criança não tenha a mesma opinião, o desejo dela (da criança) será respeitado. A participação da criança nesta pesquisa será muito importante porque acreditamos que ela possa ajudar na estimulação de atores, órgãos governamentais e não governamentais que de forma articulada possam discutir medidas para reestruturação e efetivação de políticas públicas voltadas para as crianças vítimas de agressões físicas e para prevenir novas violências. Sabemos que este estudo poderá deixá-la um pouco tímida porque ela vai falar de um assunto pessoal. Para reduzir este risco, iremos realizar a entrevista na própria casa-abrigo, porém, num local reservado, longe da presença de outras crianças ou mesmo dos profissionais técnicos da instituição.

Caso o Sr(a). decida não autorizar a participação da criança, esta não terá nenhum prejuízo na sua relação com a casa-abrigo. Da mesma forma, caso concorde com a sua participação, ela não será prejudicada em suas atividades.

Por outro lado, a colaboração dela neste estudo e muito importante, mas é voluntaria, ou seja, ela não é obrigada, podendo você ou ela não querer participar ou pedir pra sair da pesquisa a qualquer momento. Os resultados desta pesquisa serão utilizados exclusivamente para trabalhos acadêmicos, trabalhos para apresentação em eventos científicos e publicação em revista cientifica, garantindo que ninguém saberá os nomes das crianças.

Os aspectos éticos respeitam a Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que trata da pesquisa envolvendo seres humanos. Quando desejar maiores informações sobre o estudo, poderá entrar em contato com: **Juciara Karla de Souza**

Lima – pesquisadora responsável (87) 9 9951-0448, email: jucy_karla@hotmail.com; **René Geraldo Cordeiro Silva Junior – Orientador e membro da pesquisa** (87) 9 9127-5410, email: recojr2@gmail.com; **José Carlos de Moura - Co-orientador e membro da pesquisa** (87) 9 9998-1516, email: jcdemoura@uol.com.br e com **o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Vale São Francisco** – **UNIVASF**, (87) 2101-6896; Av. José de Sá Maniçoba, S/N - Centro, CEP: 56304-917 - Petrolina/PE, Brasil.

Caso o Sr(a). concorde com a participação da criança, assine ao final deste documento que esta em duas vias, uma delas e sua e a outra e da pesquisadora.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Li e entendi todas as informações deste estudo, assim como todas as minhas duvidas foram esclarecidas e respondidas satisfatoriamente. Dou livremente meu consentimento para que a criança _____

_____pela qual sou responsável possa participar do estudo “Representação Social de crianças sobre agressão física intrafamiliar”. Assinando este termo de consentimento, concordo que a criança a qual sou responsável seja participante desse estudo e não abdico, na condição de participante de um estudo de pesquisa, de nenhum dos direitos legais a que me cabe.

Petrolina, ____ de _____ de 2017

_____
Assinatura do Responsável da criança

_____

Juciara Karla de Souza Lima

APÊNDICE C - Termo de Assentimento

TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **"REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS SOBRE AGRESSÃO FÍSICA INTRAFAMILIAR".** Seus pais ou responsáveis da instituição permitiram que você participe. Queremos saber se você sabe o que aconteceu na sua casa com você e no quanto isso influencia no seu desenvolvimento e nos seus valores pessoais. As crianças que irão participar dessa pesquisa têm de seis a dez anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita aqui na casa-abrigo, onde você juntamente com outras crianças que frequentam o local, participarão de uma entrevista que eu irei preencher, e vocês irão fazer alguns desenhos e me contarão as histórias dos seus desenhos. O questionário será manuseado por mim e comprometo-me a não falar para ninguém suas respostas. A entrevista e os desenhos serão feitos individualmente para não haver risco de que alguém descordar da sua opinião. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelo telefone (87) 99951-0448 (Pesquisadora: **Juciara Karla de Souza Lima**) ou (87) 9 9127-5410 (Orientador: **René Geraldo Cordeiro Silva Junior**). Mas há coisas boas que podem acontecer. Além da sua participação nos nossos encontros ser divertido, ela poderá lhe ajudar no seu entendimento sobre a violência física. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as crianças que participaram da pesquisa, colocaremos os nomes de desenhos que vocês escolheram que ficarão em segredo, e só eu saberei o nome verdadeiro de vocês. Quando terminarmos a pesquisa será feito um relatório final e nós divulgaremos em cada casa-abrigo que participou, sem identificar nenhum participante. Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar. Eu escrevi os telefones na parte de cima desse texto. Eu _____ aceito participar da pesquisa **"REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS SOBRE AGRESSÃO FÍSICA INTRAFAMILIAR"**, que tem como objetivo de Apreender as representações sociais de crianças vitimizadas sobre agressões físicas no espaço intrafamiliar a partir do seu contexto social. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer "sim" e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer "não" e desistir que ninguém vai ficar furioso. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Petrolina/PE , ____de _____de _____.

_____

Juciara Karla de Souza Lima

ANEXOS

ANEXO 1 – Carta de anuência do PETRAPE

Associação Amigos do PETRAPE

CARTA DE ANUÊNCIA

Aceito a pesquisadora Juciara Karla de Souza Lima, sob orientação do Professor René Geraldo Cordeiro Silva Júnior e co-orientação do Professor José Carlos de Moura, para desenvolverem sua pesquisa intitulada **"REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS SOBRE AGRESSÃO FÍSICA INTRAFAMILIAR"**, cujo objetivo é Apreender as representações sociais de crianças vitimizadas sobre agressões físicas no espaço intrafamiliar a partir do seu contexto social.

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório de abordagem qualitativa, ancorado na teoria das representações sociais. Os sujeitos da pesquisa serão crianças com idade de 06 a 10 anos vítimas de agressão física intradomiciliar, que estão atualmente vivendo em casas-abrigos ou que estejam em acompanhamento pelos profissionais técnicos da instituição. Serão realizados entrevistas e um diário de campo para observação, além de um questionário socioeconômico e demográfico. O instrumento para observação e entrevista conta com o procedimento de desenho-estória.

Serão realizadas visitas ao campo de pesquisa com o objetivo de aproximação e inserção no meio deles. Após a inserção do pesquisador, será realizada a contactação do representante legal para obtenção da autorização e posteriormente efetuado o convite a criança para participação da pesquisa.

A coleta será obtida em local reservado, para atenuar assim o risco para constrangimento e influência dos demais participantes do estudo. Serão em duas etapas: A primeira etapa constará com a realização de um desenho de livre escolha e posteriormente explanará a (hi)estória do desenho que será gravado com um gravador de voz digital. Na segunda etapa será solicitado que as crianças realizem um desenho sobre a representação social sobre agressão física intrafamiliar e que conte a (hi) estória do desenho conduzida por questões norteadoras. Esses relatos serão gravados e transcritos na integra, após a realização da coleta para a formação do corpus de análise. A análise dos dados será processada com o auxilio do Software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ) versão 2009. O projeto será submetido ao CEP da Universidade Federal do Vale do São Francisco para avaliação e aprovação. Em todas as suas etapas serão respeitados os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Uma vez ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa, citados acima, concedo a anuência para a sua realização, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP;
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- De que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa;
- De que, caso não seja cumprido um dos itens acima, tenho a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento sem penalização alguma;
- O compromisso do envio, para essa instituição, do relatório final e das publicações resultantes do estudo.

Petrolina, 28 de novembro de 2016.

José Vieira da Silva

(Assinatura e carimbo)

Associação dos Amigos do Petrape

José Vieira da Silva
Presidente

ANEXO 2 – Carta de Anuência Casa Anjo da Guarda

Anjo da Guarda

CARTA DE ANUÊNCIA

Aceito a pesquisadora Juciara Karla de Souza Lima, sob orientação do Professor René Geraldo Cordeiro Silva Júnior e co-orientação do Professor José Carlos de Moura, para desenvolverem sua pesquisa intitulada **"REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS SOBRE AGRESSÃO FÍSICA INTRAFAMILIAR"**, cujo objetivo é Apreender as representações sociais de crianças vitimizadas sobre agressões físicas no espaço intrafamiliar a partir do seu contexto social.

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório de abordagem qualitativa, ancorado na teoria das representações sociais. Os sujeitos da pesquisa serão crianças com idade de 06 a 10 anos vítimas de agressão física intradomiciliar, que estão atualmente vivendo em casas-abrigos ou que estejam em acompanhamento pelos profissionais técnicos da instituição. Serão realizados entrevistas e um diário de campo para observação, além de um questionário socioeconômico e demográfico. O instrumento para observação e entrevista conta com o procedimento de desenho-estória.

Serão realizadas visitas ao campo de pesquisa com o objetivo de aproximação e inserção no meio deles. Após a inserção do pesquisador, será realizada a contactação do representante legal para obtenção da autorização e posteriormente efetuado o convite a criança para participação da pesquisa.

A coleta será obtida em local reservado, para atenuar assim o risco para constrangimento e influência dos demais participantes do estudo. Serão em duas etapas: A primeira etapa constará com a realização de um desenho de livre escolha e posteriormente explanará a (hi)estória do desenho que será gravado com um gravador de voz digital. Na segunda etapa será solicitado que as crianças realizem um desenho sobre a representação social sobre agressão física intrafamiliar e que conte a (hi) estória do desenho conduzida por questões norteadoras. Esses relatos serão gravados e transcritos na integra, após a realização da coleta para a formação do corpus de análise. A análise dos dados será processada com o auxilio do Software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ) versão 2009. O projeto será submetido ao CEP da Universidade Federal do Vale do São Francisco para avaliação e aprovação. Em todas as suas etapas serão respeitados os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Uma vez ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa, citados acima, concedo a anuência para a sua realização, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP;
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- De que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa;
- De que, caso não seja cumprido um dos itens acima, tenho a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento sem penalização alguma;
- O compromisso do envio, para essa instituição, do relatório final e das publicações resultantes do estudo.

Petrolina, 28 de novembro de 2016.

José Vieira da Silva

(Assinatura e carimbo)

Associação dos Amigos do Petrape

José Vieira da Silva
Presidente

ANEXO 3 – Parecer do Comitê de ética

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS SOBRE AGRESSÃO FÍSICA INTRAFAMILIAR

Pesquisador: JUCIARA KARLA DE SOUZA LIMA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62520516.5.0000.5196

Instituição Proponente: UNIVASF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.905.865

Apresentação do Projeto:

1. O projeto de pesquisa está ligado à dissertação de mestrado em Ciências da Saúde e Biológicas da Universidade Federal do Vale do São Francisco e a sua equipe executora é composta por: JUCIARA KARLA DE SOUZA LIMA (pesquisadora principal), René Geraldo Cordeiro Silva Júnior (Orientador) e José Carlos de Moura (Co-Orientador). Todos os membros da equipe estão cadastrados na Plataforma Brasil.

Objetivo da Pesquisa:

2. Os objetivos estão bem delineados, em acordo com a metodologia proposta, são exequíveis, e são possíveis de serem atingidos de acordo com o cronograma apresentado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

3. Foi realizada uma análise dos riscos pertinente, com previsão de estratégias para minimizá-los, assim como foram apresentados os potenciais benefícios que a pesquisa pode propiciar aos seus participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

4. O projeto foi corrigido e atende aos aspectos éticos de proteção aos participantes da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

5. O TCLE foi reformulado, atendendo as pendências pontuadas no parecer anterior.

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n
Bairro: Centro **CEP:** 56.304-205
UF: PE **Município:** PETROLINA
Telefone: (87)2101-6896 **Fax:** (87)2101-6896 **E-mail:** cedep@univasf.edu.br

Recomendações:

6. Aprovação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

7. O projeto foi corrigido e atende aos aspectos éticos de proteção aos participantes da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

É com satisfação que informamos formalmente a Vª. Srª. que o projeto "REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS SOBRE AGRESSÃO FÍSICA INTRAFAMILIAR" foi aprovado pelo Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisas (CEDEP) da UNIVASF. A partir de agora, portanto, o vosso projeto pode dar início à fase prática ou experimental. Informamos ainda que no prazo máximo de 1 (um) ano a contar desta data deverá ser enviado a este comitê um relatório sucinto sobre o andamento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_833591.pdf	12/01/2017 00:53:20		Aceito
Outros	Carta_resposta_ao_CEP_JUCIARA_LIMA.pdf	12/01/2017 00:48:37	JUCIARA KARLA DE SOUZA LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CORRIGIDO.pdf	12/01/2017 00:47:13	JUCIARA KARLA DE SOUZA LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Mestrado_Comite_de_etica_Corrigido_Juciara_Lima.pdf	12/01/2017 00:46:49	JUCIARA KARLA DE SOUZA LIMA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	12/01/2017 00:43:28	JUCIARA KARLA DE SOUZA LIMA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

PETROLINA, 02 de Fevereiro de 2017

Assinado por:
DEUZILANE MUNIZ NUNES
(Coordenador)

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n
Bairro: Centro **CEP:** 56.304-205
UF: PE **Município:** PETROLINA
Telefone: (87)2101-6896 **Fax:** (87)2101-6896 **E-mail:** cedep@univasf.edu.br